The cover features a green background with large, stylized, brown-outlined shapes that resemble the letters 'E' and 'R' arranged in a circular pattern. The word 'HORIZONTE' is printed in a bold, brown, sans-serif font across the center.

HORIZONTE

8

REVISTA TRIMESTRAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

A Revista HORIZONTE é uma publicação trimestral de professores e pesquisadores, editada pela Universidade Federal da Paraíba.

Nenhuma parte desta revista pode ser reproduzida, eletrônica ou mecanicamente, por qualquer forma de cópia ou gravação, ou sistema de armazenagem de informação, sem permissão por escrito da Editora Universitária/UFPb. Excetuam-se citações de trechos relacionados com crítica, ou registro em livros, jornais, periódicos, rádios ou TV.

Os trabalhos assinados são da inteira responsabilidade de seus autores.

À Comissão Editorial reserva-se o direito de rever todos os trabalhos no sentido de os unificar segundo critérios, ortográficos, bibliográficos e tipográficos adotados.

Correspondência e material para publicação:

Francisco PONTES DA SILVA, Editora
Universitária, Campus Universitário 58.000
João Pessoa – PB.

Assinatura :	Cr\$ 140,00
Número Avulso :	Cr\$ 45,00
Número Atrasado:	Cr\$ 35,00

8



Helder do Nascimento Viana
e Margarida Maria Santos Dias
Rua Israel Meira Lima, 77 Fone 247-1090
Altiplano Cabo Branco - Joao Pessoa - PB

HORIZONTE

REVISTA TRIMESTRAL DA UFPB

ANO III - JUL/SET DE 1978

ALMIR E MARGARIDA
Avenida Vasco da Gama, 530 - Joao Pessoa - PB
Cidade Universitaria da UFPB
Cidade Universitaria da UFPB

COMISSÃO EDITORIAL

Francisco Pontes da Silva
José Elias Barbosa Borges
Marco Aurélio de Oliveira Barros
Heber Carlos Ferreira
Milton Ferreira de Paiva

DIRETOR:

Prof. Francisco Pontes da Silva



HORIZONTE	João Pessoa	Nº 8	p.225/336	jul/set/78
-----------	-------------	------	-----------	------------

COLABORAM NESTE NÚMERO

IRENE RODRIGUES DA SILVA FERNANDES

Profa. de História do Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes da UFPb

ELZA REGIS DE OLIVEIRA

Profa. de História do Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes da UFPb

A. B. NASCIMENTO

Do Departamento de Química do Centro de Ciências
Exatas e da Natureza da UFPb

W.N. BRITO

Do Departamento de Química do Centro de Ciências
Exatas e da Natureza da UFPb

ELIZABETH MARINHEIRO

Profa. Titular de Teoria Literária do Centro
de Humanidades da UFPb

CARLOS ALBERTO JALES COSTA

Prof. do Centro de Educação da UFPb

JOSÉ OCTÁVIO

Prof. de História do Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes da UFPb

EDGAR CARONE

Prof. de História da Universidade de São Paulo
e da Fundação Getúlio Vargas

RUBENS PINTO LYRA

Prof. Titular de Teoria Geral do Estado na
Universidade Regional do Nordeste

CARLOS OVÍDIO LOPES DE MENDONÇA

Prof. de Biologia do Centro de Ciências
Exatas e da Natureza da UFPb

RUTH TRINDADE DE ALMEIDA

Profa. de Antropologia e Sociologia do Centro
de Humanidades da UFPb

RAIMUNDO NONATO DE MENEZES GRANJA

Engenheiro de Pesca e prof. de Zoologia do
Centro de Ciências Agrárias da UFPb

ANTONIO ADAUTO FONTELES FILHO

Laboratory, Lowestoff (Inglaterra) e
Ph. D. pela University of East Anglia e Fisheries

MARIA LÚCIA BEZERRA BESSA GRANJA

Farmacêutica Industrial e de Alimentos

SUMÁRIO

- 229** O MUSEU E A PROBLEMÁTICA HISTÓRICA ATUAL
Irene Rodrigues da Silva Fernandes
- 243** CONJUNTURA E POPULAÇÃO DA EUROPA NO SÉCULO XVI: FRANÇA
Elza Regis de Oliveira
- 253** DESDOBRAMENTO DO MOMENTO
ANGULAR J EM UM GRUPO CRISTALINO
Nascimento, A.B. e W.N. Brito
- 257** TEMPOS DA NOITE: ANÁLISE ICONOGRÁFICA
Elizabeth Marinheiro
- 264** EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL DA PARAÍBA:
TENTATIVA DE UMA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA
Carlos Alberto Jales Costa
- 290** SOCIOLOGIA POLÍTICA E ELEIÇÕES NA PARAÍBA
José Octávio
- 296** JOÃO PESSOA – OBJETIVIDADE HISTÓRICA
EM TORNO DE UM FENÔMENO APOLOGÉTICO
Edgar Carone
- 302** A VISÃO MATERIALISTA
DA COMUNA PRIMITIVA
Rubens Pinto Lyra
- 308** IMPORTÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO BIOLÓGICA
NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ESPECIALISTAS
EM EDUCAÇÃO NO BRASIL, COMO INSTRUMENTO DE
INTERAÇÃO ESCOLA/COMUNIDADE
Carlos Ovídio Lopes de Mendonça
- 318** UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO
Ruth Trindade de Almeida
- 323** SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DA EXPLORAÇÃO DO
PARGO, *Lutjanus purpureus* Poey, NO
NORDESTE BRASILEIRO
Raimundo Nonato de Menezes Granja,
Antonio Adauto Fonteles Filho e
Maria Lúcia Bezerra Bessa Granja
- 333** LIVROS

ALMIR E MARGARIDA
Avenida Vesco da Gamá, 530 - Jugu-ribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

AOS COLABORADORES

Os trabalhos encaminhados para publicação devem obedecer às seguintes normas:

- Ser inédito e destinar-se exclusivamente à Revista HORIZONTE.
- Ser escrito em língua portuguesa, inglesa, francesa ou espanhola.
- Limitar-se ao mínimo de 4 e a um máximo de 25 folhas, datilografadas com espaço duplo, em papel tamanho ofício em um só lado. Todas as folhas devem ser numeradas consecutivamente, com algarismos arábicos, no canto superior direito.
- O trabalho deve ter uma folha de rosto com título, nome (s) do (s) autor (es) e instituição a qual está (ão) vinculado (s).
- Desenhos e gráficos devem ser feitos à tinta nanquim em papel vegetal com letras normografadas
- Fotografias devem ser colocadas em folha à parte, numeradas com algarismos arábicos e identificadas com legendas e indicações da página do texto onde deverão constar.
- Referências bibliográficas devem ser citadas conforme normas da ABNT.

Horizonte; revista trimestral da Universidade Federal da Paraíba

V.1 – julho/agosto – 1976

João Pessoa – UFPb

1. Educação Superior – Periódicos. 1. Título



UFPb/BC

O MUSEU E A PROBLEMÁTICA HISTÓRICA ATUAL

Irene Rodrigues da Silva Fernandes

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento brasileiro tem sido objeto de constante averiguação pela pesquisa científica, havendo interesse não só pelo reconhecimento do seu caráter como pela formulação de esquemas teóricos que evidenciem as suas tendências e propiciem organicidade à própria pesquisa. Nota-se na última década uma propensão a se encarar o desenvolvimento não mais como sinônimo de crescimento econômico mas como resultado de um conjunto integrado de transformações estruturais nas quais não se relegam as de ordem econômica mas que se dirigem à sociedade como um todo orgânico.

A primazia dada a um único campo, em termos de investigação científica poderia levar à elaboração de um esquema teórico incapaz de apreender a realidade, em toda sua complexidade. Além disso, se somaria a dificuldade para uma atuação que efetivamente se concretizasse em medidas passíveis de promoção do desenvolvimento.

Admitimos que foi partindo desses pressupostos que se formulou uma Política Nacional de Cultura na qual se enfatiza o sentido da criação e preservação da memória nacional.

É a História a ciência que de modo específico se preocupa em investigar o passado como forma de compreensão e atuação no presente, assim contribuindo para assegurar ao futuro o patrimônio construído pelas gerações anteriores. E, entendemos caber ao Museu a tarefa de ser um dos guardiões desse patrimônio para que não se percam para as gerações futuras o sentido de suas origens.

Ora, se a História é o liame entre presente-passado-futuro, o museu é a instituição que, concretamente, pode demonstrar o continuum do processo histórico.

Objetivamos neste nosso trabalho evidenciar as relações Museu-História. Enfatizaremos a importância da pesquisa histórica como elemento capaz de propiciar ao museu a possibilidade de tomar uma feição dinâmica que lhe permita sair da in-

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	Nº 8	229/242	jul/set/78
-----------	-------------	-------	------	---------	------------

cômoda e ineficaz posição de “depósito de coisas velhas” e realizar o papel que lhe cabe de retratar o passado, recriando-o e com isto dotando-nos de uma visão das suas conquistas e potencialidade.

RETROSPECTO DA EVOLUÇÃO – MUSEU – HISTÓRIA

O trato específico com o humano leva a história, como ciência à redefinição dos seus princípios e métodos e a ser concebida de formas diferentes no decorrer dos tempos. Isto não lhe diminui o caráter científico, mas sim, lhe assegura uma possibilidade maior de adequação ao momento histórico e de munir-se de condições para realização do objetivo da ciência que é o de dotar o homem de melhor conhecimento de si mesmo e do universo.

Partindo da Grécia onde ocorre o grande impulso para a história, como conhecimento, apresentando-se a preocupação em deixar os fatos para a posteridade, já se presente o sentido de investigação e em resguardar os fatos para a posteridade. Com os gregos há o reconhecimento de que a história diz respeito às ações humanas todavia, o sentido religioso presente não a libera de elementos teocráticos e míticos. Pretende-se, porém, a elevação do homem ao primeiro plano e Heródoto adverte que “pretende escrever a presente história a fim de que as ações dos homens não se deixem apagar pelo tempo e que os grandes e admiráveis empreendimentos tantos dos gregos quanto dos bárbaros, não fiquem sem a admiração e os elogios merecidos” (1). Não é também uma história desligada da realidade e Tucídides nos adverte do “proveito que se poderá tirar do conhecimento certo do passado, para prejugar acontecimentos análogos ou idênticos, a brotar futuramente, do fundo comum da natureza humana” (2). Se hoje não adotamos esta afirmação de Tucídides em toda sua amplitude, ela nos serve como sinal a uma elaboração histórica engajada.

Do mesmo modo que história, a palavra museu é de origem grega, deriva da esta do termo Museion, que na Grécia designava o templo dedicado às musas. Aí eram colocados oferendas que, algumas vezes, se constituíam em objetos artísticos, tendo um significado religioso. Passa mais tarde a designar os edifícios destinados ao estudo das ciências, artes, literatura, etc. Já no século III a.C. a palavra museu foi utilizada para designar um estabelecimento cultural, que era constituído de uma biblioteca, anfiteatro, jardim zoológico, salas de trabalho e estudo. Este estabelecimento construído por Ptolomeu se constituía em local de reunião para sábios e filósofos.

As bases sobre as quais se assentou o império romano fez desenvolver-se uma história com um nítido sentido moral e de caráter utilitário. O sentido político-militar, fruto do desejo de exaltação de Roma levou à elaboração de uma história de cunho militar-nacionalista. O museu reflete esta atitude, com o seu acervo destinado à demonstração da força do império, sendo as coleções consideradas como bem público e relacionadas à vida político-religiosa.

A Idade média, com o Cristianismo como força unificadora, sua visão do mundo, enriquece a história, dando-lhe um sentido. A noção de tempo e formulação da filosofia da história são resultantes dessa nova concepção. A história adquire então sentido maior que o intentado pelos gregos. A igreja torna-se, então, a principal guardiã dos documentos e objetos artísticos, os quais são utilizados como forma de transmissão dos ensinamentos cristãos. As abadias, os mosteiros realizam, no período, as funções que hoje atribuímos ao museu. Os séculos XV e XVI são marcados por transformações que tem no Renascimento, na Reforma Religiosa e no Mercantilismo a representação maior. O humanismo cria bases para a história-ciência, com a crítica das fontes, a organização de documentos, através de sistemas de classificação. Passa-se a pensar a história, com o desenvolvimento da teoria da história e da historiografia.

Com o humanismo e o mercantilismo, o colecionar obras de arte, o incentivar a criação artística toma o significado de demonstração de ascensão social e poder econômico. Daí, surge a preocupação de estudo e classificação das coleções. Tal comportamento é também fruto do processo de pensamento racional que se vai elaborando.

As grandes transformações do século XIX que em relação à história analisaremos, em ítem posterior, se fazem sentir frente ao museu que assume finalidade político-nacionalista. Daí, os Museus do Folclore, Históricos, e, ainda finalidade científica, donde os museus antropológico, mineralógico, etc. Já se encontra aí presente a idéia de preservação do passado, como um dos frutos da maior ocorrência de mudanças, que se fazem mais rápidas e profundas.

No século XX o quadro das funções do museu se completa, ou melhor, se afirma, com o sentido de lazer e desenvolvimento cultural, procurando-se ainda utilizar os novos meios de comunicação. A temática é revolucionada para atender melhor às concepções do homem contemporâneo, com novas preocupações, dentre as quais, as de desenvolvimento.

De acordo com a conceituação contemporânea "museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa e exhibe, para fins de estudo, educação, lazer e comunicação, a evidência material do homem e do seu meio" (3).

Ao apresentarmos esta visão rápida da evolução do museu e história e suas funções pretendemos levantar os dados básicos que deixam patente seu caráter social, e, como tal, elaborada por um tipo de sociedade, segundo suas necessidades, perspectivas, e, servindo então como elemento representativo desse grupo humano.

Uma dúvida porém, nos assoma ao verificarmos o caráter social do museu. Terá esta instituição acompanhado o ritmo das transformações sociais, econômicas, técnico-científicas do século XX?

É o museu, hoje, representativo do homem dos nossos dias?

Para a história questionamos do seu posicionamento frente à necessidade de redimensionar seus princípios e métodos, bem como, das formas de inserção à sociedade contemporânea.

PROBLEMÁTICA HISTÓRICA ATUAL

A história, enquanto processo corrente, apresenta uma complexidade, no contemporâneo, que a distingue de outros tempos. As transformações ocorrem em ritmo mais rápido, em grande profundidade e os acontecimentos se sucedem em escala que atingem as bases da estrutura do pensar. O esforço para a inserção neste mundo em constante mutação gera o desejo de compreendê-lo, sendo a busca da totalidade do homem e o entendimento da mesma, uma resultante dessa preocupação.

A redefinição das forças econômicas e sociais, no nosso século, separou os homens que passaram a intentar o domínio de seus campos de ação. Ora, as conquistas da ciência atingiram um ponto que impediu, a nível individual, o domínio, mesmo de setores específicos e, o desenvolvimento dos meios de comunicação social transformaram o mundo. . .

“A interdependência eletrônica recria o mundo à imagem de uma aldeia global recuperando a comunicabilidade perdida. Rompe as barreiras espaciais do tempo e de cultura, rompe a linearidade da palavra escrita. O homem está ao mesmo tempo presente a todo recanto da terra. O homem e os meios de seu controle.

O satélite de hoje é o tambor da aldeia.

A comunicação da era espacial levou o homem de volta à tribo, seu novo mundo. Esse mundo novo, criado pelo homem, produziria, por seu turno, um novo homem: o homem planetário. Nós” (4).

Nos fins do século XIX Sir Acton afirmava que sua geração não poderia elaborar a história definitiva, pressupondo assim, a possibilidade de sua formulação. (5). Tal perspectiva se assenta na concepção de história como um corpo de fatos verificados. Esta posição se adequa à tradição empirista inglesa e se apóia na influência positivista. A história, então, se utiliza do método de estudo da natureza para o estudo do homem, ainda ocorrendo a prevalência da tradição newtoniana, da sociedade e do mundo da natureza, concebida como um mecanismo. Sente-se no período a confiança que se devota à ciência e à tecnologia como promotores do progresso humano, como também a crença nos seus princípios básicos.

A partir dos anos 30 percebe-se uma reação contra esta visão da história e das ciências em geral. As grandes mudanças que marcam os nossos tempos fazem recair responsabilidades novas sobre a construção científica.

“Toda a base da nossa civilização industrial está alicerçada, e obcecada pelo crescimento, está sendo posta em dúvida. Como um dos principais arquitetos desta sociedade, o cientista esta na berlinda”. (6)

A incerteza e a dúvida se avolumam, de início através da preocupação em se averiguar que retribuição ofereceu a ciência como resposta à confiança e aos investimentos aplicados e isto atingirá o cientista que se perguntará acerca da validade de seu ofício. Se aspectos negativos daí resultam, o mais positivo é o questionamento que então se fazem os próprios cientistas sobre seu trabalho e um interesse mais ativo e inteligente da aplicação da ciência na sociedade. Sente-se que os cientistas ainda “estão longe de concordar sobre a base intelectual de seu trabalho. A maior parte deles nunca se preocupa sequer em pensar a respeito, deixando “tais especulações para aqueles cavalheiros solenes, os filósofos da ciência, que escrevem livros inexcrutáveis sobre a matéria.” (7)

Porém, a necessidade de reformulação, de resposta às novas interrogações suscitam um quadro, diríamos novo, em que a operação científica é repensada, reavaliada. Neste sentido pensamos a história como disciplina que evolui no seu sentido, mediante a sua inserção numa sociedade em constante mutação. Nunca como hoje se faz mais necessário fugir da idéia de história-ciência-absoluto. Necessário pois se faz, não só a reformulação mas antes de tudo redefinição para não ocorrer o risco de perder-se nos meandros de discussões estéreis que nada lhe acrescentam como teoria e prática.

Ao tempo em que ocorre o desenvolvimento de novos campos de conhecimento que enriquecem as ciências em geral, sente-se o alargamento do horizonte histórico que assume novas dimensões no tempo e no espaço. Este alargamento sugere uma complexidade crescente no trabalho do historiador pela ampliação das fronteiras de seu trabalho. É de se notar que no momento em que se amplia a área do conhecimento o historiador toma consciência do relativismo de sua ciência e da necessidade de pensar seu ofício:

“A história não é o absoluto dos historiadores do passado, providencialistas ou positivistas, mas o produto de uma situação, de uma história. Esse caráter singular de uma ciência que possui apenas um único termo para seu objeto e para si próprio, oscila entre a história vivida e a história construída, sofrida e fabricada, obriga os historiadores, já conscientes dessa relação original, a se interrogarem novamente sobre os fundamentos epistemológicos de sua disciplina”. (8)

A necessidade de percepção dos vários níveis da realidade suscita novos problemas que colocam em causa a própria história e sugerem novas abordagens que a enriquecem, modificam subvertendo os seus setores tradicionais. O desenvolvimento de novas ciências nos fins do século passado suscitou conflitos resultantes da concepção imperialista da história contra as idéias também imperialistas das outras ciências Humanas. A não uniformidade de tendências, pelas maneiras diversas de conceber as ciências, a desconfiança com os seus avanços dificultam a delimitação dos campos e o acordo entre os estudiosos. Percebe-se porém hoje uma tendência à solução do problema através da colaboração que a cada dia se faz mais comum.

“Toda as ciências do homem, incluindo a história, estão contaminadas umas pelas outras. Falam ou podem falar o mesmo idioma” (9).

Este convívio da história com outras ciências faz evidenciar o caráter de convergência assumido e o abandono da oposição. A Geografia, Etnografia, Sociologia, Economia, Lingüística, Demografia e Estatística tem contribuído com dados para a melhor compreensão do processo histórico fornecendo-lhe novas fontes para análise e conclusões, ou técnicas que permitam novas abordagens.

Note-se que, não só novos objetos que até então lhe escapavam e que são sugeridos pela experiência do presente, pelo contato com outras ciências, mas também são intentados novos ângulos a temas já explorados. A amplitude do movimento revisionista é testemunho da rapidez das transformações que o mundo atravessa. Presente-se neste movimento, a reabilitação da história política enquadrada numa perspectiva de conjunto da sociedade, substituindo a visão estreita de análise do passado.

“Não mais suportamos uma historiografia que nada tem a dizer acerca do homem médio e da vida quotidiana do passado, consagrando-se exclusivamente à pintura do grande teatro onde surgem os protagonistas políticos” (10).

Percebe-se na preocupação em desenvolver a história econômica, social, das idéias, da ciência, o objetivo de elaboração de uma história que “abranja o real na sua totalidade, na reciprocidade das influências, na simultaneidade de suas correspondências e condições nas suas múltiplas interrelações”. (11)

Para a realização de tão amplos objetivos que exige um maior rigor estatístico, em especial ao trabalhar com dados quantitativos, urge avaliar os lucros como também os riscos que poderiam levar a uma subordinação ao mensurável. Tal preocupação se prende ao caráter próprio da disciplina, que envolve o humano, sua ideologia, seus valores, dados cuja quantificação seria difícil, pois alguns fenômenos não podem ser sequer enumerados e para outros não teria sentido, pois o resultado seria inexpressivo fornecendo talvez quadro não condizente com a realidade.

“A história, ao anexar a si, por definição, o domínio da experimentação do humano, o tempo, representa uma ilusão? Para além da diversidade das histórias coexistentes, existe ainda uma História, a História?” (12)

Admitimos que a coexistência de tipos diversos de história não nos impede de percebermos articulações nos caminhos da pesquisa histórica contemporânea, bem como, tendências que nos permitem acreditar que a especificidade da ciência histórica é assegurada. Da confrontação ela sai renovada, renovação possível por ter os seus métodos postos à prova, o que lhe exige definição de suas bases e adequação a sua realidade. Ainda, há que considerar-se a oportunidade de questionamento da própria história pois como “ciência da autoridade do passado e consciência do tempo, deve ainda se definir como ciência da mudança, da transformação”. (13)

“Praticamente tudo já foi explorado, não existe região que não se possa devassar com os recursos que há para observações ou viagens. Depois de conhecer a su-

perfície, os continentes e os mares, o homem iniciou a pesquisa aérea: a aerofotogrametria revelou, o que era ainda mal sabido. Não contente, veio a tentativa de viagens espaciais que foi êxito fulminante. . . A marcha antes lenta tornou-se vertiginosa. . . Da conjugação de tantos fatos resulta que o conhecimento do homem se tome verdadeiramente universal”. (14)

A exploração de arquivos ou bibliotecas, a descoberta de documentos acrescentam elementos novos a já imensa massa de dados levantados.

A história evoluiu em seu sentido e conteúdo, sofre das investidas das inovações técnicas mas ao invés de intentar o confronto com as demais ciências, intenta encontrar pontos de contato, procura a cooperação enquanto se encaminha na busca da “história total pelo seu objeto, que é o homem na sua totalidade, abrangida no tempo e no espaço; total pelo seu método, que nada quer deixar escapar das técnicas utilizáveis para a descoberta e interpretação das ações humanas”. (15) Tal complexidade sugere a impossibilidade de continuar-se a elaborar história narrativa e a tendência de se fazer uma história *compreensiva*.

“A história não é somente audição atenta, recepção, registro, submissão aos documentos e às provas antigas, ela é também interrogação, reclamação, às vezes brutal reconstrução”. (16)

A operação histórica articula uma teoria e uma prática. “Mais ainda, na história como em outras disciplinas, uma prática sem teoria leva necessariamente, num momento ou noutro, ao dogmatismo dos ‘valores eternos’ ou à apologia de um ‘intemporal’. (17) Daí, surge a necessidade de compreendê-la com a relação entre um lugar o procedimento de análise, e ainda de colocá-la como parte da realidade da qual trata. Desenvolvem-se, daí, duas tendências básicas, quais sejam, a preocupação com a formulação filosófica do pensamento histórico e o reconhecimento da necessidade de uma metodologia consciente que assegure a posição exata da ciência histórica.

O sentido de oposição ao cunho factual da história, que constitui a marca positivista, o interesse em recuperar as articulações do processo histórico pode levar ao descaminho da elaboração de reflexões abstratas desligadas do concreto. Na tentativa de minimizar o valor da documentação passa-se a uma teorização exagerada, relegando-se a segundo plano a pesquisa histórica. Ora, método e teoria são meios para apreensão do concreto, pela via do conhecimento, necessário se torna, então, a articulação entre teoria e prática.

Percebe-se que “quase todas as ciências passaram por uma revolução epistemológica, que visa a substituir a aparência pela realidade mais profunda, o conhecimento do sensorial pelo do inteligível”. (18) Este posicionamento, se descaminhos pode comportar, sugere para a história um momento novo, em que a ciência reconhece a complexidade do real e procura captar esta realidade através de abordagens em que se foge a esquematismos primários e se intenta a interrelação de fatores.

A história é configurada pela sociedade onde é elaborada a pesquisa his-

tórica e isto não significa a passibilidade, pois é ela que questiona essa sociedade. A pluralidade de metodologia do hodierno é uma consequência das interrelações entre o historiador e a sociedade. Até a idade contemporânea a ciência pressupunha-se autônoma, acreditava-se desligada dos dados sociais, econômicos, culturais. Essa conscientização é o grande salto. A história é feita em conformação com esta correlação e supor autonomia entre a análise social da ciência e a consequente interpretação da problemática er: que está inserida ou, negamos a interrelação é um dado de ingenuidade.

“Cena indivisível, poema ilimitado, a História compreende tudo que é humano, toda criação, a história é seleção e nela não devem entrar somente a coleção de antiguidades, os fatos triviais, os valores fragmentados, os porções mortas”. (19)

O homem do presente, seus problemas, preocupações, interesses é que dão a perspectiva da visão do passado. Atentar apenas para o passado pelo passado, como algo estático, é ignorar o fluxo constante que informa e caracteriza a análise histórica. O homem, ser de ação, é o lugar onde a história se torna autoconsciente.

“. . . a História — e não o passado se torna um diálogo interminável entre o historiador e o fato, entre o passado e o presente” (20)

A compreensão do presente pelo estudo do passado e a do passado pela perspectiva dada pelo presente é questão que não mais sofre as severas críticas do passado. Em especial, isto toma relevância quando se solicita à história uma operacionalização, que condiciona a pesquisa a um ideal de ação presente. A história, a par dos problemas que tal condicionamento faz suscitar, não pode relegar o seu enquadramento nas perspectivas da sociedade da qual ela é componente. Segue-se daí que o objeto das ciências históricas é constituído pelas ações humanas de todos os lugares e de todos os tempos, na medida em que tiveram ou ainda têm importância ou influência na existência e na estrutura de um grupo humano, e implicitamente por meio deles, uma importância ou uma influência na existência e na estrutura da comunidade humana presente ou futura.

O alargamento das fronteiras da História é assim um dado inquestionável: penetra a pré-história, inclui o presente no seu campo de interesse e avança sobre o futuro, divisando-lhe perspectivas. Pleiteia-se para a história a função de “indagadora, prescrutadora dos horizontes futuros da humanidade, quando não a de construtora consciente do futuro”. (21)

PAPEL DO HISTORIADOR

“Quando a História olhar para o século XX, verá a ciência e a tecnologia como seu tema.

Verá nos momentos da Big Science — os enormes foguetes, os reatores de pesquisa de alto fluxo — símbolos de nossa era, tão certamente quanto Notre Dame o é da Idade Média”. (23)

O sentido da asserção, acima, serve bem como caracterização da problemática atual da história, enquanto processo, a do historiador preocupado com a realidade e refletindo a visão da sociedade. O historiador, representa, numa perspectiva de evolução, o homem de seu tempo. Esta proposição é bem consciência da história dos nossos dias que, de certa forma, introduz o historiador na história. A negação desta assertiva pelos postulados do objetivismo científico já não se faz com o rigor de quando C.P. Scott afirmava que “os fatos são sagrados, a opinião é livre” (24) e se admitia a separação entre o sujeito e o objetivo.

Já se tem a consciência de que o compromisso do historiador para com os fatos não se reduz a verificá-los com exatidão. Ao processo de seleção se deve juntar o da interpretação, e

“Se você tenta separá-los ou dar a um prioridade sobre o outro cairá numa das seguintes heresias: ou escreve história do tipo tesoura e cola, sem significado ou expressão, ou escreve propaganda ou ficção histórica, usando os fatos dos passado como meros enfeites de um tipo de relato que nada tem a ver com a História. . . a relação do historiador com seu meio é a relação do historiador com seu tema”. (25)

Percebe-se, outrossim, o reforço da consciência da responsabilidade social do historiador e o reconhecimento da impossibilidade do mesmo libertar-se do seu tempo para atingir o passado de maneira objetiva. Admitindo a inevitabilidade das interferências subjetivas no seu trabalho, o historiador afasta-se do temor de encarar o presente e “mesmo os menos extremados, que temem” deturpados anseios de um conhecimento puro da ciência sob impulso de um falso pragmatismo, reconhecem que o historiador deve contribuir para esclarecer os conflitos do presente”. (26)

Já não se pensa nos historiadores como grupo isolado de sua sociedade, mas fazer história, segundo Lucian Febvre é “...antes de tudo, freqüentar os arquivos, as bibliotecas, visitar os museus e os monumentos, passar “com a carta na mão, pelo campo, mas também pela cidade, como o olhos abertos no espetáculo da rua (não apenas como turista desinteressado) como cidadãos ativos, se for necessário” (27)

Ao lado da preocupação com as questões internas à sua ciência, o historiador procura pensar a sua atividade profissional e acreditamos, mesmo, que a sua profissionalização representa uma verdadeira revolução na história.

“É por acaso que se passa da ‘história social à história econômica’ durante o período situado entre as duas guerras mundiais, por volta da crise econômica de 1929, ou que no momento atual a história cultural prevalece quando se impõe, por todas as partes, com o lazer e os ‘mass media’, a importância social, econômica e política da ‘cultura?’” (28)

Entendemos que na medida em que pretende firmar-se profissionalmente o historiador necessita de apoio a sua pesquisa, desenvolve-se o interesse de carreira e a escolha de temas e a orientação dada se condicionam aos interesses particulares e sociais. Por isso é que chama-se a atenção para a sua responsabilidade no sentido de,

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

nesse envolvimento, não se deixar dominar a ponto de manipular propositadamente os fatos, vindo a deturpá-los a fim de atender a objetivos que representam, por vezes, os interesses políticos de grupos a que se acha vinculado. Acreditamos que o cuidado em ligar-se a fontes, em criticá-las, dará ao historiador condições de não só escapar ao “atualismo”, como também de suscitar novos pontos de vista e interpretações.

O papel do historiador é reclamado na educação, no domínio prático para fornecer dados, daí ser necessário a preocupação de não tomar sua ciência um laboratório para as outras ciências, nem um consultório de especulações faturistas. Ele precisa tomar posição consciente em face de questões atinentes às relações indivíduo-massa e estar atento aos movimentos que ocorrem paralelamente em seu trabalho: o empirismo da pesquisa e a visão filosófica que envolve a análise do processo histórico.

Neste sentido vale ressaltar o problema do fator seleção que representa a transformação de dados naturais (do historiador) em objeto histórico. A pesquisa moderna, além do renovado interesse pelos arquivos, na sua forma tradicional, parte para um novo tipo sugerido pelo uso do computador. Averiguando as diversas variáveis do problema proposto, a computação oferece modelos a serem trabalhados pelo historiador, que os confere com a realidade. Mesmo utilizando a computação não se desfaz a relação natureza — trabalho (cultura) pois a seleção dos dados a serem processados é tarefa do pesquisador.

Reconhecemos que a história explicativa dá mais campo para discussões e desencontros do que a narrativa, mas mesmo assim esta não foge à subjetividade pois a seleção dos fatos básicos e documentos nos quais se assenta a pesquisa histórica não elimina a interferência do subjetivo.

O trato com documentos no século XIX se constituía em verdadeiro fetichismo, considerados como “. . . sacrário do templo dos fatos” (29). O desenvolvimento de novas tendências na história com o desprestígio da história narrativa “provocou apreensões e despertou, entre alguns especialistas, a idéia de que é necessário defendê-la, justificá-la e de que, antes de prosseguir nessa via, para a qual novas formas de histórias nos atraem, é preciso primeiramente assegurar novas bases, publicar textos e compor grandes monografias que focalizem os personagens e os acontecimentos dentro de seu quadro cronológico, em suma, é preciso ter ciência das lacunas da documentação e começar por preenchê-las” (30)

As grandes transformações que marcam o século XX e a possibilidade de utilização das novas conquistas da ciência levaram o historiador a conscientizar-se da ampliação das fronteiras histórico-culturais do mundo e dotaram-no de condições de uso das novas técnicas. O contato com as demais ciências e a necessidade de preservar as fronteiras da história exigiram uma definição dos seus métodos de trabalho. Para tanto se apresentam dificuldades relacionadas ao conhecimento e acesso às fontes documentais, as barreiras lingüistas, a compreensão de culturas e o próprio uso de

novas técnicas. Intenta-se a especialização mas esta se revela insuficiente, face à complexidade e o volume de problemas que se lhe assomam.

A busca de solução às dificuldades surgidas tem suscitado a tendência à procura de cooperação, que se encaminha à formação de equipes interdisciplinares e cooperação internacional.

Não nos preocuparemos em buscar longe exemplo que explice a tendência exposta. Consideramos que a formação no Brasil de Núcleos de Documentação e Informação Histórica é bem representativa, dos novos tempos.

As publicações em equipe, o desenvolvimento da história comparada, a formação de órgãos internacionais de pesquisa, interessados na intensificação dos serviços de microfilmagem, publicações internacionais de bibliografias e fontes, formação de equipes de cooperação técnica internacional deixam patente a preocupação com a universalização dos problemas e a consciência de que "o historiador age no tempo, num tempo próprio à história e, segundo a bela fórmula de Fernand Braudel, "este tempo adere ao seu pensamento assim como a terra se prende à pá do jardineiro". (31)

E, em conclusão:

"O historiador não pode ser mais Michelet, modelo inteiramente desesperador, gigante dos pés de barro não pode ser (ainda) Einstein. Homem de ofício (Marc Bloch fez para ele, um programa) ele, mais do que isso, é sempre um artista". (32)

A VIDA MUSEOLÓGICA --- TENDÊNCIAS ATUAIS

Não nos dedicaremos a analisar a posição referente ao museu em países de profundas tradições culturais. Tomaremos o Brasil como exemplo. E, o que se evidencia pela própria política nacional de cultura é um interesse em ativar a vida museológica. Tal interesse pode levar a descaminhos como o da criação desordenada desse tipo de instituição, o que maiores prejuízos pode trazer. Assim, pensamos porque um grande número de museus, sem condições materiais e humanas, pode acarretar dificuldades para uma orientação e investimentos mais seguros. Algumas tendências são bem reveladoras do sentido atual de museu e do interesse em sua inserção na vida comunitária.

Presente-se o interesse em evitar a instalação de novos museus conservando seus traços tradicionais, uma feição elitista que pouco tem a ver com a realidade que o museu tem, necessariamente, que representar. A escolha do tema para implantação de museu deverá obedecer a critérios não destinados a glorificar um homem ou um grupo e mesmo aqueles instituídos sob a égide de uma figura histórica dever-se-ão organizar de modo que o lugar social não seja relegado. Na constituição

do acervo procura-se verificar a representatividade dos objetos, não por critérios do singular, do diferente, muito menos pelo número maior ou menor de peças coletadas mas pela possibilidade de inferência com a sociedade de que provém.

Na realização de suas funções de informar, educar e divertir, os nossos museus têm se revelado ineficazes, faltando-lhes os meios materiais, e em especial, os humanos para uma atuação mais positiva. Cabe a estes ou a outras entidades afins, melhor equipados a responsabilidade de elaboração de um programa de cooperação, através de publicações, ajuda técnica; os pequenos e médios museus deverão buscar o intercâmbio e ao mesmo tempo organizar suas atividades de modo a aproveitar o máximo possível da própria experiência e interesses da comunidade. A associação a instituições culturais, grêmios, escolas e incentivo à participação comum no interesse da preservação dos bens culturais é uma possibilidade que acreditamos muito poderá fazer em ajuda dos pequenos museus. A participação efetiva da comunidade será possível através do dinamismo da atuação dos dirigentes que deverão dar-lhes o direcionamento no qual se sinta presente o interesse do grupo.

Na tentativa de dinamizar a vida museológica procura-se usar as novas conquistas dos meios de comunicação de massa. Para tanto, um cuidado deve ser tomado, qual seja o de evitar que as distorções patentes na utilização desses meios não venham a influenciar negativamente, de modo que em vez de formador, educativo, ele se torne um repositório das próprias distorções do momento. Não estamos com isto aconselhando o não aproveitamento das inovações tecnológicas contemporâneas mas aconselhando que ao se pretender usá-las com objetivos educacionais tenha-se o cuidado de não se deixar envolver pelos critérios da comunicação (mais comerciais), evitando levar o "produto pronto para consumo" e lembrar que o acervo museológico deve levar à reflexão.

"Fenômenos como a democratização da cultura, a cultura de massa, a dessacralização da obra de arte e a responsabilidade social da ciência provocaram situações diante das quais é preciso repensar em novas formas de museus e no seu papel dentro de meio". (33)

Daí, a importância da pesquisa histórica:

"É ela que visa, inicialmente, exibir o objeto, com todo o seu potencial educacional-cultural-científico. Faz-se necessário, portanto, dentro do contexto tecnológico em que vive o mundo atual, somar-se o aproveitamento científico e educativo no sentido utilitário da pesquisa, no intuito de melhoria das condições culturais da comunidade de nosso país." (34)

No momento em que se amplia o horizonte histórico e o historiador pretende uma operacionalização da pesquisa e desenvolve-se a tendência de vitalizar a vida museológica, a associação da museologia e da história torna-se indispensável. E dessa associação ambos sairão enriquecidos.

CONCLUSÃO

As conclusões que, de praxe, são estabelecidas em qualquer monografia constam aqui em item à parte, à guisa de consenso geral, uma vez que em cada capítulo em que dividimos nosso trabalho, tivemos a preocupação de encaixá-las no próprio desenvolvimento.

Faz-se contudo necessário abordar ainda aqui algumas observações específicas sobre o tema central de nosso trabalho. Assim é que acreditamos não ter esgotado o assunto mas levantado questões básicas, quais sejam:

- 1 — ampliação das fronteiras da história e do conceito de história no sentido do passado remoto, estendendo-se ao presente, projetando-se no futuro.
- 2 — desejo de focalizar a história numa visão espacial mais ampla.
- 3 — abandono da história narrativa por uma complexa histórica explicativa.
- 4 — descoberta de novas perspectivas e problemas, sugeridos pela experiência do presente e contato com outras ciências.
- 5 — pretensões totalizadoras e totalitárias da historiografia e do historiador.
- 6 — sentido de inserção do historiador na sociedade e como tal consideração em nela atuar de modo efetivo.
- 7 — tendência à dinamização da vida cultural nacional no que insere a revitalização da atividade museológica.
- 8 — consciência da necessidade da pesquisa histórica como elemento indispensável à valorização do acervo e que permite ao museu mostrar e orientar certo, bem como formar legendas precisas. É a pesquisa que deve alimentar as tarefas básicas, como coleta sistemática, conservação, ação cultural e educacional — o museu poderá assim, tornar-se não só o agente mas o objeto de pesquisa.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos** 2a. ed, Rio de Janeiro — São Paulo, Difel, 1977, p. 17
- 2 — Idem, Idem ,,,
- 3 — Relatório do Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, realizado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais,
- 4 — VIEIRA, R. A. Amaral. **O futuro da comunicação**. Série Cadernos Didáticos, Rio de Janeiro, 1974, p. 289

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Visco da Gama, 530 - Jaguariba
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

- 5 – CARR, E. H. **Que é história?**. Tradução de Lúcio Maurício de Alverga, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, p. p. 10 – 12
- 6 – DIXON, Bernard. **Para que serve a ciência?**. Tradução de Cornélia Canabrava Arruda, São Paulo, Ed. Nacional, EDUSP, 1976, p. 7.
- 7 – Idem – p. 10
- 8 – LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro, Francisco Alves Ed. 1976, p.
- 9 – BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Editora Presença, Lisboa, 1972, p. 28
- 10 – GLÉNISSON, Jean. op. cit. 2a. ed, Rio de Janeiro, São Paulo, DIFEL, 1977, p. 23
- 11 – LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre – op. cit. p. 15
- 12 – Idem, p. 14
- 13 – LE GOFF, Jacques e Nora, Pierre op. cit. p. 15.
- 14 – IGLÉSIAS, Francisco. **História e Ideologia**. São Paulo, Perspectiva 1971, p. 18
- 15 – GLÉNISSON, Jean – op. cit. – p. 26
- 16 – Idem, p. 301
- 17 – CERTEAU, Michel, “A operação Histórica” In LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre – op. cit. p. 18
- 18 – NICODEMOS, José Pedro. “A histórica no contexto das ciências humanas”
In Horizonte, revista trimestral da UFPb, João Pessoa, Editora Universitária, Ano I, set. de 1976, p. 13
- 19 – RODRIGUES, José Honório. **História, corpo do tempo**. São Paulo, Perspectiva, 1976, p. 13.
- 20 – Idem – p. 135
- 21 – GLÉNISSON, Jean – p. cit. p. 300
- 22 – DIXON, Bernard – op. cit. p.
- 23 – CARR, E. H. op. cit, p. 28
- 24 – CARR, E. H. op. cit. p. 28
- 25 – Idem, Ibidem
- 26 – GLÉNISSON, Jean – op. cit. p. 330
- 27 – Apud GLÉNISSON, Jean – op. cit. p. 6
- 28 – CERTEAU, Michel de – op. cit. p. 6
- 29 – CARR, E. H. – op. cit. p. 18
- 30 – GLÉNISSON, Jean – op. cit. p. 301
- 31 – GLÉNISSON, op. cit. p. 29
- 32 – LE GOFF, JACQUES e NORA, Pierre – op. cit. p. 4
- 33 – OLIVEIRA, Aécio de. Curso de preparação e treinamento de pessoal do Museu. Recife, IJNPS, 1977, texto mimeografado – p. 4
- 34 – Idem, ibidem

CONJUNTURA E POPULAÇÃO DA EUROPA NO SÉCULO XVI: FRANÇA

Elza Regis de Oliveira

Com a nova dimensão da ciência da História no início desse século e o progresso que se vem operando em torno da metodologia e dos estudos de História, um dos aspectos dessa nova atitude científica é a aproximação da História com as demais ciências sociais, fato para o qual, têm insistido desde 1929, Marc Bloch, Lucien Febvre e, mais tarde, Braudel. Dentro dessa perspectiva, a História encontra na convivência com as demais ciências sociais, no caso, a Demografia, um meio de ampliar a explicação histórica, como acontece também em relação à Economia, Sociologia, Geografia etc.

As relações entre as ciências sociais constituíram uma necessidade no alargamento das fronteiras em que se encontravam limitadas, oferecendo uma análise e explicação dos fatos humanos, sob uma visão muito mais ampla da realidade social.

Para Braudel “todas as ciências do homem, sem exceção, são auxiliares, alternadamente, uma das outras e, para cada uma delas, é lícito (do ponto de vista pessoal, mas não exclusivo, que é e deve ser o seu) domesticar, para seu uso, as outras ciências sociais. Não é pois questão de hierarquia, fixada de uma vez por todas e, se não hesito, de minha parte, do ponto de vista egoísta que é o meu, em alinhar a demografia entre as ciências auxiliares da história, desejo que a demografia considere a história como uma, entre algumas outras, de suas ciências auxiliares. O essencial é que todas as explicações do conjunto se harmonizem, acabem por se reunir; que elas esbocem ao menos, um encontro” (1).

A História aproxima-se muito da Demografia, visto ser ela a ciência que lida com o tempo e o espaço, mas também a Demografia liga-se a esse espaço, o qual só assume caráter de entidade histórica, quando se refere ao número de homens que alimenta e faz crescer. Dentro dessa perspectiva, o espaço é função da Demografia.

Para Chaunu, “de todos os casamentos entre Ciência Humana e História nenhum outro é tão frutuoso quanto este, a Demografia é a mais central, a mais importante ciência do Homem. Toda Ciência Humana, sem uma poderosa base demográfica, não passa de um frágil castelo de cartas; toda História, que não recorre à Demografia, priva-se do melhor instrumento de análise” (2).

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Visco da Geme, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	Nº 8	243/252	jul/set/78
-----------	-------------	-------	------	---------	------------

A Demografia hoje não é a simples contagem dos seres humanos. Abarca um conjunto de problemas os mais variados. Com essa dimensão ampla, podemos chegar à análise da estrutura econômica e social.

A propósito das afinidades entre a História e a Demografia, André Burguière faz a seguinte observação: "Se o historiador demógrafo recusa por vezes de reconhecer nos fenômenos demográficos marcas de contradições sociais, é porque ele recusa mais profundamente de integrar os fatos biológicos no discurso histórico" (3).

Os benefícios da convivência da Demografia não é privilégio da História. A ligação da Demografia com a Economia e o desenvolvimento econômico é um fato que se vem observando no decorrer de toda a História. Não existe sociedade que apresente desenvolvimento sem demografia. Isso não é uma lei, mas uma evidência científica. Por outro lado, nada impede que sociedades tenham-se desenvolvido sem crescimento populacional, mas o que constatamos é que nas sociedades primitivas, agrícolas e industriais houve desenvolvimento econômico e crescimento populacional. Tudo indica que esses elementos caminham paralelamente.

É preciso não esquecer os frutos da aproximação da História com a Estatística e desta com a Demografia. Esta última tem sido utilizada como método de investigação para os diversos ramos do saber humano, o qual a História tem incluído em suas análises, tirando o melhor dos resultados. Na História quantitativa, o seu êxito está demonstrado nos trabalhos de François Simiand, Ernest Labrousse e Earl Hamilton. Na Demografia Histórica, a sua importância tem sido da maior relevância, haja vista o que se tem produzido nesse setor, através do referido método.

o o o o

A análise dos fatos históricos não pode ser feita isoladamente, sem levar em consideração toda uma problemática de conjunto em que os mesmos fatos estão inseridos. Procurar compreender certos fenômenos, buscando explicações locais, internas não é evidentemente a solução, visto que muitos fatos têm suas raízes e analogias além das fronteiras do país estudado. Assim sendo, temos que recorrer aos estudos de conjuntura, para não cairmos no perigo de diminuir a dimensão dos fenômenos estudados.

Essa visão de dinâmica conjuntural não se limita apenas à História, pois a Demografia também não pode explicar satisfatoriamente seus fenômenos fora dessa perspectiva. Tanto é verdade, que Ernst Wagemann afirma: "a demografia seria, antes de tudo, o estudo das flutuações demográficas e de suas conseqüências. Seria, assim, uma *ciência da conjuntura*, curiosamente calcada sobre a economia conjuntural" (4).

Não podemos deixar de reconhecer que as oscilações demográficas do passado estão ligadas à conjuntura. Daí Braudel demonstrar que Ernst Wagemann "reconhece no Ocidente os seguintes ritmos demográficos: século X-XIII, aumento apre-

ciável da população; século XIV, diminuição catastrófica, com a Peste Negra; século XV, estagnação; século XVI, surto considerável (na Europa Central, precisa Wagemann); século XVII, estagnação ou diminuição, século XVIII, aumento considerável; século XIX desenvolvimento “intempestivo” século XX, aumento ainda, mais lento” (5).

Verificando os 3 grandes impulsos demográficos dos séculos X–XIII, XVI e XVIII podemos afirmar que estão ligados à economia conjuntural, ao desenvolvimento econômico, como veremos.

Na segunda metade do século XI, as transformações que se processaram na Europa, do ponto de vista econômico, com o desenvolvimento do comércio, estão ligadas aos progressos agrícolas, técnico, ao crescimento demográfico e ao renascimento da vida urbana. A partir daí, a curva de crescimento econômico é significativa, tomando-se esse ritmo mais acelerado no século XII, como veremos abaixo.

A circulação da moeda intensificou-se nos séculos XII e XIII, em proporções nunca atingidas às do século IX e XI. Tudo isso se explica pela expansão comercial, sendo necessário seu uso em larga escala. Houve um aumento da massa de metais na Europa, proveniente da exploração das minas de prata na Europa Central, a partir do século XII. Esse aumento foi também proveniente do comércio com balança excedente praticado pelos italianos nas costas da Barbéria.

A partir de 1050, dá-se um verdadeiro renascimento da vida urbana, com a fundação de novas cidades que, durante o século XII, continuou seu movimento ascensional. O desenvolvimento das cidades é um fenômeno ligado a todas as transformações que vêm se processando, seja agrária, demográfica ou comercial.

O aparecimento das feiras motivou ainda mais o comércio, permitindo o encontro entre os produtos do Mediterrâneo e os do mar do Norte. As principais feiras foram a de Flanres e a da Champanha, sendo esta última mais notável. Tornaram-se verdadeiros centros de comércio intemacional, reunindo mercadores de várias praças da Europa.

Desenvolveram-se os meios de comunicações com a melhoria dos caminhos e dos transportes. A navegação marítima, sobretudo a do Mediterrâneo e a do mar do Norte, constituiu o grande veículo da expansão comercial europeia. No Mediterrâneo são usados navios de maior capacidade no século XIII. De grande utilidade para a navegação foi o uso da bússola, cuja notícia no Ocidente data de 1190.

A população aumenta consideravelmente. “Na curva de crescimento demográfico traçada por M.K. Bennett a aceleração não se situa até 1050, senão cem anos mais tarde. Do ano 1000 a 1050 a população da Europa havia passado de 42 a 46 milhões; de 1050 a 1100 de 46 a 48 milhões; de 1100 a 1150 de 48 a 50 milhões; de 1150 a 1200 havia tido um aumento de 50 a 61 milhões e de 1200 a 1250 havia crescido com outro 8 milhões, passando de 61 a 69 milhões” (6).

Conforme Chaunu, fato de maior significação é a densidade de povoamento nos fins do século XIII, que atinge a mais de 40 habitantes por quilômetro qua-

1
A
A
U
VILA
Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

drado, índice anteriormente jamais visto. É o mundo europeu que se amplia pelo crescimento demográfico e, em consequência, se obriga a produzir mais para alimentar maior número de pessoas.

Essa expansão manifesta-se não somente no aspecto demográfico, mas no setor urbano e comercial. É evidente que não podemos reduzir todo esse desenvolvimento do século XIII a um desses aspectos. Apesar de insistirmos no crescimento demográfico sabemos que este por si só não foi responsável pelo progresso.

Além desses fatores, podemos encontrar outras razões para o desenvolvimento do século XIII. Lembremos que o índice de crescimento agrícola do século XIII só foi superado no XVIII. Isso permitiu uma melhor dieta alimentar do homem europeu. Ao lado disso, o uso de novas técnicas deve também ser levado em conta.

Admite-se que o século XIII tenha dado uma resposta adequada. Esse foi o momento em que a civilização européia ocidental encontrou uma base sobre as demais civilizações do planeta. O que se verifica do século XIII em diante, e mais no século XV, é um alargamento do espaço; e parece que só foi possível no momento em que a Europa encontrou densidade demográfica, produção agrícola etc.

No século XIII, a única civilização que se encontrava em situação privilegiada era a chinesa, mas esta não foi capaz de romper seus limites, dando uma resposta, como a Europa se propôs, no caminho da expansão marítima.

O crescimento demográfico até o século XIII não foi um fenômeno europeu, mas de caráter geral. Do século XI ao XIII, o aumento populacional da China foi espantoso em relação aos índices anteriores. No início do século XIII, a população chinesa atingiu uma cifra de 120 a 130 milhões de habitantes, momento em que foi batida pela invasão mongol. No final do século XV, a população chinesa ficou reduzida a uns 60 milhões. Conforme Chaunu “parece claro que os cataclismos unidos na China a invasão mongol levaram consigo a morte de sessenta a sessenta e cinco milhões de homens, de 15 a 20% da humanidade. A grosso modo um desastre comparável ao que se abateu sessenta e cinco anos mais tarde sobre a Europa, ou na primeira metade do século XVI, sobre a humanidade pré-colombiana” (7).

Antes mesmo dos meados do século XIV, esse avanço foi destruído especialmente por ocasião da peste de 1348–1350 “que varreu, em alguns meses, menos da metade, porém seguramente mais de um terço da população européia” (8).

A partir dos meados do século XIV, inaugura-se uma conjuntura de depressão, que atinge seu ponto crítico no final da centúria. A baixa prossegue por todo o século XV, até 1480 aproximadamente, quando certos pontos apresentam uma retomada de conjuntura.

Essa depressão relaciona-se com a crise feudal dos séculos XIV e XV (fim da Idade Média), que se caracterizou pela decadência da agricultura feudal, das manufaturas e do comércio. O declínio demográfico foi também outro fator que marcou o retrocesso dessa fase.

Geralmente, atribuiu-se à Peste Negra de 1348 a responsabilidade de tantos insucessos do século XIV, o que, em parte, não deixa de ser verdade. É que à depressão econômica geral veio somar-se o fenômeno trágico: fome, peste e guerra.

Entre as mais graves crises econômicas, temos a fome de 1315–1317. “Uma sucessão de chuvas torrenciais, repetidas durante três anos, e de más colheitas fazem que de 1315 a 1318 uma fome geral se estenda pelo Ocidente. Ela supõe a ruína dos preços agrícolas e o aumento da mortalidade. Esta é a tempestade com que se abre o trágico século XIV” (9).

A peste, praticamente esquecida durante séculos na Europa, reaparece produzindo vazios imensos por toda parte. Alcança a Itália, França, Inglaterra, Alemanha, países escandinavos e a Península Ibérica.

Completando esse quadro de crise econômica, surge a “fome monetária”. Para Magalhães Godinho “desde a Peste Negra, se não um pouco antes, a crise preparava-se em surdina por toda a parte, e as guerras internacionais vão fazer sentir opressivamente o seu peso. É sob o signo da depressão, ou pelo menos da estagnação, que se coloca o século que decorre de meio de Trezentos a meio de Quatrocentos, tanto na Itália como na Europa setentrional. Foi Marc Bloch quem melhor pôs o problema: “o grande drama monetário da Idade Média no seu ocaso — penúria de espécies, desvalorização da moeda de conta — foi, de raiz comum a todos os países europeus; não pode, afigura-se-me, ser exposto de maneira justa e útil, se não for em conjunto. E, por outro lado, como compreender os caracteres mais profundos desta época, se ao bom dos séculos XII e XIII não vimos opor o slump dos dois séculos seguintes?” (10).

O século XVI caracteriza-se por uma conjuntura marcante de expansão, com breves recessões, prosseguindo a alta até o início da centúria seguinte. Portanto, “a conjuntura do século XVI” é de modo geral de desenvolvimento e de alta e está ligada à expansão marítima e comercial, à ampliação dos mercados e aumento de poder aquisitivo de novos grupos. Tudo dentro das estimulantes condições gerais, reforçadas pelo afluxo de metais que, de início e por longa fase, trouxe o numerário indispensável ao volume e progressão crescente das trocas” (11).

Realmente, em boa parte, a conjuntura de expansão do século XVI liga-se às questões dos metais preciosos, mas não é só. Nessa fase de acentuado progresso, devem-se levar em consideração outros fatores de grande importância que permitiram mudanças consideráveis nesse século, e que não se prendem apenas ao aspecto externo do continente europeu, mas às questões internas de muita significação.

Para Philippe Wolff, é todo um problema de mentalidade que é preciso levantar. Para nós, o grau de desenvolvimento que a sociedade européia alcançou no século XVI foi consequência, em parte, de sua maturidade, do seu desenvolvimento econômico, social, demográfico, técnico etc.

Levando-se em conta a evolução populacional da Europa, a conjuntura do século XVI como tivemos ocasião de examiná-la, caracteriza-se por uma tendência à expansão, ou seja, ao crescimento.

No século XVI, por falta de trabalhos, é difícil seguir a evolução da população europeia, mesmo aproximadamente. P. Guillaume e J. Poussou colocam as seguintes questões sobre os dados da população na Europa. “A Itália tinha no início do século 10 milhões de habitantes como pensa Cippolla? 5,5 milhões como quer Russell? Quanto à França, se 18 milhões é uma estimativa razoável, ela fica conjectural. Para J. Nadal a população da Espanha seria entre 1541 e 1591, de cerca de 7,4 milhões à cerca de 8,4” (12).

Na Europa, entre 1500 e 1570, um dos fatos mais significativos do século XVI é o crescimento da população. No que diz respeito à França, os dados confirmam um grande impulso da população nos dois primeiros terços do século XVI, particularmente na França meridional.

É certo que os níveis populacionais atingidos no século XIII, só foram ultrapassados no início do século XVI e XVIII. O crescimento populacional na França, no século XVI, tem sido demonstrado por vários demógrafos, apoiando-se em fontes que comprovam os fatos. P. Guillaume e P. Poussou argumentam: “Nossas fontes as mais interessantes neste domínio são os movimentos longos das curvas de batismos a partir dos registros paroquiais conservados. Essas curvas permitem ter por certo a subida da população porque nós as possuímos tanto mais que para as paróquias rurais. (Souvigny en Sologne, Montreuil-sur-Ille en Ille-et-Villaine, Pannecé en Loire-Atlantique, os campos de Valladolid— que para as paróquias urbanas (Gérone e Valladolid na Espanha, Bolonha na Itália. . .). Por outro lado, graças aos cálculos, E. Le Roy Ladurie reencontra em Languedoc montpelliérain as taxas de crescimento decenais de 11,5% em média. O crescimento teria pois sido forte” (13).

Com as atas de batismo do século XVI, foi possível traçar a curva do crescimento populacional da França. Essas atas são encontradas, a partir de 1464, e seu conteúdo foi se enriquecendo no decorrer do tempo. Os gráficos referentes às curvas de batismos mostram-nos o crescimento da população no século XVI.

Esse avanço da população sofre uma queda, a partir de 1570. Evidentemente, essas perdas foram ocasionadas pelas guerras de religião na França, epidemias em outras áreas da Europa e crise de subsistências. Essas crises tiveram lugar na Europa, nos anos de 1591, 1597 e sobretudo no de 1598. Portanto, no último terço do século XVI, há uma queda no crescimento da população.

Numa perspectiva conjuntural, somos levados a considerar os problemas demográficos associados aos fatores sócio-econômicos, que não são os únicos responsáveis pelo crescimento e declínio da população. É preciso também que os dados demográficos sejam levados em consideração, tais como: fecundidade, mortalidade, natalidade

e seu controle, o que, sem dúvida alguma, nos vem trazer esclarecimentos sobre o fenômeno estudado.

Para se estudarem os fatores que, em parte, respondem pelo crescimento ou queda da população, tais como natalidade, mortalidade, fecundidade e contracepção, foi indispensável o recurso a determinadas categorias de fontes.

Mostra-nos Chaunu que, desde 1517, Paris tinha um registro que, em 1871, foi destruído pela Comuna. Verificando-se a grande importância desses livros de registro civil, vários estados europeus introduziram seu uso no século XVI. Batismos, falecimentos e casamentos eram registrados simultaneamente.

Antes mesmo de o Estado legislar sobre o registro, o mesmo já existia. Em 1563, no Concílio de Trento é prescrito tanto o registro de casamento quanto o de batismo. Também havia o registro total das mortes, especialmente de crianças, embora fosse falho. Só em 1736 é que o verdadeiro registro civil nasceu na França (14).

Datam do século XV os mais antigos registros, com algumas exceções. Na Itália, encontramos registros de batismos de 1314 e de falecimentos em 1373. Conforme Chaunu “a Itália manuseava os registros, corretamente, em meados do século XV. A Espanha vinha em segunda posição, com a França e os países Baixos em terceira posição, a Alemanha e a Inglaterra depois, com uma defasagem de alguns anos” (15).

No século XVI, há uma “revolução dos registros paroquiais”, que atinge à França, chegando quase a uma perfeição no século XVII, em vários lugares, no século XVIII (16).

Para explicarmos a dinâmica do crescimento populacional, temos de investigar, ao lado dos fatores sócio-econômicos, como já o dissemos, os dados demográficos relativos à fecundidade, natalidade e contracepção do “novo padrão demográfico”, que, ao contrário do antigo regime demográfico, volta-se para a vida.

Conforme o Prof. Henrique Levy “notou-se que em algumas províncias da França, a fecundidade começou a declinar mesmo antes da industrialização se espalhar e antes, ou simultaneamente, com o declínio da mortalidade” (17).

O controle da natalidade, uma maior expectativa de vida e a idade tardia no casamento são características do “new pattem”, que “é na maior parte do tempo, alcançado na Europa densa (dos 35—40 habitantes por quilômetro quadrado) ao Norte dos Pirineus e ao Norte de Roma, cerca de 1550—1570. Talvez antes (?)” (18).

O controle da natalidade, ou seja, a contracepção na França é um fato que muito cedo marca a história demográfica deste país. A prática de restrição dos nascimentos é um avanço espantoso da França, em relação aos restantes países da Europa Ocidental. Através dos estudos de Pierre Goubert, foi demonstrado que a contracepção foi praticada desde 1700, e até mesmo antes. Parece que se trata de “um controle voluntário de nascimentos no meio popular” (19).

Um fato importante é a modificação da estrutura matrimonial, que se processa antes mesmo do século XVI, na Inglaterra, primeiramente, nos Países Baixos, Norte da França e eixo romano.

Abandona-se o casamento pré-pubertário e pubertário por um casamento “modelo de transição”. A Inglaterra nesse particular coloca-se à frente dos demais países da Europa. “Conhecemos perfeitamente a situação dos séculos XVII e XVIII, quando a idade das mulheres no casamento se situa em todos os lugares, na Inglaterra, na França, nos Países Baixos, na Itália do Norte e na Alemanha, entre 25 e 28 anos. Sabemos que esta situação já era a da Inglaterra no século XVI. No grande burgo de Colyton, em Devon, perfeitamente conhecido graças a uma excelente documentação e a seu tratamento por computador, a média de idade no casamento situa-se, de 1560 a 1646 em 27 anos para as mulheres e 27 anos para os homens (a idade média das mulheres sobe para 30 anos de 1647 a 1719, voltando a descer para 27 anos de 1720 a 1769 e caindo para 25 anos de 1770 a 1839). A Revolução está feita, na Inglaterra do século XVI, temos indícios suficientes para supor que o modelo que se aplica no mundo antigo é o modelo do casamento universal e pubertário” (20).

O atraso na idade do casamento, que pode ser visto como uma das formas de contraceção, contribui para a freagem da fecundidade, constituição de famílias pequenas, impedindo um crescimento rápido da população.

Não dispomos de estudos na França, no século XVI, para mostrar como esses dados influíram no crescimento ou queda da população. O estudo que vem esclarecer a questão, à luz desses dados, ultrapassa os limites propostos no nosso trabalho, ou seja, o século XVI. Referimo-nos ao estudo de Pierre Goubert sobre o Beauvais et le Beauvaisis, no século XVII, que, tratando da queda populacional ligada ao fator econômico, diminuição da produção agrícola, subida de preços alimentares, diagnosticou também uma “crise de sobremortalidade puramente epidêmica, de pura morbidez, sem causalidade econômica direta aparente, aparece melhor, agora, à luz dos trabalhos, entre outros, de Jean Marie Gouesse sobre a formação do casal no Oeste. A correlação que liga, em tempo de crise, mortalidade, por um lado, nupcialidade e natalidade, pelo outro, é normalmente uma correlação positiva” (21).

Procuramos estudar os ritmos demográficos da França no século XVI, ligados à noção de conjuntura, para compreendermos a pluralidade dos fatores que respondem pelas pulsações demográficas. Portanto, só nessa teia de relações podemos apreender a verdade dos fatos, num sistema de explicação mais amplo, ultrapassando o factualismo histórico.

Assim, vimos a importância do dado demográfico no domínio da interpretação histórica, permitindo, sem dúvida alguma, um maior dimensionamento à análise histórica dos fenômenos estudados.

Deixamos claro também, que os fatores sócio-econômicos, sem esquecer os políticos, são responsáveis, em parte, pelo crescimento e queda da população, mas

isto só não basta como explicação, pois, ao lado daqueles fatores, procuramos mostrar que, simultaneamente, outros dados explicam o referido movimento, como sejam, a fecundidade, natalidade, mortalidade, contracepção etc.

Estamos de acordo com Braudel, quando afirma que "de todos os casamentos entre Ciência Humana e História, nenhum outro é tão frutuoso quanto este, a Demografia é a mais central, a mais importante das Ciências do Homem" (22).

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jagu ribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1978, p. 178.
2. CHAUNU, Pierre. O Homem. In: **A História como Ciência Social**. Trad. de Fernando Ferro. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 375.
3. BURGUIÈRE, André. La Démographie. In: **Faire de L'Histoire**. Dir. Jacques Le Goff e Pierre Nora. Paris, Éditions Gallimard, 1974. 2o. vol.
4. BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1978, p. 182.
5. ----- . **Escritos sobre a História**. Op. cit. p. 182.
6. LE GOFF, Jacques. **La Baja Edad Média**. México, Siglo Veintiuno, s/d, p. 9.
7. CHAUNU, Pierre. **La Expansión Europea** (siglos XIII al XV). Col. Nueva Clio. Barcelona, Editorial Labor S/A, 1972, p. 29.
8. ----- . **La Expansión Europea**. Op. cit. p. 15.
9. LE GOFF, Jacques. **La Baja Edad Media**. México, Siglo Veintiuno, s/d, p. 272.
10. GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os Descobrimientos e a Economia Mundial**. Lisboa, Editora Arcádia, 1963, p. 119. 1o. vol.
11. FONSECA, Célia Freire A. **A Economia Européia e a Colonização do Brasil** (A experiência de Duarte Coelho). Rio de Janeiro, CFC/IHGB, 1978, p. 120.
12. GUILLAUME, P. et POUSSOU, J.P. **Demographie Historique**. Col. U, Paris, Librairie Armand Colin, 1970, p. 112.
13. ----- . **Demographie Historique**. Op. cit. p. 112.
14. CHAUNU, Pierre. História e Demografia. In: **A História como Ciência Social**. Trad. de Fernando Ferro. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, pp. 406, 407 e 408.
15. ----- . **História e Demografia**. Op. cit. p. 405.
16. ----- . **História e Demografia**. Op. cit. p. 404.
17. LEVY, Henrique. O Mundo Moderno Tropical sob o ponto de vista Demográfico. Cópia mimeografada. Recife, Seminário de Tropicologia, 1978.
18. CHAUNU, Pierre. **História e Demografia**. Op. cit. p. 420.

19. GOUBERT, Pierre. História Social e Demografia. In: **A História Social, Problemas, Fontes e Métodos** (Colóquio da Escola Normal Superior de Saint Cloud). Lisboa, Edições Cosmos, 1973, pp. 264-265.
20. CHAUNU, Pierre. **História e Demografia**. Op. cit. pp. 418-419.
21. ————. História e Demografia. O Sistema Demográfico da Cristandade Ocidental. In: **A História como Ciência Social**. Op. cit. pp. 454-455.
22. ————. O Homem. In: **A História como Ciência Social**. Op. cit. p. 375.

HISTÓRIA DE CAMPINA GRANDE

Elpídio de Almeida

Na busca das raízes de uma das mais importantes cidades do interior nordestino, o Autor esboçou-se num laborioso trabalho de pesquisa documental para ressaltar a luta em que elites e povo lançaram-se à realização de um projeto coletivo que resultou no edificante exemplo de afirmação do homem sobre as limitações do meio.



Um lançamento da Editora Universitária UFPB

DESDOBRAMENTO DO MOMENTO ANGULAR J EM UM GRUPO CRISTALINO

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

Nascimento, A.B.

Brito, W.N.

DEPARTAMENTO DE QUÍMICA DA UFPB

O estudo do desdobramento dos termos espectrais em cristais iniciou-se com BETHE (1), o qual introduziu o conceito de grupo duplo. No caso de um nível cujo valor de J é inteiro (configuração com número par de elétrons) o problema pode ser resolvido pelo método convencional da teoria dos grupos.

Se o valor de J é fracionário, (configuração com número ímpar de elétrons) é necessário usar grupos duplos. OPECHOWSKI (2) deu uma definição mais rigorosa de grupo duplo, discutiu brevemente suas propriedades e representações irreduzíveis e aplicou estas considerações gerais aos grupos do romboedro e tetraedro os quais não foram considerados por BETHE. Dando prosseguimento a este estudo, HELLWEGE (3), introduziu o conceito de número quântico cristalino u o qual pode assumir valores inteiros e fracionários. RUNCIMAN (4) classificou os 32 grupos pontuais em quatro categorias básicas: cúbica, hexagonal, tetragonal e de simetrias mais baixas e observou que J se desdobra no mesmo número de componentes para cada membro de uma categoria particular (J inteiro). Refizemos os cálculos feitos por RUNCIMAN e introduzimos algumas modificações nas tabelas 1 e 2 do citado trabalho, (apêndice 1 e 2) levando em consideração o fato de que determinados níveis se desdobram em um campo magnético (5). Assim, os números entre parênteses indicam o número de níveis em um campo magnético, para uma dada simetria.

Apêndice 1

Tabela 1 - Divisão dos grupos pontuais

1. J inteiro (configuração com n° par de elétrons)

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	Nº 8	253/256	jul/set/78
-----------	-------------	-------	------	---------	------------

- 1.1. Sistema cúbico
 - 1.1.1 O_h, O, T_d
 - 1.1.2 T_h, T
- 1.2 Sistema hexagonal
 - 1.2.1 $D_6, D_{6v}, C_{3v}, D_{3h}, D_3, D_{3d}$
 - 1.2.2 $C_6, C_{6h}, C_{3h}, C_{3i}, C_{3h}, C_{3i}, (S_6)$
- 1.3 Sistema tetragonal
 - 1.3.1 $D_{4h}, D_4, C_{4v}, D_{2d}$
 - 1.3.2 C_{4h}, C_4, S_4
- 1.4 Sistema de simetria mais baixa
 - 1.4.1 $D_{2h}, D_2, C_{2v}, C_{2h}, C_2, C_s (C_{1h}, S_2 (C_i), C_1)$
- 2. Jfracionário (configuração com nº impar de elétrons)
 - 2.1 Sistema cúbico
 - 2.1.1 O_h, O, T_d
 - 2.1.2 T_h, T
 - 2.2.1 hexagonal
 - 2.2.1.1 $D_{6h}, D_6, C_{6v}, D_{3h}$
 - 2.2.1.2 C_{3v}, D_3, D_{3d}
 - 2.2.1.3 $C_{6h}, C_6, C_{3h}, C_{3i}, C_3$
 - 2.2 Sistema não cúbico
 - 2.2.2 tetragonal
 - 2.2.2.1 $D_{4h}, D_4, C_{4v}, D_{2d}$
 - 2.2.2.2 S_4, C_4, C_{4h}
 - 2.2.3 simetrias mais baixas
 - 2.2.3.1 C_{2v}, D_2, D_{2h}
 - 2.2.3.2 $C_1, C_i, C_s, C_2, C_{2h}$

Apêndice 2
Desdobramento de J nas várias simetrias

1. Jinteiro:

Sistemas	J	0	1	2	3	4	5
1.1 Sistema cúbico	1.1.1	1	1	2	3	4	4
	1.1.2	1	1	2(3)	3	4(5)	4(5)
1.2 Sistema hexagonal	1.2.1	1	2	3	5	6	7
	1.2.2	1	2(3)	3(5)	5(7)	6(9)	7(11)
1.3 Sistema tetragonal	1.3.1	1	2	4	5	7	8
	1.3.2	1	2(3)	4(5)	5(7)	7(9)	8(11)
1.4 Sistema simetrias mais baixas	1.4.1	1	3	5	7	9	11

2. J fracionário:

J		1/2	3/2	5/2	7/2	9/2	
2.1 Sistema cúbico	2.1.1	1	1	2	3	3	
	2.1.2	1	1(2)	2(3)	3(4)	3(5)	
2.2.1 hexagonal	2.2.1.1	1	2	3	4	5	
	2.2.1.2	1	2(3)	3(4)	4(5)	5(7)	
	2.2.1.3	1(2)	2(4)	3(6)	4(8)	5(10)	
2.2 Sistema não cúbico	2.2.2 tetragonal	2.2.2.2	1	2	3	4	5
		2.2.2.2	1(2)	2(4)	3(6)	4(8)	5(10)
2.2.3 simetrias mais baixas	2.2.3.1	1	2	3	4	5	
	2.2.3.2	1(2)	2(4)	3(6)	4(8)	5(10)	

SUMMARY

Runciman grouped the 32 crystallographic point groups under four headings (a) cubie, (b) hexagonal, (c) tetragonal, and (d) lower symmetry it is essential to note that in the work of Runciman the splitting for integral J has shown that all point groups within one of these four categories produce the same splitting in an electric field. We enlarge the tables 1 and 2 in the work of Runciman, take into consideration that some levels of the free atom are split under the influence of an external magnetic field. For all cases in which the number of levels in a magnetic field exceeds the number of levels in an electric field, it is indicated in parentheses (see appendix 1 and 2).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BETHE, H.A. - Termaufspaltung in Kristallen. *Ann Phys* 3: 133-208, 1929
2. OPECHOWSKI, W - Sur les Groupes Cristallographiques "doubles", *Physica*, 7: 552-562. 1940
3. HELLWEGE, K. H. - I. Termaufspaltung und Elektrische Dipolstrahlung. *Ann. D. Phys*, 4: 95-126, 1948

4. RUNCIMAN, W.A. — Stark — Splitting in Crystals. *Phil. Mg* (8), 1: 1075–1077. 1956
5. EL'YASHEVICH, M.A. - Spectra of the Rare-Earths, U.S. Atomic Energy Commission Translation, AEC-tr 4403, Office of Technical Information Department of Commerce, Washington, D.C., 1961.

MANUAL DE MICROBIOLOGIA ORAL

Diversos

Quatro especialistas reuniram seus conhecimentos científicos na elaboração desse trabalho que se propõe a suprir a relativa pobreza da literatura específica nacional sobre livro básico na área da especializada odontológica. À falta de disponibilidade de livro-texto aos alunos do curso de Odontologia, os autores — todos professores de Microbiologia Oral — esperam com a obra minimizar a lacuna apontada, dotando os interessados desse sugestivo Manual.

ESTRUTURAS — Teoria e Exercícios

Antonio W. Moreira

Seguindo orientação do seu livro *Manual Ilustrado de Estruturas*, o autor elaborou essa coletânea de exercícios colhidos em fontes diversas e por ele mesmo formulados, com o objetivo de ajudar os estudantes e profissionais de Engenharia na busca de solução para problemas estruturais sobre assuntos relacionados com as disciplinas Resistência dos Materiais e Concreto Armado.

 Lançamentos da Editora Universitária UFPB

TEMPOS DA NOITE: ANÁLISE ICONOGRÁFICA

Elizabeth Marinheiro

1. Nosso trabalho, partindo de algumas considerações sobre técnica publicitária e níveis dos códigos publicitários, cingir-se-á a uma análise semiológica de um discurso ideológico, onde enfatizaremos a argumentação icônico-iconográfica, segundo modelos colhidos em aulas do Dr. Wilson C. Guarany e em leituras de Umberto Eco, para, finalmente, concluirmos com breves colocações pessoais.

2. DA TÉCNICA PUBLICITÁRIA

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

Dentro da teoria da propaganda, iremos encontrar a comunicação estereotipada e a comunicação engenhosa.

A comunicação estereotipada seria aquela baseada na proposta dos arquétipos do gosto e, que provoca no usuário, apenas uma reação aos estímulos sugeridos (desencadeados) pelo anúncio; estes poderão variar do sexológico ao tátil, do religioso ao político. Por seu lado, a comunicação engenhosa seria aquela que, rompendo com as expectativas retóricas tradicionais, provocará no consumidor uma atitude reflexiva.

Embora ambas sejam eficazes, convimos que um anúncio dirigido pelo senso estético do emissor/publicitário — que procura impor originalidade ao componente conativo (1) — resultará estranhado (2).

De logo, o *estranhamento* nos remete para a diversidade da argumentação suasória, posto que uma mensagem persuasiva pode articular os valores da informação (3) e da redundância (4), de formas as mais variadas, tanto no mundo dos códigos, quanto no mundo do saber.

Assim sendo, se de um lado constatamos a existência de textos publicitários com redundância retórica e ideológica, por outro lado, vamos encontrar uma publicidade dotada de informação retórica e ideológica.

Ora, o aumento da imprevisibilidade no anúncio em ambos os níveis: retórico e ideológico — determinam no receptor aquela multiplicidade de considera-

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	Nº 8	257/263	jul/set/78
-----------	-------------	-------	------	---------	------------

ções críticas que ultrapassa os objetivos do emissor, garantindo, igualmente, maior coeficiente informativo.

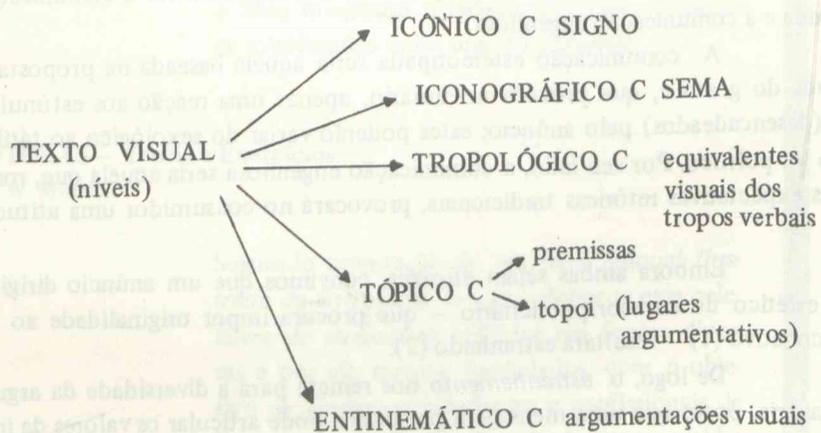
Por conseguinte, tanto mais estranhado o anúncio, tanto mais atrairá as atenções do público consumidor.

3. CÓDIGOS DE PUBLICIDADE: NÍVEIS

O discurso publicitário articula-se duplamente: verbal e visualmente. A retórica verbal da publicidade constitui-se em campo de estudo mais amplo, o que não ocorre aos códigos visuais, cujas possibilidades são menos evidenciadas.

Como podemos retirar de uma imagem o máximo de certezas e algumas suposições, o registro verbal irá atuar: como “ancoragem” do texto visual. Donde, a ausência da legenda (ou uma omissão proposital), acarretará acentuada imprecisão na análise do registro icônico.

Entretanto, nos mais elaborados anúncios, o texto realiza sua função de ancoragem pondo, ele próprio, em ação, vários artifícios retóricos. Com relação à comunicação visual, Umberto Eco propõe alguns níveis de codificação.



Claro se torna que a finalidade maior da análise retórica sobre a publicidade é observar o entrelaçamento dos recursos retóricos em ambos os textos (verbal e visual), particularmente se considerarmos a polivalência característica da imagem e a conseqüente necessidade de encará-lo no discurso verbal.

(ideologia global)

4. ANÁLISE SEMIOLÓGICA DA MENSAGEM PUBLICITÁRIA

4.1. DO CORPUS

O corpus com o qual trabalharemos será a capa de um livro de poemas. Poesia contemporânea de Figueiredo Agra, poeta nascido em Campina Grande, estado da Paraíba.

Rigorosamente falando, nosso corpus não se enquadra nos figurinos da propaganda publicitária, podendo ser arrolado como propaganda ideológica, não no sentido de falsa consciência que mascara as relações reais entre as coisas, ou como tomada de posição filosófica ou política em fase da realidade. Mas, ideologia na acepção de universo do saber do destinatário e do grupo a que pertence, os seus sistemas de expectativas psicológicas, suas atitudes mentais, a experiência por ele adquirida, os seus princípios morais, a sua cultura no sentido antropológico, e, de onde fazem parte também os sistemas retóricos(5). E aí está o papel da análise semiológica: evidenciar o universo ideológico subjacente no universo retórico.

Todavia, como um livro é sempre produto de consumo, a capa do autor campinense pode ser trabalhada em termos de mensagem persuasiva. Tarefa que se nos apresenta não muito fácil, pois sabemos que as investigações em torno de persuasões ideologicamente informativas, e também os chamados códigos de inconsciente, constituem ângulo praticamente inexplorado. De simbologia gráfica simplista, a capa tem um espaço total de 21 x 13,5 cm, e os registros são dispostos com igualdade, ou seja, não há predominância espacial para nenhum dos registros. Na mensagem encontramos um registro iconográfico e outro verbal.

4.2 REGISTRO VISUAL

Ao nível ICÔNICO, defrontamo-nos com um fundo branco, sem moldura, retangular, sobre o qual foram colocadas duas tarjas de igual dimensão (10 x 3 cm cada uma) e cores diferentes.

A tarja que vem em sentido descendente até à altura do meio campo é em cor preta, e a outra tarja que vai em sentido ascensional até encontrar a tarja preta no meio do campo, tem cor amarela. Note-se que as tarjas — inobstante separadas — parecem encontrar-se, sem perder o caráter de emotividade. Como ícone, podemos apontar ainda a cor *verde* do registro verbal. Predomina a função referencial.

Ao nível ICONOGRÁFICO, teremos os iconogramas do *branco* que podem variar entre a pureza da infância e a paz do cosmos. Que podem sugerir pombas de paz em claridade do dia. Que conotam a claridade de uma consciência que, a despeito de pressupor a noite com suas negritudes, permanece como paisagem gráfica dominante e permanente.

A tarja *amarela* conota o ouro que enriquece, o desespero que aniquila. Sugere sóis que nascem em alvoradas, sóis que morrem em crepúsculos. Todavia, a tarja amarela, em sentido ascendente, conduz-nos para uma atmosfera de aurora que se aproxima, ou seja, um dos tempos da noite em sentido ascensional como aurora.

O *preto* tem rico poder conotativo. Contém sugestões de luto e tristeza, de fome e miséria, de fim, de noite e escravidão etc. Um preto que nos remete para a noite como um dos momentos desse espaço/tempo partindo de cima porém, assegurando-se — justamente por ser noite — do seu sentido de declínio e desate final, contraposto a retineidade ascensional da aurora sugerida na tarja amarela.

O registro verbal, gravado em verde — talvez por um propósito deliberado — sugere como complementação da interpretação iconográfica, uma esperança alçada nos níveis de uma profunda convicção. Aquela convicção de que toda noite tem os seus tempos de declínio, mas, em contrapartida, culmina sempre por gerar em seu próprio seio um futuro de aurora, luminoso e sóbrio.

No registro visual, a função é referencial enquanto alusão aos dois tempos, e sem perder o caráter da emotividade, torna-se acentuadamente estética porque ligada às tonalidades fortes do preto, do amarelo e do verde dispostas por sobre o neutro do espaço em branco. Poderíamos pensar num esboço de função metalingüística se considerarmos que “noite” cita a tarja negra.

4.3. REGISTRO VERBAL

A mensagem lingüística, traduzida apenas pelo título do livro, nome do autor e indicação da editora sobre cuja égide se fez a publicação, é curta e incisiva, discurso verbal profundamente conotativo e reduzidamente denotativo.

“Tempos da noite”, sublinhado, situa-se no espaço superior/esquerdo da capa. “Figueiredo Agra”, abaixo, mais ou menos na altura do meio campo e do lado direito da tarja amarela. Posteriormente, e na mesma direção, ou seja, mais abaixo de “Figueiredo Agra”, a legenda “Livraria São José”.

Poderíamos ainda focar “Tempos da noite” como sintagma nominal, dotado de 5 monemas na primeira articulação e 12 fonemas na segunda articulação etc. etc.. (6).

Conotativamente, a legenda indicativa do nome do autor — por coincidência ou opção deliberada — foi colocada ao lado da tarja amarela, assumindo daí, a função de iconograma ideológico. Tanto assim que colocado ao lado do que se considera futuro, paz, amanhecer, claridade, abundância etc., acreditados na sugestão do verde, com que também foi gerado.

A função é ligeiramente referencial, porém predominantemente emotiva, uma vez que as conotações estão implícitas na legenda-título e na disposição especial gráfica da legenda-autor.

“Tempos da noite”² é discurso verbal que nos remete para uma noite que também tem os seus tempos como uma barriga vazia. O Primeiro tempo seria o rastro de uma estrela num esôfago fálico. O segundo tempo seria a noite dentro de si mesma. Isto é, a noite em sua noite faz seus tempos: a noite hermética de Paracelso e o claro dia de Gitã.

Como vemos, não há redundância do discurso verbal, embora haja aquela variabilidade que funciona como indício de uma composição dialética.

4.4. INTERAÇÃO DOS DOIS REGISTROS

Lembramo-nos de que os momentos comunicacionais eram representados pelos ícones denotando verde, branco, preto e amarelo; pela mensagem verbal denotando a legenda/título e a legenda/autor, e agora pela interação entre os dois registros conotando a noite com seus tempos: o fim e o começo, isto é, o fim da noite e o despertar da aurora.

Verifica-se não uma homologia de soluções, mas total discordância nas soluções retóricas dos dois discursos: na imagem, o domínio do componente estético; no texto, o domínio do componente emotivo. O argumento iconográfico apresenta uma estrutura metafórica, enquanto, a mensagem lingüística apresenta uma estrutura metonímica.

O entrelaçamento dos dois registros dá-se pela projeção do eixo metafórico sobre o eixo metonímico, o que equivale à simbologia de um preto decaindo e de um amarelo elevando-se — tempos da noite já prenhe de sua própria aurora. As conotações cultas — estética, política, doutrinária — consistem nos dois registros. Ambas as mensagens destinam-se a círculos restritos de intérpretes. O remetente esmerou-se, portanto, na elaboração do texto icônico e do texto verbal. As funções estéticas da mensagem foram acentuadas, enquanto a referenciabilidade foi atenuada. As figuras retóricas — metáfora e metonímia — contribuíram para enfatizar o caráter dialético da composição. Daí, nossa tentativa de explicitar os iconogramas segundo o texto verbal.

Branco → paz → pureza → infância → claridade → tranqüilidade.

Amarelo → ouro → riqueza → desespero → sol → crepúsculo → abundância → começo → futuro → liberdade → aurora.

Preto → presente → passado → inferno → deserto → trevas → luto → tristeza → fome → escravidão → fim → noite. Verde → esperança.

Pelo exposto vemos que a *interpretação* da mensagem total, conseguimos-la pela interação dos dois registros, razão pela qual a ideologia é uma expansão dos significantes e dos significados para Roland Barthes e é a conotação final da totalidade das conotações do signo ou do contexto dos signos para Umberto Eco (9). Nunca o significado tão só.

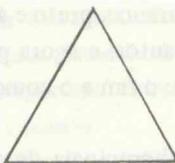
4.5. CONCLUSÃO

A ideologia global do corpus que acabamos de examinar, além da argumentação persuasiva, produz dois outros tipos de argumentação: uma estética e uma político-doutrinária.

Estética: a ideologia da capa é referenciadora de uma alegoria fálica: dois pênix como tutores cósmicos dos tempos da noite. É válida a hipérbole.

Doutrina: a ideologia oculta a “noite” que finda e a “aurora” que amanhece. . .

Donde, a evocação da pirâmide hegeliana parece-nos perfeitamente justificável.



Tese c 2 momentos de um só tempo (antinómia)

Antítese c confronto dos dois momentos: emulação entre o amarelo e o preto

Síntese c vitória da aurora sobre a noite.

COLOCAÇÕES FINAIS

1. O aspecto gráfico e literário do corpus examinado enriquece não só o patrimônio das idéias, mas também todo um patrimônio publicitário, em virtude mesmo da desautomatização das imagens utilizadas em ambos os textos. O valor estético das figuras tornou a argumentação suasória muito complexa, embora sugestiva. À primeira vista, não recebemos uma informação suficiente para compreender o que propõem as imagens, porém, como sugestão a captação é imediata. Articulando-se sobre funções referenciais, emotivas e estéticas de alto nível, a comunicação resultou hermética. Um hermetismo que mais provém de inovações no plano da expressão (ste) que do plano do conteúdo (sdo), fato peculiar às experiências verbo-visuais da vanguarda.

Por outro lado, esse hermetismo não subtrai a taxa informativa porque, se na publicidade comercial o objetivo é a persuasão à inserção num quadro pragmático (o consumo), na propaganda ideológica — onde a informação ideológica constitui o fim primeiro do ato suasório — o que se pretende é persuadir a mudar os quadros ideológicos.

2. As conotações globais são resultantes do entrelaçamento dos registros visual e verbal. Estas podem ou não resultar estereotipadas, posto que a ancoragem da mensagem visual na mensagem verbal não se realiza gratuitamente. Assim é que, se à uma subversão das expectativas e artifícios retóricos corresponde a paralela subversão

das expectativas ideológicas, teremos a informação tanto na vertente retórica, como na vertente ideológica. Donde, a ideologia global não será de consumo porque, sendo mais sofisticada, destinar-se-á a público mais intelectualizado e elitizado.

3. — Se a ideologia global de uma mensagem publicitária e/ou ideológica traduz plurivocidade de argumentação (ou intencionalidade?), discordamos de que toda mensagem “fala uma linguagem anteriormente falada”...

Claro, o publicitário poderá ser “falado por uma linguagem”, porém em casos de maior freqüência:

a) quando a argumentação final é unívoca;

b) quando a comunicação articula-se através de recursos já adquiridos, de soluções já codificadas — neste caso, concordamos com U. Eco.

É possível que os “mapas” sugeridos por Umberto Eco venham denunciar a semelhança dos recursos retóricos já utilizados. Mas, se os referidos mapas comprovarem a existência de intencionalidades similares será — para nós — uma curiosa coincidência.

Se o corpus analisado no item 4 do presente trabalho está inserido nas colocações que acabamos de fazer, podemos arrolá-lo como portador de uma iconografia que, não se enquadrando nos figurinos do Kitsch (8), apresenta uma fundamentação de dominância dialética.

NOTAS

- 1 — Lembremos que as seis funções da linguagem, propostas por Jakobson, coexistem no discurso publicitário, havendo contudo, a predominância de uma delas.
- 2 — Aqui, estranhamente tem o sentido que lhe foi proposto pelos jornalistas russos e o propomos ao nível dos registros visual e verbal.
- 3 — Informação com o sentido colhido em conceitos do Dr. Wilson Guarany: “a notícia recebida ou comunicada”. Cf. também a significação técnica da informação in EDWARDS, Elwyn. **Introdução à Teoria da Informação**. São Paulo, Cultrix, 1971.
- 4 — Redundância como está em GUARANY, Wilson C., BENTZ, Ione M. G. **Metacomunicação**. Bento Gonçalves, Arte Impressora, 1974.
- 5 — ECO, Umberto. **A Estrutura Ausente**. São Paulo, Perspectiva, 1971, p. 83 - 4.
- 6 — cf. MARTINETI, André. **Elementos de Lingüística Geral**. Lisboa, Sá de Costa, 1964, p. 21-3.
- 7 — ECO, Umberto, op. cit., p. 117-18.
- 8 — Ver MOLES, Abraham. **O Kitsch**. São Paulo, Perspectiva, 1972 - p. 10-22.
- 9 — ECO, Umberto, op. cit. p. 87.

EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL DA PARAÍBA: TENTATIVA DE UMA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Carlos Alberto Jales Costa

0 APRESENTAÇÃO

Esse trabalho quer ser acima de tudo uma reflexão sobre a "Evolução do Sistema Educacional da Paraíba", situado dentro de um contexto histórico, na tentativa de reconstrução das várias fases pelas quais passou o Brasil e o Estado que ora se estuda.

As limitações são evidentes, identificadas ao longo do trabalho: falta de oportunidade de aprofundar o tema, bibliografia limitada, difícil acesso às principais fontes. No entanto, como se trata de uma primeira abordagem do tema, o trabalho terá atingido seus objetivos, um dos quais é provocar num futuro próximo, quem sabe, uma pesquisa mais rigorosa sobre os fatos que marcaram e fizeram a educação na Paraíba.

Porque se estava mais interessado no ensino oficial; dados os limites acima mencionados, não se trata nem se analisa o ensino particular, embora o mesmo tenha contribuído de maneira bastante significativa para o desenvolvimento do sistema educacional da Paraíba.

Do mesmo modo, por ter só recentemente sido tratado com mais profundidade, o Ensino Supletivo não dispõe ainda, ao menos para os objetivos desses trabalhos, dos dados que seriam de desejar. Por essa razão ele não é abordado.

Apesar de tudo, consideramos que o presente trabalho cumpriu suas metas, concluiu uma etapa. Por essa razão já nos sentimos recompensados.

1. A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O CONTEXTO NACIONAL

Não há sociedade ou povo que não tenha um sistema formativo das novas gerações. O conjunto de recursos criados ou incorporados ao sistema social para integrar crianças e jovens aos modos de vida peculiar de vida de cada povo chama-se sistema educacional.

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	Nº 8	264/289	jul/set/78
------------------	-------------	-------	------	---------	------------

Com essas palavras *Casemiro dos Reis Filho* caracteriza todo o processo educacional como um dado histórico indiscutível. Toda sociedade necessita de um modo pelo qual possa transmitir seus valores, em função de sua própria sobrevivência.

Antônio Muniz de Rezende diria que esse processo é a fisionomia específica que um grupo humano adquire progressivamente através de sua história.

Como quer que o problema seja visto ou encarado, uma coisa é certa: não existe organização social que não forme seus membros mais jovens, não existe grupo humano que renuncie a preparar os que são incorporados a esse grupo, sendo essa preparação a própria educação.

No Brasil, não poderia ser diferente. Como povo, ele possui um sistema de educação, uma forma especial de fazer seus valores serem assumidos pela comunidade, um processo pelo qual sua fisionomia é assimilada e aceita como própria.

No entanto, nenhum sistema educacional existe independente de outros fatores, isolado de outras variáveis, como se de um lado houvesse o econômico, o social, o político, o religioso, o histórico, e de outro o educacional.

A história confirma que no Brasil, esse processo educacional está sempre ligado e condicionado às diversas forças que compõem o todo social. Isso significa que desde os primórdios da nação como sociedade, a educação esteve subordinada a interesses os mais variados, sendo compreendida apenas como um elemento dentro de uma grande empreitada comercial, ou como um apêndice do projeto colonial português.

Essa empreitada comercial ou esse projeto colonial estão relacionados com a transplantação da cultura européia para o continente americano, como afirma *Anísio Teixeira*, aventura impregnada de duplicidade. De um lado, a necessidade de expandir o cristianismo, ameaçado pela fratura luterana, e de outro, a exploração comercial da nova terra. Cristianismo e colonialismo se confundem, representam as duas faces de um mesmo processo, caracterizado pela catequese, uma das manifestações mais importantes de Contra-Reforma, no dizer de *Nelson Werneck Sodré*.

Se a propagação da fé, mais precisamente do catolicismo era importante na empreitada ibérica em terras da América, não se deve subestimar o lado comercial da aventura. É *Darcy Ribeiro* quem diz que o Brasil não nasceu como etnia e se estruturou como nação em consequência da soma dos desígnios de seus criadores. Surgiu, ao contrário, como uma espécie de subproduto indesejado e surpreendente de um empreendimento colonial, cujo propósito era produzir açúcar, ouro ou café, e sobretudo, gerar lucros exportáveis.

Esse fato, aliás, ainda no dizer de *Darcy Ribeiro*, caracteriza os Povos-Novos, dos quais o Brasil faz parte, povos que originaram-se da conjunção de matrizes étnicas diferenciadas como o colonizador ibérico, indígenas de nível tribal e escravos africanos.

Dentro desse contexto sócio-cultural, a educação não poderia ser senão um segmento, servindo aos interesses do projeto colonial, identificada com os objetivos

da aventura conquistadora, lugar privilegiado onde esses interesses a esses objetivos eram perfeitamente realizados.

No Brasil, os jesuítas foram, no plano religioso e educacional, representantes típicos da expansão européia. Para isso montaram, como lembra *Nelson Werneck Sodré* uma estrutura que se desenvolveu em dois planos; o das escolas de ler, escrever e contar, visando às crianças, e dos colégios, visando aos adolescentes. As primeiras voltadas para os columbines e os segundos para os filhos dos senhores.

Essa visão, segundo a qual os jesuítas não foram senão os delegados da Europa na propagação da fé católica, servindo a educação como instrumento para essa ação, é contraditada por *Fernando de Azevedo*, para quem a vinda dos padres jesuítas, em 1549, não só marca o início da história da educação no Brasil, mas inaugura a primeira fase, a mais longa dessa história, e, certamente, a mais importante pelo vulto da obra realizada e sobretudo pelas conseqüências que dela resultaram para nossa cultura e civilização.

De qualquer maneira, a educação que os jesuítas veiculavam nas novas terras descobertas correspondia ao tipo de colonização que se desenvolvia, a qual, para *Sérgio Buarque de Holanda*, não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono. Dir-se-ia mesmo que se fez apesar de seus autores.

Desse projeto, de contornos bem nítidos, surgiu a educação brasileira, como um dos seus segmentos, como uma forma de realizar os grandes ideais da colonização portuguesa, aventura religiosa e comercial.

Não se poderia compreender a educação paraibana, sem referência a esse quadro maior da história brasileira, ainda que analisada em breves traços.

De fato, a história da educação num estado ou região brasileira repete os mesmos esquemas, reproduz as mesmas linhas que norteiam a educação nacional como sistema, entendido segundo *Casemiro dos Reis Filho*, como o conjunto de recursos criados ou incorporados ao sistema social.

À luz dessas considerações, a história da evolução da educação paraibana terá mais sentido, assumirá nova dimensão, pois situada no contexto nacional, poderá mais facilmente ter condições de ser compreendida e modificada.

2. A PARAÍBA E SUA HISTÓRIA

Para *Manuel Tavares Cavalcanti* o litoral paraibano começou a ser conhecido desde os primórdios do descobrimento do Brasil, sendo largamente percorrido por navegadores portugueses, estrangeiros e traficantes de pau-brasil, entre os quais os mais importantes eram os franceses, que conseguiram a amizade dos Potiguaras, indígenas que dominavam o litoral ao norte do Rio Paraíba, sendo a parte sul ocupada pelos Tabajaras.

Em 1574, depois de atacado e praticamente destruído, o engenho Tra-cunhaem, do português Diogo Dias, foi ocupado pelo Ouvidor Fernão da Silva, à frente de uma expedição, derrotada pelos indígenas que habitavam a região.

Posteriormente, em 1579, João Tavares, Juiz de Órfãos e Escrivão da Comarca de Olinda, fundou na ilha de Restinga, um fortim de madeira, destinado a pro-terger uma povoação recentemente construída à margem do rio Paraíba. Estava iniciada a colonização e efetiva ocupação da Paraíba pela Coroa Portuguesa.

Por volta de 1601 a Paraíba é assim descrita: "Correndo para a parte sul vinte e duas léguas do Rio Grande, está a Capitania da Paraíba, situada em 7o. e dois ter-ços de altura da linha equinocial, para a parte do sul, entra-se na sua barra Nordeste Sudoeste, tem noventa palmos de água de preamar de dentro um bom surgidouro. Na entrada da barra tem uma fortaleza que chamam Cabedelo, com vinte mosqueteiros de guarnição e capitão posto por Sua Majestade, com os mais oficiais, e quatro léguas pelo rio acima, está a cidade de Filipéia, aonde reside o governador, tem ali cem vizinhos portugueses e seis mosteiros: um de São Bento e outro de Franciscanos, em seu distrito habitam oitocentos portugueses em que haverão quatorze ou quinze engenhos de açú-car e grandes roçarias de mantimentos: tem em redor quatorze mil potiguaras, é gentio da terra e outras nações que aí habitam repartidas por suas aldeias, que estão a cargo dos frades menores de S. Francisco. Tem a dita cidade trinta soldados de guarnição que com os acima ditos fazem cinquenta e todos da obrigação de Cabedelo, o qual tem três peças de bronze e cinco de ferro coado. A gente da terra se reparte em duas companhias de quatrocentos homens brancos e mais uma em que entram trinta cavalos, com suas armas e mais oficiais necessários. O Capitão Governador tem de ordenado cem mil réis por ano por provisão de Sua Majestade".

Em 1634, diz *José Leal*, a cidade de Filipéia (atual João Pessoa), já tinha alcançado considerável desenvolvimento, contando mais de mil habitantes na área urbana onde existiam, como construções de maior vulto, os conventos de S. Antonio, Carmo e São Bento e a Igreja de N. S. das Neves, além das igrejas de São Gonçalo, anexa à Casa dos Jesuitas e a da Misericórdia. O vale do Paraíba e os terrenos banhados pelo seus tributários achavam-se densamente povoados e vestido o seu solo pelos imensos canaviais, que fornecia a matéria-prima para a movimentação de dezoito engenhos de açúcar, todos servidos de moradores, escravatura africana e silvícolas domesticados".

Era dentro desse quadro histórico que se desenvolveria a educação na Paraíba. Quadro que reproduzia as mesmas características da colonização brasileira, processo pelo qual os portugueses, como já foi dito, cristianizavam e exploravam as novas terras.

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

3. A PARAÍBA HOJE

3.1. Aspectos físicos

Encravada no Nordeste oriental e situando-se no mosaico de Estados nordestinos, a Paraíba apresenta uma área geográfica de 56.372 km². É um pequeno Estado, dos primeiros criados no Brasil, e por isso mesmo, relativamente populoso: 2.445.000 habitantes, ou seja, 43,3 habitantes por km². No seu território, encontramos considerável porção da Borborema, cuja superfície, situada entre 600 e 700 m de altitude, ocupa apenas 1/3 de suas terras. Essa cadeia de montanhas, relativamente baixa, não ultrapassa jamais mil metros de altitude e nasce a oeste de Pernambuco, morrendo perto do mar, no Rio Grande do Norte.

De acordo com o *Diagnóstico da Situação Educacional do Estado*, climaticamente as terras paraibanas colocam-se sob três faixas pluviométrias distintas:

- a) a zona litorânea, beneficiada com os totais elevados das precipitações costeiras;
- b) a faixa de semi-aridez, que começa no Rio Grande do Norte e se prolonga até Pernambuco, tomando na Paraíba a dominação do Cariri;
- c) a faixa das terras baixas do sertão do oeste, além da Borborema.

3.2. Aspectos econômicos

A economia paraibana, predominantemente agrícola, compreende dois complexos bem distintos:

- a) o complexo canavieiro;
- b) o complexo pecuária-algodão-agricultura de subsistência.

O primeiro define o perfil sócio-econômico do litoral e do brejo paraibano, alcançando a agroindústria do açúcar no século XVI, graças a situação internacional, um alto grau de rentabilidade econômica.

Esse tipo de economia produziu uma sociedade sobretudo no litoral calcada nas relações patriarcais e escravocratas, com reflexos no trabalho que perduram ainda hoje. Em consequência disso, a mobilidade social é quase nula ou muito pequena.

O segundo completa e garante à cultura do açúcar sua sobrevivência, pelo fornecimento de alimentos e animais de tração.

Nas terras onde não se cultiva a cana-de-açúcar, desenvolvia-se a pecuária como simples apêndice da economia açucareira de exportação.

Assim como no século XVI o açúcar foi privilegiado devido ao comércio internacional, assim no século XIX, especialmente durante a guerra da Secessão norte-

americana, o algodão colocou-se como um dos principais produtos da economia paraibana, alcançando altos preços, graças principalmente ao clima do sertão, altamente favorável a esse tipo de cultura.

3.3. Aspectos demográficos

De acordo com os resultados do Censo Demográfico de 1970, a população paraibana é de 2.445.419 habitantes, equivalendo a uma densidade demográfica de 43.30 habitantes por quilômetro quadrado.

A análise da densidade demográfica, segundo as Regiões de Ensino, revela que a população da Paraíba está mais concentrada na área litorânea e no Brejo.

Ainda segundo o Censo de 1970, a população urbana do estado é de 1.019.338 habitantes, fazendo com que as 10 maiores cidades abriguem 62% da população urbana do estado e 22% da população total. Note-se ainda que das 10 maiores cidades do estado, apenas 2 estão localizadas no sertão, encontrando-se as demais a este da Borborema.

4. EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL PARAIBANO

O item anterior mostrou, embora em rápidos traços, a situação da Paraíba: estado da região Nordeste, de economia predominantemente rural, com um tipo de sociedade marcado pela colonização, e onde a rápida industrialização ainda não conseguiu desfazer o perfil patriarcal, pois que essa industrialização é muito mais um processo de modernização do que mesmo uma transformação profunda no relacionamento entre os diversos estratos que compõem a comunidade paraibana como um todo.

É dentro desse contexto que se estudará as diversas fases, de acordo com a divisão tradicional da história brasileira em Colônia, Império e República.

ALMIR E MARGARIDA

4.1. Educação na colônia

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

No período colonial, a educação paraibana está marcada pela presença dos jesuítas, incorporados às tropas do ouvidor geral Martin Leitão, estabelecidas em 1585, como bem assinala Elpídio de Almeida.

Para *José Baptista de Mello*, a missão dos jesuítas era de proteção aos francos, catequizando e civilizando os nativos e fundando núcleos de alfabetização.

É verdade, como afirma o mesmo autor, que as escolas jesuíticas reduziram-se a ensinar rudimentos de leitura, cálculo e escrita e indispensáveis lições de latim aos filhos de colonos e jovens índios mansos, por eles domesticados.

Expulsos da capitania, depois de uma disputa com os religiosos de São Francisco, os jesuítas são substituídos na missão de educar pelos frades de São Bento, que mantêm o único núcleo escolar na colônia, através de um curso de Latim.

Com a tomada da Paraíba pelos holandeses, o início da construção do mosteiro de São Bento é destruído, e com ele conseqüentemente essa tentativa de uma educação, ou seja, o curso de latim.

Durante o resto do século XVII, a Paraíba não conhece nenhum progresso em matéria de educação. *José Baptista de Mello* assinala que a colônia contava apenas com 2 ou 3 escolas, mantidas por ordens religiosas, e com professores que ensinavam pelos engenhos, aos filhos de seus proprietários.

De volta à Paraíba, os jesuítas iniciam em 1748 a construção de um colégio, graças ao auxílio de doze contos de réis, doados pelo casal Manuel da Cruz e Luzia do Espírito Santo. Através do Alvará de 4 de março de 1751, o governo central destina ao colégio, em forma de ajuda, a quantia de duzentos cruzeiros, num reconhecimento oficial dos benefícios que o referido estabelecimento de ensino trouxera à terra.

Paralelamente à construção desse colégio, a capitania sofre notável progresso, assim descrita por *Irineu Pinto*: "A freguesia contava pouco mais ou menos, nessa época, 9 igrejas, 33 capelas, 5 conventos, 17 engenhos, 2.437 fogos, uma população de 10.050 almas, podendo-se orçar a população propriamente urbana em 3.000 almas".

A nova expulsão dos jesuítas, agora por ordem do Marquês de Pombal, em 1759, assinala curiosamente o início do ensino oficial na Paraíba. É que sentindo o vazio que o exílio dos filhos de Santo Inácio causara à educação, os habitantes da terra fizeram várias reclamações e pedidos à Corte, solicitando a criação de escolas que preenchessem a lacuna deixada pelos jesuítas.

Assim é que pela Carta Régia de 17 de abril de 1766, foi criada na capital uma cadeira de Latim, provida a 12 de novembro de 1763 por João Adolfo, recebendo o ordenado de trezentos mil réis por ano. Esse é o verdadeiro marco da educação oficial em terras paraibanas.

A Portaria de 6 de abril de 1822 da Secretaria dos Negócios do Reino, mandando criar escolas de primeiras letras em todas as cidades e vilas subordinadas a Portugal, é cumprida na Paraíba pelo edital da Junta Governativa de 28 de agosto do mesmo ano.

Através desse edital, o governo da Paraíba convidava "qualquer pessoa que queira empregar-se na Instrução em qualquer vila da Província a comparecer com o seu requerimento legalizado para ser provido na Escola que escolher, sujeitando-se ao honorário que com muita brevidade se vai estabelecer, logo que tenham chegado as informações de que depende o cálculo".

A Paraíba vivia os últimos momentos da Colônia. O 7 de setembro encontra a Província com doze escolas de primeiras letras, assim distribuídas: duas na capital e dez no interior, sem falar na aula de Latim, criada em 1766.

4.2. Educação no império

A Independência e conseqüentemente a instalação do Império no Brasil encontra uma Paraíba que havia dado à Revolução de 1817 seus mártires e heróis.

Por isso compreende-se, como nota *José Baptista de Mello*, não ter a província se entusiasmado com os novos rumos que tomava a nação. Se a Paraíba não se opôs ao Império, também a ele não aderiu de boa vontade.

No tocante à educação, *Cláudio José Lopes Rodrigues* afirma que “a grande deficiência do atendimento à instrução elementar foi um dos traços marcantes no Império brasileiro”. Para o mesmo autor, a educação era necessariamente voltada à preparação de uma elite e não para a instrução do povo; um regime educacional “próprio para fabricar uma cultura anti-democrata, de uns privilegiados” e onde teria de imperar a “distância social entre adultos e crianças, o rigor da autoridade, a ausência de colaboração da mulher, a grande diferença na educação dos dois sexos e o predomínio quase absoluto das atividades puramente intelectuais sobre as de base mecânica”.

Não se pode esquecer também que considerável parte da população não tinha acesso nem direito à educação. Era a população escrava, representando um forte contingente dentro da população brasileira, como se depreende dos seguintes números: em 1800 os escravos eram 1 milhão de pessoas, ou seja, 33,3% da população total do país, passando em 1823 para 1.147.515 ou seja, 29% da população brasileira.

Dentro desse contexto, desenvolveu-se a educação na Paraíba na época imperial.

Assim é que em 1823, a província trata de organizar o ensino público, reclamado pela população. Desse modo foram criadas cadeiras de Latim, nas vilas de Pilar, Nova da Rainha, Brejo de Areia e Sousa, recebendo os professores a quantia anual de duzentos e quarenta cruzeiros, e cinco de primeiras letras, em Bananeiras, Itabaiana, Santa Rita, Cabedelo e Serra da Raiz, com ordenados de centô e cinquenta cruzeiros.

Interessante será mencionar dentro desse quadro educacional, a instrução feminina na província da Paraíba nessa fase de sua história.

Do mesmo modo que no resto do país, a educação da mulher era relegada a um plano inferior, realizando-se por iniciativa de particulares, e quase nunca do poder público em vivendas da cidade, em casas grandes, como bem assinala *Maria de Lourdes Mariotto Haidar*, restringindo-se essa instrução a noções de leitura e escrita, de música e dança, ao aprendizado de bordados finos, à confecção de comida caseira, e quando muito, a rudimentos de língua francesa.

Cláudio José Lopes Rodrigues nota que seguindo a regra de todo o Império, a província da Paraíba não era terra fértil à educação feminina. Para dar um exemplo, mostra que o Colégio de Nossa Senhora das Neves, criado na administração de Beaurepaire Rohan não foi além do ano de 1861, sendo fechado sob o pretexto de que suas despesas não justificavam o serviço que prestava à comunidade paraibana.

Ainda segundo o mesmo autor, em 1857 era insignificante na Paraíba, o número de escolas para o sexo feminino, não além de cinco, contra 39 destinadas aos meninos.

No entanto, essa situação tinha sido amenizada em 1828 com a criação de uma escola especialmente para o sexo feminino, por sugestão do Conselheiro padre Joaquim Antonio Leitão.

4.2.1. Criação do Liceu Paraibano

A Lei nº 11 de 24 de março de 1836 marca uma importante data na história da educação da Paraíba: a criação do Liceu Paraibano, acontecimento que pode ser considerado, como bem afirma *Mello*, no âmbito da instrução pública, como a primeira tentativa de sistematização dos estudos secundários que estavam na Província, como em todo o Império, fragmentados em aulas avulsas, à semelhança das aulas régias dos tempos coloniais, e agrupando como nota *Leal*, as diversas Cadeiras de Humanidades existentes na Capital.

Para *Rodrigues*, sua instituição foi uma decorrência do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 à Constituição de 1834, e que pode ser considerado o instrumento legal mais importante para a educação nesse período, com implicações que se estenderam até nossos dias.

É verdade, como assinala Haidar, que o Ato Adicional foi um compromisso entre as tendências radicais e os ideais conservadores, refletindo a prudência e o comedimento de muitos dos antigos radicais a quem, após a abdicação, fora confiada a tarefa de manter a ordem e a integridade do Império.

Esse compromisso, não impediu, no entanto, que algumas inovações tenham sido tentadas, entre as quais a mais importante foi o nascimento dos primeiros liceus provinciais, como o Ateneu do Rio Grande do Norte, em 1835, o Liceu da Bahia, em 1836, o de Goiás, em 1847, o Alagoano, em 1849, o Sergipano, em 1862.

Em consequência do panorama geral da educação no Império, dirigida a uma minoria, e sobretudo por seus cursos não permitir o ingresso nas Escolas Superiores, como no Colégio de Pedro II, por exemplo, os Liceus provinciais não obtiveram o êxito esperado, sendo diminuta sua clientela. Para comprovar, Rodrigues apresenta um quadro dessa matrícula no Liceu Paraibano, nessa época:

1838:	120	alunos
1844:	66	"
1851:	96	"
1852:	78	"
1856:	132	"
1857:	93	"
1860:	93	"
1863:	109	"
1865:	136	"
1866:	123	"
1877:	96	"

Note-se que em 1841, a população da Província da Paraíba era de 227.800 habitantes. Pode-se verificar, analisando-se esse dado, que apesar do baixo índice populacional, era insignificante o número de alunos matriculado no mais importante estabelecimento de ensino da terra.

Além dos motivos acima mencionados, responsáveis pela pouca matrícula nos Liceus, tanto *Haidar* quanto *Rodrigues* atribuem igualmente aos Exames Preparatórios um dos fatores do desprestígio desses estabelecimentos educacionais. Em decorrência desses exames, *Rodrigues* afirma que a freqüência concentrava-se nas cadeiras vinculadas ao ingresso nas faculdades com quase completo ou completo abandono das demais: nas sete cadeiras oferecidas pelo Liceu Paraibano em 1863, de um total de 109 alunos, 64 freqüentavam a de latim e 23 a de francês, pulverizando-se o restante (22 alunos) pelas demais cadeiras.

Com o Decreto nº 5429 de 3 de outubro de 1873, segundo o qual os Liceus poderiam ter seus exames validados oficialmente, a Paraíba alcançava grande vitória, passando o Liceu Paraibano a atrair grande número de alunos. A esse respeito, *Primitivo Moacyr* refere um pronunciamento do Presidente da Província, Correia Lima, comentando o Decreto imperial: "Desde então a matrícula do Liceu tem aumentado, a freqüência é mais regular". *Moacyr* afirma no entanto, que a declaração do Presidente é um tanto equivocada, pois dos 313 estudantes que se apresentaram para os exames, muitos vinham de Pernambuco.

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe

CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

4.2.2. Primeira reforma da instrução pública

Apesar de todas as dificuldades por que passava, a Província crescia. A exportação do algodão, principal produto local, fora no ano de 1851 de 2.633 fardos, número considerado significativo para a época.

Nessa fase, segundo *Leal*, circulavam pela província cinco jornais: “O Correio Oficial Paraibano”, “O Espectador”, “O Investigador”, “A Ordem” e o “Tapuio”.

Segundo levantamento da Secretaria do Governo, o número de eleitores era de 513 votantes, para uma população de 183.920 indivíduos livres e 28.546 escravos.

Em 1852, *Leal* assinala a existência de 39 escolas públicas, 16 particulares, com uma freqüência de 520 alunos, sendo que o Liceu Paraibano matriculara 82 alunos, dos quais 10 prestaram exame.

É dentro desse contexto, e para atender aos reclamos da população, que sente a educação relegada a um segundo plano, que surge a Primeira Reforma da Instrução Pública, merecendo o comentário do dr. João Capristano: “A nossa população do interior, pelo gênero de vida a que se aplica, não considera a instrução primária como uma necessidade; não faz por isso, em geral, o menor sacrifício para obtê-la”.

Para fazer face a esses problemas, o governo da Província promulga a Reforma da Instrução Pública, que tem a data de 11 de março de 1852.

Naquela época acreditava-se como ainda hoje, que os males da educação seriam curados através de reformas, como se a simples existência de uma lei pudesse mudar os condicionamentos e os relacionamentos que se estabelecem no interior do processo educativo.

No entanto, apesar de tudo, essa primeira Reforma teve o mérito de despertar a comunidade para a criação de uma Escola Normal, encarregada da formação de professores, considerando o quadro descrito por *Mello*: “Chefes políticos, como simples recados, arranjavam o cargo de professor para pessoas semi-analfabetas, seus afilhados ou eleitores, que se eternizavam, ensinando o ABC às infelizes populações do interior”.

Em virtude dessa situação, a Lei nº 30, de 30 de junho de 1884 cria a Escola Normal da Paraíba, cabendo ao Presidente da Província, Dr. Antonio Sabino do Monte, instalá-la solenemente a 7 de abril de 1885.

Em 1889, comenta *Rodrigues*, cai o Império e nasce o novo regime político da República. A agricultura toma novo alento, o café chega ao auge do seu ciclo. Aparecem os elementos da atividade industrial, animados por um desenvolvimento tecnológico que se insinua e é representado pela ferrovia, pelo navio a vapor, pelo telegrafo, pelas primeiras máquinas para a indústria de transformação.

O Império, nos seus sessenta e sete anos de existência havia legado à Paraíba, sessenta e sete escolas primárias, que somadas às doze herdadas da Colônia, perfaziam um total de setenta e nove.

Segundo *Mello*, a Província contava, acreditando-se em levantamento da época, com 2.284 alunos nas aulas públicas, 225 no Liceu Paraibano e 33 no Externato Normal, além de algumas dezenas de estudantes nos cursos de Latim que funcionavam em Areia, Mamanguape e Sousa.

4.3. Educação na República

Recorrendo-se mais uma vez a *Rodrigues*, pode-se afirmar que a República encontra um Brasil ainda eminentemente agrário, com grande parte da população localizada no campo, indiferente ao tipo de vida das grandes cidades. Viviam-se a época do coronelismo, onde os chefes locais trocavam os votos dos seus "currais eleitorais" por favores do Governo Central.

Nesse quadro social-político, a educação não poderia merecer uma atenção especial, sobretudo pela ausência de pressão de grupos populares, reduzindo-se essa pressão à atividade de minorias que viam no ensino secundário um simples acesso ao curso superior, sendo prova disso a sobrevivência dos preparatórios até o ano de 1925.

Por isso *Lourenço Filho* diz que "os governantes da Primeira República continuavam a agir como os escravocratas da colônia, e os aristocratas do Império. A educação das massas nada lhes significava nos planos de transformação de vida política do país".

Ressaltando-se sempre a precariedade dos dados obtidos, pode-se perceber através do estudo de *N. R. A. Silva*, o quadro geral da educação brasileira, do início da República. Se se toma critério a relação matrícula 1.000 habitantes do país, tem-se o seguinte resultado, evidentemente medíocre; em termos de crescimento, comparando-se com os últimos anos do Império:

1865:	0,96	aluno	por	1.000	habitantes
1869:	1,1	"	"	"	"
1889:	1,2	"	"	"	"
1933:	1,8	"	"	"	"

Na história da evolução da educação na Paraíba durante a República, aceitar-se-á a divisão de *Mello*, para quem a história do estado, nesse período, divide-se em duas fases: de 1889 ano da implantação do novo regime político, até 1930, data da revolução na qual a Paraíba teve importante participação, e daí até nossos dias.

No primeiro período da história republicana na Paraíba, os acontecimentos que marcaram a educação foram estes:

A - 1a. FASE: 1889-1930

a) REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Na administração de Peregrino de Araújo (1900-1904), procedeu-se à Reforma da Instrução Pública, especialmente dedicada ao ensino primário, ainda regido pelo regulamento de 1886.

ALMIR E MARGARIDA
Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

Para a elaboração dessa Reforma foram convidados os diretores da Instrução Pública, Escola Normal e Liceu Paraibano.

Promovendo medidas que significassem de alguma forma uma dignificação do magistério, como aumento de salários, a Reforma da Instrução Pública foi promulgada pelo Decreto nº 241 de 26 de agosto de 1904, e vigorando até o ano de 1917.

b) REFORMA DE 1917

No governo de Camilo de Holanda (1916—1920) acontece a segunda grande reforma do ensino paraibano. Através dela, notava-se já uma tendência muito comum na educação, e já apontada nesse trabalho, de fazer a educação crescer através de Reformas, de leis, de Decretos, como se esses não fossem ou devessem ser o resultado de uma prática educativa, o resultado de experiências levadas a efeito pela própria educação.

Desse modo, a 21 de dezembro de 1917, pelo Decreto nº 873, estava reformado o sistema educacional da Paraíba, trazendo alguns resultados práticos, como o primeiro grupo escolar no interior do estado, em Itabaiana, e dois na capital, o Epitácio Pessoa e Antonio Pessoa, sendo igualmente iniciadas as obras de um terceiro, o Isabel Maria das Neves.

B — 2a. FASE: 1930—1956

Com o advento da Revolução de 1930 e o início da República Nova, o incipiente parque industrial da Paraíba, que na República Velha limitara-se a existência de prensas e usinas de beneficiamento de algodão, diversifica-se um pouco, com o aparecimento de novas indústrias: cimento, óleo comestível e torta de caroço de algodão, de farinha e amido, usinas de extração de óleo de semente de oiticica e de aproveitamento do coco, de açúcar, de fiação e calçados.

O processo de industrialização faz-se lentamente e na década de 40 só uma indústria merece atenção: a Companhia Paraibana de Cimento Portland S.A. com 415 operários, e 34 funcionários, e cuja produção alcançou em 1942, 42.902.280 kg de cimento, uma produção razoável para um Estado pobre.

A Paraíba estivera no centro dos acontecimentos que terminaram com a Revolução de 30.

Vitorioso o movimento, assumiu o governo do Estado, na qualidade de Interventor Federal, o Sr. Antenor Navarro, a 11 de novembro de 1930, e que governaria a Paraíba durante 17 meses, enquanto o Sr. José Américo de Almeida ascendia à chefia do governo do Norte, conforme planos estabelecidos pelos revolucionários.

A título de curiosidade, assinala-se que havia em todo o Estado, nessa época, 864 automóveis e 347 caminhões, enquanto o orçamento consignava uma

despesa de 15.263.000\$000 para uma receita de 13.861.000\$000, desequilíbrio atribuído por *Leal* à luta de Princesa Isabel, no interior, e que havia tumultuado a vida econômica do Estado.

Note-se ainda que o nome Cidade da Paraíba foi mudado para João Pessoa, em homenagem ao chefe paraibano morto em Recife.

Ainda de acordo com *Leal*, circulavam na Capital, nessa época, os jornais “A Ação” e o “Diário da Paraíba” e em Alagoa Nova “O Momento”.

Em consonância com esse quadro geral, desenvolve-se a educação do Estado, cujos principais fatos a serem assinalados são:

a) AUMENTO DO NÚMERO DE ESCOLAS E MATRÍCULAS

No governo Antenor Navarro (1930–1932) foram criadas 103 escolas, alcançando a matrícula o número de 36.678 alunos, segundo *Leal*. Na afirmação de *Mello*, foram 220 escolas espalhadas por todo o Estado, em decorrência sobretudo do Decreto nº 33, de 11 de dezembro de 1930, que extinguiu o sistema municipal de ensino, passando para o Estado todas as responsabilidades pela instrução primária da comunidade paraibana.

b) CRIAÇÃO DA REVISTA DO ENSINO

Acatando sugestão da Diretoria do Ensino, e com o objetivo de levar aos professores do interior, as últimas novidades em matéria de instrução e pedagogia, foi criada a Revista do Ensino, no governo Gratuliano Brito, (1932–1935), através do Decreto nº 287, de 8 de junho de 1932.

A Revista do Ensino será analisada com mais detalhes em outro item deste trabalho, devendo-se reconhecer, desde já, a grande contribuição que trouxe sobretudo ao corpo docente estadual.

ALMIR E MARGARIDA
Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

c) SECÇÃO DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS

Pelo Decreto nº 251, de 28 de janeiro de 1932, o Interventor Antenor Navarro ratificava o Convênio para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas, e firmado em 20 de dezembro de 1931, entre os Governos Central e os do Distrito Federal, dos Estados e Território do Acre.

Pode-se bem avaliar os serviços prestados por essa Secção, num Estado carente de dados referentes à educação, mesmo hoje, e contando naquela época com apenas três funcionários encarregados de todo o serviço estatístico, antes da criação daquele Serviço.

Foi graças à Secção de Estatísticas Educacionais que se procedeu a um levantamento ao final do governo Gratuliano Brito, no que se refere à matrícula global. Assim é que encontra-se nessa fase, para uma matrícula de 48.611 alunos, um total de 692 unidades escolares.

Inicia-se também a construção da Escola de Agronomia de Areia, graças a um empréstimo tomado ao Banco do Brasil pelo governo do Estado.

d) ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES

Com o objetivo de melhorar o nível de ensino do sistema estadual de educação, e de dotar a instrução de um estabelecimento modelo, foi criada ainda na administração de Gratuliano de Brito, a Escola de Aperfeiçoamento de Professores, instituída pelo Decreto nº 497, de 12 de março de 1934.

É interessante notar, como o faz *Mello*, que em virtude de não poder contratar novos professores para a Escola, face à precariedade dos recursos financeiros, o governo nomeou importantes figuras no mundo local, que no período de 2 anos, ou seja, de 1934 a 1935, prestaram serviços como docentes sem qualquer remuneração.

O magistério era visto segundo uma tendência ainda presente em nossos dias, como uma espécie de sacerdócio, uma ação caritativa, um trabalho desinteressado e que não podia comportar nenhum tipo de recompensa financeira.

Segundo o decreto de criação, a Escola de Aperfeiçoamento de Professores mantinha um curso regular de dois anos, ficando seu currículo assim constituído:

- Psicologia
- Educação Sanitária
- História da Pedagogia
- Metodologia
- Artes Industriais Domésticas
- Desenho e Trabalhos Manuais
- Educação Física
- Língua Portuguesa e Literatura Nacional
- Matemática
- Ciências Físicas e Naturais
- Educação Artística

Apesar de seu enciclopedismo, tendência da época, vê-se que o currículo da nova Escola preocupa-se com problemas pedagógicos, tentando oferecer ao professor, instrumentos eficazes para seu bom desempenho profissional.

e) PLANO DE REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DA PARAÍBA

Vivendo a Paraíba novamente sob regime constitucional, assume o poder o Sr. Argemiro de Figueiredo, que administra de 1935 a 1940.

Preocupado com a situação do ensino do Estado, e adepto das reformas como solução aos problemas educacionais, envia o Diretor do Ensino Primário ao Rio de Janeiro, a fim de que pudesse observar o sistema educacional do Distrito Federal.

Dessas observações nasceria o Plano da Reforma da Instrução Pública da Paraíba, uma espécie de transplante de outras experiências, realizadas num contexto sócio-cultural diferente, atendendo a outras necessidades.

O Plano era ambicioso, e criava o Departamento de Educação, o Ensino Normal, o Quadro oficial do Pessoal do Ensino, regulamentava o Ensino Particular, instituiu a Escola Normal Rural, a Escola Rural Modelo, o Ensino Noturno, o Ensino Profissional, o Museu de Artes e Produtos Regionais, Clubes Agrícolas, Oficinas, Conselho de Educação, Serviços de Rádio, Cinema Educativo, Estágio de Professores no Rio de Janeiro, Fiscalização do Ensino, Instituições de Auxiliares de Ensino, Recenseamento Infantil, Educadoras Sanitárias, Fundo Escolar.

Mello em sua obra já citada nesse trabalho, afirma que em virtude de tão arrojadas iniciativas, as despesas com a educação que em 1934 tinham sido de Cr\$ 2.283.360,00 passam em 1939 a Cr\$ 5.280.333,30, ou seja, comportam um acréscimo de mais de 100%. Um Diretor do Departamento de Educação passa a perceber vencimentos de Cr\$ 1.300,00, enquanto um professor concursado tem salários de Cr\$ 140,00.

Em 1951, já redemocratizado o país, assume a chefia do poder executivo o Sr. José Américo de Almeida (1951-1956), cercado de enorme prestígio popular, decorrência de sua vitória eleitoral.

* Na opinião de *Leal*, a administração de José Américo caracterizou-se pelo esforço em recuperar as finanças do Estado e em elevar o nível cultural da Paraíba.

Em seu governo podem ser assinalados os seguintes fatos em favor da educação e da cultura estaduais:

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

- Comemoração do cinquentenário do romancista José Lins do Rego.
- Criação das Faculdades de Filosofia e de Odontologia.
- Apoio à instalação da Faculdade de Medicina.
- Criação da Escola Politécnica da Paraíba, primeira unidade de Ensino Superior a ser localizado numa cidade do interior nordestino, e hoje pertencendo à Universidade Federal da Paraíba.
- Construção do Colégio Estadual de Campina Grande, inaugurado em janeiro de 1953.

5. LIVROS, DOCUMENTOS E ATOS SIGNIFICATIVOS

Antes de se analisar a educação na Paraíba hoje, serão destacados alguns livros, documentos, revistas, atos e decretos que de alguma forma representam um marco na evolução dessa educação.

5.1. Guia dos professores primários

Em homenagem à passagem do primeiro centenário da instituição do Ensino Primário no Brasil, e sob os auspícios da Imprensa Oficial da Paraíba, José Eugênio Lins de Albuquerque, Secretário Geral da Instrução Pública organiza um *Guia dos Professores Primários*, tendo como objetivo, segundo o próprio autor, orientar o professor neófito no se dirigir com mais segurança às autoridades a quem está subordinado, pois, como sabemos, ordinariamente, o professor recentemente nomeado desconhece os dispositivos regulamentares da Instrução Primária.

O *Guia* orienta o professor em pedidos de licença, adiantamentos de salários, procuração, em organização de mapas e preenchimento de boletim de frequência, etc., enfim, presta um serviço aos que se ocupam da educação no Estado.

5.2. Revista do ensino

Conforme já foi assinalado nesse trabalho, criou-se no governo Gratuliano Brito a Revista do Ensino, com o fim de fazer circular entre os responsáveis pela educação estadual, artigos, entrevistas, narração de experiências pedagógicas, e com publicação trimensal.

No seu número 17 de abril de 1942, a Revista do Ensino traz uma entrevista do Professor *Lourenço Filho*, em visita à Paraíba, convidado pelo governo do Estado, a fim de estabelecer "Diretrizes para Reorganização do Ensino na Paraíba".

A entrevista é histórica, pelo muito que propõe e pelas observações que o eminente educador faz sobre o nordeste em geral e sobre a Paraíba em particular.

5.3. O ensino comercial na Paraíba

Em 1947, o Professor *Clóvis Lima* publicava um livro analisando a história do ensino comercial no Estado, especialmente o esforço da Escola Técnica de Comércio Eptácio Pessoa.

O livro vale pelo estudo que faz de um ramo do ensino que contribuiu de maneira decisiva para a educação paraibana, além de citar os nomes dos professores

desde a fundação da Escola Técnica de Comércio Eptácio Pessoa, e analisar toda a legislação fundamental sobre o ensino comercial na Paraíba, e cujo primeiro Decreto foi o de nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905.

5.4. Evolução do ensino na Paraíba

Escrito por *José Baptista de Mello*, e várias vezes citado nesse trabalho, é um excelente roteiro para quem quiser conhecer de que maneira evoluiu a educação na Paraíba, desde os tempos coloniais.

Apesar de não se constituir numa análise crítica do sistema educacional do Estado, seu maior mérito está nos dados e nomes que fizeram esse sistema.

O livro de *Mello* teve sua 2a. edição publicada em 1956 pela Imprensa Oficial da Paraíba, dentro da coleção Arquivos Paraibanos.

5.5. Diagnóstico da situação educacional do Estado

Em fevereiro de 1972, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba publica um documento de grande importância. Trata-se de um estudo até certo ponto exaustivo da situação educacional do Estado, a partir de considerações de ordem econômica, social, demográfica, geográfica.

O documento traça um perfil detalhado das variáveis constituindo as diversas forças que interagem na comunidade paraibana, e analisa de que maneira o sistema estadual de ensino está organizado, através da descrição de programas, currículos, planejamento, supervisão, etc. No decorrer desse trabalho, o documento foi citado algumas vezes.

5.6. Decreto Nº 3930 de 10 de agosto de 1965

Através desse ato, o Governador Pedro Gondim institui o Conselho Estadual de Cultura, dispondo sobre sua composição e funcionamento.

Pelo Decreto acima citado, o Conselho de Cultura fica constituído por representantes das seguintes instituições:

- Academia Paraibana de Letras
- Associação Paraibana de Imprensa
- Departamento de Cultura da Universidade Federal da Paraíba
- Instituto de Advogados da Paraíba
- Instituto Histórico e Geográfico
- Divisão de Documentação e Cultura
- Divisão de Educação Artística.

ALMIR E MARGARIDA
Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

5. LIVROS, DOCUMENTOS E ATOS SIGNIFICATIVOS

Antes de se analisar a educação na Paraíba hoje, serão destacados alguns livros, documentos, revistas, atos e decretos que de alguma forma representam um marco na evolução dessa educação.

5.1. Guia dos professores primários

Em homenagem à passagem do primeiro centenário da instituição do Ensino Primário no Brasil, e sob os auspícios da Imprensa Oficial da Paraíba, José Eugênio Lins de Albuquerque, Secretário Geral da Instrução Pública organiza um *Guia dos Professores Primários*, tendo como objetivo, segundo o próprio autor, orientar o professor neófito no se dirigir com mais segurança às autoridades a quem está subordinado, pois, como sabemos, ordinariamente, o professor recentemente nomeado desconhece os dispositivos regulamentares da Instrução Primária.

O *Guia* orienta o professor em pedidos de licença, adiantamentos de salários, procuração, em organização de mapas e preenchimento de boletim de frequência, etc., enfim, presta um serviço aos que se ocupam da educação no Estado.

5.2. Revista do ensino

Conforme já foi assinalado nesse trabalho, criou-se no governo Gratuliano Brito a Revista do Ensino, com o fim de fazer circular entre os responsáveis pela educação estadual, artigos, entrevistas, narração de experiências pedagógicas, e com publicação trimestral.

No seu número 17 de abril de 1942, a Revista do Ensino traz uma entrevista do Professor *Lourenço Filho*, em visita à Paraíba, convidado pelo governo do Estado, a fim de estabelecer "Diretrizes para Reorganização do Ensino na Paraíba".

A entrevista é histórica, pelo muito que propõe e pelas observações que o eminente educador faz sobre o nordeste em geral e sobre a Paraíba em particular.

5.3. O ensino comercial na Paraíba

Em 1947, o Professor *Clóvis Lima* publicava um livro analisando a história do ensino comercial no Estado, especialmente o esforço da Escola Técnica de Comércio Epiácio Pessoa.

O livro vale pelo estudo que faz de um ramo do ensino que contribuiu de maneira decisiva para a educação paraibana, além de citar os nomes dos professores

desde a fundação da Escola Técnica de Comércio Eptácio Pessoa, e analisar toda a legislação fundamental sobre o ensino comercial na Paraíba, e cujo primeiro Decreto foi o de nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905.

5.4. Evolução do ensino na Paraíba

Escrito por *José Baptista de Mello*, e várias vezes citado nesse trabalho, é um excelente roteiro para quem quiser conhecer de que maneira evoluiu a educação na Paraíba, desde os tempos coloniais.

Apesar de não se constituir numa análise crítica do sistema educacional do Estado, seu maior mérito está nos dados e nomes que fizeram esse sistema.

O livro de *Mello* teve sua 2a. edição publicada em 1956 pela Imprensa Oficial da Paraíba, dentro da coleção Arquivos Paraibanos.

5.5. Diagnóstico da situação educacional do Estado

Em fevereiro de 1972, a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba publica um documento de grande importância. Trata-se de um estudo até certo ponto exaustivo da situação educacional do Estado, a partir de considerações de ordem econômica, social, demográfica, geográfica.

O documento traça um perfil detalhado das variáveis constituindo as diversas forças que interagem na comunidade paraibana, e analisa de que maneira o sistema estadual de ensino está organizado, através da descrição de programas, currículos, planejamento, supervisão, etc. No decorrer desse trabalho, o documento foi citado algumas vezes.

5.6. Decreto Nº 3930 de 10 de agosto de 1965

Através desse ato, o Governador Pedro Gondim institui o Conselho Estadual de Cultura, dispondo sobre sua composição e funcionamento.

Pelo Decreto acima citado, o Conselho de Cultura fica constituído por representantes das seguintes instituições:

- Academia Paraibana de Letras
- Associação Paraibana de Imprensa
- Departamento de Cultura da Universidade Federal da Paraíba
- Instituto de Advogados da Paraíba
- Instituto Histórico e Geográfico
- Divisão de Documentação e Cultura
- Divisão de Educação Artística.

ALMIR E MARGARIDA
Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

5.7. Lei Nº 2.847 de 6 de junho de 1962

Ainda no governo Pedro Gondim, é criado o Conselho Estadual de Educação, atendendo ao previsto no artigo 10 da Lei Federal nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

O Conselho, de acordo com a Lei que o criou, é composto de 12 membros, escolhidos pelo Governador, e representando os seguintes segmentos da educação estadual:

- Magistério Oficial
- Magistério Particular
- Ensino Primário
- Ensino Normal
- Ensino Profissional
- Ensino Secundário
- Ensino Superior
- Diversas Regiões do Estado.

Segundo a estrutura do Conselho, o Secretário de Educação e Cultura será seu presidente efetivo, cabendo-lhe nas decisões o voto de minerva.

5.8. Colégio de Nossa Senhora das Neves

Em comemoração aos cento e dezoito anos de fundação do colégio Nossa Senhora das Neves, o escritor *Domingos de Azevedo Ribeiro*, dos Institutos de Genealogia e Heráldica e de Arqueologia e Antropologia da Paraíba, publicou um livro no qual narra a história desse estabelecimento de ensino, desde sua fundação em 1858, através da Lei nº 13, de 4 de novembro do então Presidente da Província, Tenente Coronel Henrique Beaurepaire Rohan.

O autor descreve os primeiros tempos do colégio dirigido pelas religiosas da Sagrada Família, suas lutas, suas dificuldades, o lugar que alcançou junto à opinião pública.

Sem ser um estudo profundo, é muito mais uma tentativa de fixar nomes e acontecimentos internos, o livro de Domingos de Azevedo Ribeiro não deixa de representar um esforço para a reconstrução de uma história da educação na Paraíba.

6. A EDUCAÇÃO NA PARAÍBA HOJE

Dê maneira sumária, será apresentado um quadro geral da situação da educação na Paraíba na atualidade.

Em virtude da extensão dos temas que poderiam ser abordados, esse trabalho deter-se-á, ainda que de maneira superficial, na organização dos ensinos de 1o. e 2o. graus, e a análise do corpo docente como agente do desenvolvimento do sistema de educação como um todo.

O ensino superior merecerá um item a parte, quando será descrita a Universidade Federal em particular.

6.1. O ensino de 1o. grau

De acordo com o *Diagnóstico da situação educacional do Estado*, a rede oficial de Ensino do Estado da Paraíba tem sua organização fundamentada em dois níveis, ensino de 1o. e 2o. graus, correspondendo aos antigos primário, ginasial e colegial, como prescreve a Lei 5692 de agosto de 1971.

A educação do 1o. grau estende-se dos 7 aos 14 anos, não compreendendo o ensino pré-primário, fora da ação do Estado.

Na zona rural, funcionam as escolas isoladas, enquanto que os grupos escolares e escolas reunidas caracterizam a zona urbana. Para o Diagnóstico, as primeiras não passam de escolas com uma única sala, representando um dos pontos de estrangulamento do sistema, onde uma só professora, além de ser obrigada a atuar como professora multi-graduada, exerce ainda atividades de caráter administrativo.

Em 1970, o Ensino Primário na Paraíba dispunha de 5.898 prédios escolares e 8.802 salas de aula, distribuídas segundo a dependência administrativa pelos sistemas federal, estadual e municipal de ensino.

Segundo dados do *Anuário Estatístico* para 1969 e 1970, a matrícula geral do Ensino Primário aumentou em 93,5%, entre 1961 e 1970, o que em termos quantitativos significa que praticamente dobrou.

Nesse tempo, a participação média do setor público manteve-se em torno de 88,0%.

6.2. O ensino de 2o. grau

Dados citados pelo *Diagnóstico* mostram que a rede do Ensino Médio ou Secundário mantém um número reduzido de prédios escolares, ou seja apenas 177 unidades de ensino. Desse total, 55% são cedidos por outras instituições interessadas também na educação.

Em 1970, o Estado mantinha os seguintes ramos do Ensino Médio: Secundário, Comercial, Normal, Industrial, sendo que o antigo Ginásio tinha o maior número de alunos matriculados.

Em relação ao Ensino Industrial, a Escola Técnica Federal era a grande responsável por sua manutenção, formando técnicos de nível médio de boa qualidade.

ALMIR E MARGARIDA
Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

Segundo informações da própria Escola, esse estabelecimento de ensino mantinha em 1969 quatro cursos técnicos de 2o. ciclo: mecânica, estradas, eletrotécnica e edificações, e contando naquela época com 1.323 alunos regularmente matriculados.

Para *Rodrigues*, a expansão do ensino secundário na Paraíba obedeceu à tendência do país: a demanda das matrículas vai sendo atendida progressivamente pelo poder público que ultrapassa, por fim, a iniciativa privada. Em 1952, apenas 23,7% das matrículas pertenciam ao ensino público; em 1970, este detém 67,5% das inscrições.

Na opinião desse autor, essa expansão do ensino médio pelo Estado deveu-se em parte e talvez principalmente à criação de colégios estaduais espalhados por todo o território paraibano. Possuindo apenas um colégio estadual, o Liceu Paraibano, localizado em João Pessoa, a Paraíba viu de repente serem construídas unidades de ensino oficiais em Campina Grande, a segunda maior cidade do Estado, em Sapé, importante pólo canavieiro, em Patos, Cajazeiras, Sousa, Alagoa Grande, Areia, para só citar os principais.

6.3. O corpo docente

É indiscutível a importância do professor na produtividade do ensino, sendo ele o agente principal no desenvolvimento do currículo e na transmissão de valores de sua cultura.

No entanto, o magistério não é ainda no Brasil uma profissão reconhecida, especialmente o magistério de 1o. e 2o. graus, devido a vários fatores: herança histórica, baixa remuneração, desprofissionalização, falta de incentivo oficial, enfim, uma série de causas que não cabe analisar aqui.

No caso específico da Paraíba, a legislação, diz o *Diagnóstico*, não favorece a carreira do magistério, pela indiscriminação que se faz entre professores titulados e leigos. No ensino primário, esse nivelamento e os baixos níveis salariais contribuem decisivamente para o crescente desprestígio social da profissão do magistério.

O *Diagnóstico* constata ainda que pelo menos 2.000 docentes encontram-se atuando em trabalhos dissociados do ensino.

Em sua pesquisa sobre o magistério secundário na Paraíba, *Rodrigues* afirma que "quanto à qualificação formal, nota-se uma certa melhoria no quadro quando se compara a época do ingresso desses indivíduos no magistério com a situação de 1975. Na primeira, 38,4% dos professores tinham licenciatura plena contra 41,1% com suficiência de 15,2% com autorização a título precário. Em 1975 verifica-se uma ampliação da licenciatura plena (para 49%) e parcelada (para 9,3%) em detrimento de categorias menos qualificadas (a suficiência caiu para 31,8% enquanto a autorização precária decresceu para 9,9%).

Apesar dessa elevação, acrescenta *Rodrigues*, o magistério ainda se resente de uma melhor qualificação profissional, uma vez que a licenciatura plena ainda

não atingiu a metade dos seus elementos. Deve-se notar que sendo João Pessoa a capital do Estado, é presumivelmente cidade privilegiada em termos de qualificação de pessoal. Esse privilégio é confirmado quando se considera todo o Estado.

Quanto ao fator remuneração, *Rodrigues* apresenta uma situação dramática. Em 1975, afirma o pesquisador, o professor mais qualificado (licenciatura plena) com a maior carga horária (162 aulas mensais) ganhava Cr\$ 1.846,00, o equivalente a 30% dos vencimentos do promotor da categoria MP-3, Cr\$ 6.000,00. Essa percentagem desce a 11,6% em relação ao professor menos qualificado com igual carga horária, ou seja, professor ensinando com autorização precária, com vencimentos de Cr\$ 696,00.

Apesar de tudo, o professor paraibano dispõe de um Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos, e de vários centros de treinamentos, localizados em Sapé (região da cana-de-açúcar e do abacaxi), em Alagoa Grande (brejo) e em Sousa (alto sertão), onde se realizam cursos, estágios de atualização, encontros pedagógicos, com o objetivo de melhorar o rendimento do docente na sala de aula.

7. O ENSINO SUPERIOR: A UNIVERSIDADE FEDERAL

Embora conte a Paraíba atualmente com a Universidade Federal, com a Universidade Regional do Nordeste de Campina Grande, com a Universidade Autônoma e com várias unidades de ensino superior isoladas, nas cidades de Guarabira, Patos, Sousa, Cajazeiras, essas duas últimas cidades localizadas no alto sertão do Estado, é sobre a primeira que esse item tratará, seja por sua importância como instituição maior do sistema educacional universitário, seja por sua contribuição para o desenvolvimento do Estado como um todo.

A Universidade da Paraíba, criada pela lei estadual nº 1366, de 2 de dezembro de 1955, tornou-se uma instituição federal pela lei 3835 de 13 de dezembro de 1960.

Em 1967, como exigência do processo de crescimento que atravessava, a Universidade, pelo decreto 61920 tem seu plano de Reestruturação aplicado a sua organização.

Em 1968, o decreto nº 62178 incorpora a Escola de Agronomia de Areia, e o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, de Bananeiras.

Em 1974 a Universidade sofre sua maior reforma, chamada cêntrica, com a extinção das Escolas, Faculdades e Institutos, a fim de permitir a instituição de Centros, reunindo Cursos e Departamentos afins.

7.1. Os objetivos

Segundo a publicação *UFPb/77*, a Universidade Federal da Paraíba é instituição autárquica de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educa-

ALMIR E MARGARIDA
Avenida Vasco de Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

ção e Cultura, com sede e foro na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. Goza de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, tendo por objetivos essenciais:

- a) o ensino superior indissociável da pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação dos profissionais de nível universitário.
- b) servir à comunidade sob a forma de cursos e atividades especiais de extensão.

7.2. Aspectos físicos

A UFPb possui 4 campi:

João Pessoa, num total de 162 ha, com 62 mil m² de área construída, e a 6 km do centro da capital paraibana.

Campina Grande, com 32 ha e 12 mil m² de área construída. Situa-se no bairro de Bodocongó, distando 120 km de João Pessoa.

Bananeiras, local onde funciona o colégio agrícola Vidal de Negreiros, também pertencente a Universidade, com 370 ha, 11 mil m² de área construída, e distando 145 km de João Pessoa. Aí funciona o curso superior de Cooperativismo.

Areia, campus agrário com 300 ha e 22 mil m² de área construída, abrigando os Departamentos de Ciências Agrobiológicas e Agrozootécnicas. Dista 120 km da capital do Estado.

7.3. Os cursos

Além de manter 45 cursos de Graduação em quase todas as áreas profissionais, a Universidade tem os seguintes cursos de mestrado, alguns já reconhecidos e considerados mesmo centros de excelência, como o curso de Engenharia Civil de Campina Grande, e assim distribuídos:

JOÃO PESSOA:	Administração
	Engenharia Térmica
	Física Teórica
	Psicologia
	Letras
	Engenharia de Produção
	Educação

CAMPINA GRANDE: Engenharia Civil
Engenharia Elétrica
Engenharia de Sistemas
Sociologia Rural
Economia Rural

AREIA: Manejo e Conservação de Solos
Produção Animal.

7.4. Corpo docente

A Universidade Federal da Paraíba conta atualmente com 1.340 professores, 65% dos quais em regime de trabalho integral. 18% possuem mestrado ou doutorado e 17% estão afastados em cursos de Pós-Graduação no país ou no exterior.

Além disso, conta com a colaboração de vários professores estrangeiros, vindos através de convênios firmados com entidades internacionais.

7.5. Corpo discente

Em relação ao corpo docente, a Universidade tem 13.427 alunos, assim distribuídos:

JOÃO PESSOA	10.441
CAMPINA GRANDE	2.631
AREIA	355
BANANEIRAS	259 (2o. grau)
Alunos de Graduação:	13.002
Alunos de Pós-Graduação:	425

A Universidade Federal da Paraíba mantém ainda 4 restaurantes nos seus 4 campi, proporciona Assistência estudantil através da Fundação José Américo, possui 7 bibliotecas, um parque gráfico, ultimamente transformado em Editora Universitária, mantendo ainda um Programa de Cooperação Técnica Nacional com várias instituições de Ensino e Pesquisa, entre as quais a Universidade Estadual de Campinas, além de um Programa de Cooperação Estrangeira, com instituições de diversos países, entre os quais o Canadá, a França, a Inglaterra, a Holanda, os Estados Unidos.

8. CONCLUSÃO

A evolução da educação paraibana não difere do processo da educação brasileira como um todo. Suas origens são as mesmas, as causas que a condicionaram são comuns.

Esse trabalho tentou mostrar exatamente que não existe educação que não esteja de alguma maneira ligada aos grandes problemas que afetam o todo social. Pensar a educação dissociada de seu contexto cultural, é perpetuar a consciência ingênua, é alimentar o pedagogicismo e o reformismo que fazem das leis os instrumentos privilegiados das mudanças.

A história da educação na Paraíba acompanha a história do Brasil, os seus ciclos econômicos, as suas fases de euforia e de depressão. Na Colônia e no Império ela atende às exigências de um país essencialmente agrário, com uma estrutura social patriarcalista, com enormes diferenças de classes. Na República Velha, embora haja sinais de alguma mudança, a educação é ainda dirigida às classes privilegiadas. Com a Revolução de 30 e o processo de industrialização, a educação busca outros caminhos, mais de acordo com um mercado de trabalho que de qualquer forma se diversificava.

Com o advento da Lei 5692, a Paraíba procura ajustar-se às novas exigências da profissionalização, a um novo modelo de ensino fundamentado, embora teoricamente, na participação do aluno no mundo da produção.

Se esse trabalho tiver contribuído para situar a Paraíba e sua educação dentro do contexto brasileiro, terá cumprido sua função, ou seja, a de mostrar que um processo educativo se desenvolve interagindo com todos os fatores componentes da sociedade.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALMEIDA, Elpídio de. "O Ensino na Paraíba no Período Colonial". Revista Campinense de Cultura Nº 3, pp. 5-16, 1965.
- AZEVEDO, Fernando de. *A Transmissão da Cultura*. São Paulo, Melhoramentos, 1976.
- CAVALCANTI, Manuel Tavares. "Síntese Histórica da Paraíba". Revista do Ensino Nº 18, pp. 9-19, 1942.
- FILHO, Casimiro dos Reis. "Reforma Universitária e Ciclo Básico: modelo viável". In: ————. *EDUCAÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1976, pp. 195-223.
- FILHO, Lourenço. "Diretrizes para a Reorganização do Ensino na Paraíba". Revista do Ensino Nº 17, pp. 13-17, 1942.

- HAIÐAR**, Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Império Brasileiro**. São Paulo, Grijalbo, 1972.
- HOLANDA**, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 5a. edição, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.
- LEAL**, José. **Itinerário Histórico da Paraíba**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1966.
- LIMA**, Clóvis. **O Ensino Comercial na Paraíba**. João Pessoa, Departamento de Publicidade, 1947.
- MELLO**, José Baptista de. **Evolução do Ensino na Paraíba**. 2a. edição, João Pessoa, Imprensa Oficial, 1956.
- RESENDE**, Antonio Muniz de. **Educação, Cultura e Desenvolvimento**. Campinas, 1977 (mimeografado).
- RIBEIRO**, Darcy. **Teoria do Brasil**. 2a. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
- RIBEIRO**, Domingos de Azevedo. "Colégio Nossa Senhora das Neves". João Pessoa, 1976.
- RODRIGUES**, Cláudio José Lopes. "O Magistério Secundário Estadual da Paraíba". Tese de Mestrado apresentada na U.S.P., 1976.
- SILVA**, N.R.A. **Tradição e Renovação Educacional em Goiás**. Goiânia, Oriente, 1970.
- SODRÉ**, Nelson Werneck. **Síntese de História de Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- TEIXEIRA**, Anísio. **Educação no Brasil**. 2a. edição, São Paulo, Ed. Nacional, Brasília, INL, 1976.
- Anuário Estatístico, 1969-1970.
- Diagnóstico da Situação Educacional do Estado.

UFPb/77.

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

SOCIOLOGIA POLÍTICA E ELEIÇÕES NA PARAÍBA

José Octávio

Como não sou dos mais velhos e praticamente só me lancei ao jornalismo político e à Historiografia no início da década de sessenta, é claro que não me lembro dele.

Mas Humberto Melo — dos paraibanos em melhores condições de oferecer contribuição à História da Paraíba, pela qual vem enveredando — o recorda, e diz até, embora o filho nada tenha a ver com isso, que seu pai, comprometido com o governo títere de Vichy, foi fuzilado pelos aliados quando da libertação da França.

Mais importante é a observação de que sua presença aqui correspondeu a um dos mais animados surtos culturais da província, em tudo por tudo associado à criação da Faculdade de Direito, em cujo auditório, durante muito tempo, tiveram lugar as principais manifestações intelectuais da Paraíba. Foi assim que no período 1950/55, sob a inspiração direta de José Américo de Almeida — uma administração que resta ser considerada por este prisma — aqui estiveram Villa-Lobos, Rubem Braga, Paulo Mendes Campos, Raul Pilla, Carlos Lacerda, Tommi Dorsey, Anísio Teixeira, o incomparável sociólogo francês Georges Gurvitch, com sua autoridade de um dos mais altos momentos da Ciência Universal, e Tristão de Athayde, que encerraria o ciclo, já em julho de 1955.

No meio deles, o jovem Jean Blondel, que nos interessa mais de perto. Francês, com curso no Instituto de Ciências Políticas de Paris, onde se laureou como aluno de Jacques Lambert, sem o qual não se pode compreender a extraordinária contribuição da missão de professores franceses que resultou na criação da Faculdade Nacional de Filosofia, em 1939, de Jean Blondel ficou sobretudo a monografia **As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba**, do maior interesse para políticos, professores e jornalistas, a esta altura voltados para o significado histórico e sociológico do processo eleitoral.

Hoje, com o *boom* dos brasilianistas e a mania das teses de mestrado e cursos de doutorado, tudo que é papagaio virou sociólogo, menos Jean Blondel que já o era na década de 50, quando a Sociologia Política apenas engatinhava, no Brasil, sob

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	Nº 8	290/295	jul/set/78
-----------	-------------	-------	------	---------	------------

o influxo de certo diletantismo, presente até as obras de contribuição definitiva como as de Alberto Torres e Oliveira Vianna. Data daí, para nos acostarmos à observação do prefaciador Orlando M. Carvalho, então vice-reitor da Universidade de Minas Gerais, e que, aliás, discorda de algumas apreciações do autor sem dizer quais — “sua bem sucedida investida”, num terreno da mais alta significação para o conhecimento da evolução histórica da Paraíba, ou seja, o das eleições, entrosadas com os fatores mesológicos, econômicos, sociais, religiosos e partidários que lhes servem de suporte.

Em *As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba*, livro não por acaso editado pela Fundação Getúlio Vargas, de cujo Instituto de Direito Público e Ciência Política, faziam parte, sob a presidência de Themistocles Cavalcante, Barbosa Lima Sobrinho, Bilac Pinto, Hermes Lima, João Mangabeira, Santhiago Dantas e Victor Nunes Leal, torna-se evidente a afluência de três vetores, responsáveis pela rara penetração dessa obra singular: a feição abrangente do processo político em que o voto, como expressão do sufrágio, representa manifestação jurídica *de forma*, sendo mais importante *tudo que o condiciona*; as projeções do estudo, capaz de, já àquela época (1952), perceber certas distorções do populismo, que ficarão bem claras nas obras recentemente produzidas sobre a rutura do sistema, em 1964; e afinal, o sentido de observação das “práticas locais” que levaram o então jovem bolsista a percorrer toda Paraíba em busca de suas características, e entrevistas com professores e líderes políticos (alguns dos quais refutados no texto), e a, principalmente, manipular com destreza o resultado das eleições paraibanas de 1945, 47, 48, 1950 e 51, isto sem se limitar aos grandes centros populacionais como João Pessoa e Campina Grande (pp. 48 e 117) e industriais (Santa Rita e Rio Tinto, então subordinado a Mamanguape, p. 48), mas chegando até a cidades de porte médio como Areia e Princesa Isabel (pp. 104 e 111), e verdadeiras aldeias como São João do Cariri e Carrapateira (pp. 107 e 91).

A condição de nascido em França não obstou a Blondel perfeita identificação com a problemática paraibana. As vezes em que seu país de origem se faz invocado (pp. 18, 135, 154) assumem sentido de ilustração e, principalmente, *comparação*, como na observação de que no seu país “o partido radical (aqui ressalte-se o sentido próprio que o termo ganhou no Brasil, em contraposição à Argentina e o Chile, que seguiram a tradição francesa) é de alto a baixo uma certa maneira de ver as coisas”, o que evidentemente não acontece na Paraíba, onde “pode-se fazer um estudo completo da vida política sem mencionar a cor sentimental que os partidos tomam no Rio de Janeiro”.

Tenho para mim que essa *paraibanidade universalista* de Blondel que teve sensibilidade para descobrir a Paraíba sem ficar exclusivamente nela, tal como hoje o Grupo José Honório o vem pleiteando com insistência, derivou do próprio método seguido pelo autor. “A Paraíba (p. 157) pode ser considerada como uma das formas pelas quais se exprime a vida política no nordeste”, e “fora, sobretudo, dos Estados de Santa Catarina e Paraná, foram evidentemente de cidades enormes como são o

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguá - Ribeirão Preto - SP
CPF 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

Rio de Janeiro e São Paulo, não é certo que as condições essenciais da vida política sejam muito diferentes daquelas existentes na Paraíba e no Nordeste”.

Data daí, o encartamento da problemática política paraibana, dentro do Brasil, por quem tem olhos para a realidade da França e do mundo — o universal dentro do particular que é traço de *maturidade e espírito crítico*. “As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba” principiam, aliás, por uma análise bastante apropriada de *As Condições da Vida Política do Brasil* (pp. 17/35), além da Introdução, e, nelas, o autor atenta para as principais vivências da República Velha (1889/1930), em verdade, e à época desse estudo, o nosso passado, ao invés do Império, “uma peça de museu”. Nessa parte, sensível à reorientação das estruturas políticas brasileiras sobrevida com a Revolução de 1930 (p. 21), o autor inflete sobre o tradicionalismo rural brasileiro, fator de base para consagração do coronelismo (p. 13), o sentido regionalizante dos partidos dentro da República Velha (p. 19), realidade, aliás, não inteiramente desprezada pela Constituição de 1946, a minúscula candidatura presidencial Rolim Teles (Partido da Lavoura), em 1946, em cujo rastro andamos há algum tempo eu e Humberto Melo, e, além das modificações introduzidas pela legislação eleitoral (p. 23), a feição dos principais partidos instituídos pela República Populista, e divididos — ao que tudo indica com base nas categorias de Maurice Duverger — em aristocráticos (PSD e UDN) e monárquicos (PSP e PTB), (pp. 30 e segs.)

Questionar-se-á, nesse ponto, a estabilidade apontada pelo autor para o Nordeste (p. 12), quando, na conhecida expressão do Getúlio Vargas, cumpre (cumpria?) “equilibrar em nosso país o conservadorismo do sul com a vibração esquerdizante do Nordeste”. A estabilidade a que Blondel se refere, trata-se, todavia, de uma estabilidade *política e não social*, visto que nas suas palavras, “Recife, por exemplo, é uma cidade notoriamente da esquerda, que se assemelha ao Rio ou a São Paulo e que possui a envergadura política das grandes aglomerações européias” (p. 157). Essa intuição de Blondel para a dinâmica social nordestina representa fermento de algumas das melhores passagens do livro, aquelas em que o autor, sem empostações futuroológicas mas imbuído da *transhistoricidade* do verdadeiro cientista social, delineia os caminhos da problemática política regional e brasileira, e, até, suas contradições e pontos de estrangulamento.

Aí, insistindo no precoce esgotamento das principais correntes partidárias como “o PSD e a UDN (que) de uma certa maneira representam velhos partidos e estão em perda de impulso” (p. 32) — a tese será retomada por Vitória Mesquita Benevides, no seu ensaio por mim já comentado sobre o Governo Juscelino, onde a incapacidade desses partidos em atender às novas demandas de uma sociedade em mudança, romperá o equilíbrio do populismo pelo irrepresamento das esquerdas para o meio da rua — Blondel aponta para o que está por vir e virá:

“... O Nordeste saiu de sua calma tradicional. É o velho Brasil, mas o velho Brasil, em contato e à semelhança do sul, parece em movimento. Os camponezes começam a pensar no seu destino: eles progridem. Em grande parte esta transfor-

mação parece dever-se ao desenvolvimento dos meios de transporte, que permitiu ao Estado, às cidades, exercerem uma influência sobre o homem da roça. Certamente, os fenômenos de dependência estão ainda vivos. Mas, pouco a pouco, a dependência muda de aspecto. Cada vez mais ela se torna flexível e fenômenos de independência, nascidos da própria evolução da vida social, estão aos poucos em vias de aparecimento. (. . .). Mesmo os "chefes políticos" tradicionais procuram sua popularidade. A vida política sofre na hora atual uma verdadeira reviravolta. (. . .). Certos aspectos da vida política do passado, sem dúvida, se tornarão mais claros; no momento, por exemplo, o sudoeste do Estado não é senão uma exceção geográfica e que se explica pelo simples jogo de personalidades. Talvez mais tarde apareça a razão profunda. Não é já um resultado extraordinário verificar que, em sete anos, de 1945 e 1952, a vida política permite que percebamos a origem de uma evolução? (. . .) Em todo esse Brasil intensamente ativo, a vida política está igualmente em evolução. É claramente perceptível a transformação dos grandes centros. Mas o meio rural, tão cheio de tradição no velho Nordeste, também ele evolui pouco a pouco na direção de novas formas políticas. A mudança é menos brutal, conservadas as organizações sociais existentes; mas não deixa de ser uma realidade' (pp. 56, 72, 150 e 158).

Curiosamente, é o coronelismo, além, evidentemente, de certas inovações como estradas, açudagem, alfabetização e emigração, que se aponta como motor dessa progressiva tomada de consciência. Será, assim, tão esdrúxula a tese?

Cabem nesse ponto certas ressalvas. A maioria das pessoas possui a tendência de associar coronelismo a espírito de clã, grande propriedade, mandonismo local. Isso, porém, equivale a feudalismo, realidade derivada de nossa estrutura sesmarial, que Blondel aliás põe em causa (p. 62), e só empiricamente pode ser vinculado a coronelismo que é algo um pouco diverso. No conceito lapidar de Victor Nunes Leal, cujo edificante **Coronelismo, Enxada e Voto** Jean Blondel cita textualmente (p. 13), o coronelismo corresponde a uma etapa histórica, tipificada na República Velha, em que o grande proprietário se faz chefe político para colocar a seu serviço o nascente e cada vez mais forte aparelhamento estatal, do qual, progressivamente, a grande propriedade dependerá, com seu enfraquecimento derivado da ascensão do capitalismo e deslocamento do eixo político-econômico do país para o centro-sul industrial.

Em um de seus últimos ensaios, utilizado, aliás, por Victória Benevides na tese sobre o Governo Juscelino, Hélio Jaguaribe enfatiza a função "progressista" dos coronéis no processo político, ilação que encarei com desconfiança, diante as claras ligações do autor com a chamada ala moça do PSD, inspiradora, aliás, do ISEB e da filosofia desenvolvimentista. Mas Jaguaribe tem razão. Antecipando-se a ele, Jean Blondel demonstra (p. 77) que o enquadramento da massa eleitoral pelo coronel representa, *historicamente*, fator de progresso, à proporção em que a inserção desta no processo político, mesmo sob a tutela do cabo eleitoral, torna-a sensível a influências que modificarão, forçosamente, os primitivos termos da relação. E mais: em sua forma

ortodoxa, o coronelismo, como formulação de compromisso entre o privatismo latifundiário e o setor público, imporá o aparecimento de novas lideranças como o tabelião (Blondel cita explicitamente o caso de Taperoá, p. 69), a parteira, o coletor de impostos, o promotor, o médico, este último de constatação tão visível, entre nós, que, logo em seguida às eleições municipais de 1968, escrevi, pela imprensa falada, artigo de alguma repercussão — “A democracia dos Remédios”.

As considerações de Blondel sobre a Paraíba comprovam essa realidade. O partido entre nós majoritário — em Poder, **Alegria dos Homens**, Marcos Odilon também sustentará isso — será a UDN, “metódicamente organizada” por Argemiro de Figueiredo que, aproveitando sua passagem pelo Governo de 1934 a 40, articulará em torno do Palácio da Redenção (p. 133), sólida estrutura rural ainda hoje mais ou menos mantida em Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, Conceição e São João do Cariri. Em face dela, todavia, o PSD, que se beneficiará da cisão produzida pelo PL dentro da UDN (p. 139), também se organizará com êxito, seja agrupando os chefes políticos menores e em oposição à antiga oligarquia udeno-perrepista, seja, principalmente, recorrendo às áreas populares do litoral, nucleado em torno de João Pessoa, com exceção de Cabedelo, onde o PTB, mais capaz do que o PSD e o PSB de atrair os votos primitivamente concentrados no Partido Comunista (eleições de 1946 e 47), se beneficiará da passagem de um chefe político (tudo indica que o Sr. Luiz de Oliveira Lima, p. 144 e segs), para os seus quadros. Significativamente, Campina Grande situar-se-á, pelo espírito aberto e competitivo de sua formação (impressionado com o surto algodoeiro de sua decolagem, Blondel a denominará “cidade-cogumelo”, p. 47”) fora desse contexto, daí porque, nela, nem o fato de o Sr. Argemiro de Figueiredo proceder de lá, conseguirá assegurar maioria à UDN, rapidamente superada por movimentos mais dinâmicos como o cabralismo, de nítidas afinidades com o espírito (p. 34) carismático e melodramático do... adhemarismo...

Observador bastante sagaz para perceber as diferenças político-sociais existentes entre João Pessoa e Campina Grande (pp. 48, 117), Rio Tinto e Santa Rita (p. 47), a região monocultora de Várzea, o Brejo, o Cariri e o Sertão (p. 39), e, principalmente, entre o voto urbano e o rural, na comparação estabelecida entre o comportamento do eleitorado de Areia e seu então distrito de Remígio (nas eleições para Governador do Estado e Presidente da República, em 1950, José Américo ganhará e Vargas perderá por pequena margem na cidade de Areia, sendo porém Argemiro de Figueiredo e Eduardo Gomes amplamente vitoriosos em Remígio) — o que não faltou a Jean Blondel foi aguda sensibilidade para, entre outras questões, perceber as fraquezas da democracia brasileira, responsáveis, em última análise, pelo colapso do populismo em 1964.

Uma dessas fraquezas, proveniente do prevailecimento do candidato sobre o partido, a tal ponto de, nas eleições governamentais de 1950, “foi ao governador que o povo escolheu não o PSD. Desta situação, o partido carrega ainda as conseqüências”

(p. 144) — residiu na falta de um centro liberal-conservador sólido e consciente (no plano nacional, Dutra e Virgílio de Melo Franco chegaram a flertar com a idéia, mas enquanto o primeiro era limitado e repressivo, o segundo nunca teve voz de comando dentro de seu partido), do que resultarão as mais contraditórias alianças, celebradas, as mais das vezes, em detrimento do interesse dos partidos tradicionais, de cujas contradições logo se beneficiarão as esquerdas, não só em Pernambuco onde chegarão a empalmar o poder, mas também na Paraíba, como demonstrarei em meu ensaio ora em vias de lançamento, **Tensão Social e Revolução na Paraíba**.

A racionalização desse processo, produzida pelos brasilianistas, politicólogos como o jovem sociólogo Francisco Weffort e o emérito constitucionalista Afonso Arinos, é recente, mas já vibra nas páginas cheias de acuidade de Jean Blondel. Em termos das eleições paraibanas de 1950 — sempre um dos melhores campos de observação do autor francês — ela avulta clara no comportamento das lideranças pesse-do-peelistas de Princesa Isabel (p. 105 e segs), que mandaram votar em José Américo para o Governo do Estado, cindindo-se, na eleição presidencial, onde o PSD ficou com Cristiano Machado, e o PL foi fazer causa comum com seus adversários estaduais da UDN, na sufragação da candidatura Eduardo Gomes.

No tocante à composição das Câmaras Federal e Municipal e Assembléias Legislativas, a contradição, deduzida da coexistência entre a eleição direta para os postos executivos e a proporcionalidade para as assembléias — Afonso Arinos considera-lo-á verdadeira aberração de Direito Público, enquanto Blondel (p. 25) focalizará a questão pelo lado técnico da ausência de listas para o escrutínio uninominal e representação proporcional se agravará com o surgimento de lideranças nitidamente supra e até anti-partidárias, como as de Janio Quadros, J. Goulart e Leonel Brizzola, os últimos dos quais, levando aos derradeiros limites o apelo direto ao eleitorado dos srs. Getúlio Vargas e José Américo, nas eleições paraibanas de 1950, terminaram, no célebre comício da Central, reeditando o gesto dos Gracos que, em plena Roma Republicana, açularam as massas, falando de costas para o Senado...

A solução, também intentada pelo espírito clarividente de San Thiago Dantas, em seguida às intuições de Nabuco ainda no século XIX, residiria na aliança entre o tradicionalismo dos campos e as massas urbanas, como José Américo, vencendo em todas as urnas de João Pessoa com exceção de apenas uma, das noventa e quatro, e por dois votos, e perdendo apenas em dez municípios do interior, foi capaz de consagrar em 1950 (veja-se os quadros apresentados por Blondel às pp. 162/3 e 167 de seu estudo). Contudo, nenhum dos grandes partidos fazia-se receptivo a isso, tanto que, no caso da Paraíba — e Blondel percebeu até onde pôde o que estava por vir (p. 145) — O PSD rural, também congelando o progressimo de Samuel Duarte, se afastará de José Américo que, em 1958, terá de celebrar aliança com a UDN, para enfrentar, senatorialmente, uma candidatura visivelmente conservadora do próprio PSD.

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco de Gama, 530 - Jaguá ribe
CEP 88000 - JOÃO PESSOA - PB

a participação de José Pereira na revolta de Princesa, é vista simples e ingenuamente como traição pessoal a João Pessoa: *Coronel José Pereira/ Confesso a dor da surpresa/ Causou-me seu telegrama/ Procedente de Princesa/ Exemplo de lealdade/ Trajado pela maldade/ Eis minha grande tristeza*. Como dizia Marx de Heine, os poetas tem direito de "possuir suas excentricidades". Fora este aspecto, não podemos negar o valor da poesia das comparações feitas por Luis Nunes.

De uma densidade analítica e de grande esforço de pesquisa é a obra de Domingos de Azevedo Ribeiro, *João Pessoa e a Música*. O livro levanta todos os hinos referentes à Aliança Liberal e à revolução de 1930: o da Aliança Liberal, o Hino Liberal, o de Princesa, a Marcha Fúnebre de 26 de Julho (data da morte de João Pessoa), o Hino a João Pessoa, o Hino a Juarez Távora, o Hino da Revolução, o "Nego" e uma dezena de outros. Cada reprodução musical é acompanhada da respectiva letra, de informação sobre o compositor, de dados históricos sobre a sua composição, além de rica iconografia. E pelo levantamento podemos avaliar a extensão do movimento da Aliança Liberal e o infindável número de músicas compostas em homenagem a João Pessoa, a Getúlio Vargas ou a Juarez Távora etc; no entanto, a maior parte delas não passa de peças secundárias, a não ser o mais falado deles, repetido constantemente na época, que é o Hino a João Pessoa, gravado pela Casa Edson, no Rio, e que servia de refrão aos comícios contra Washington Luis: *Lá do Norte um herói altaneiro/ Que da Pátria o amor conquistou/ Foi um vivo farol que ligeiro/ Acendeu e depois se apagou* (Estrilho) *João Pessoa, João Pessoa/ Bravo filho do sertão/ Toda a Pátria espero um dia/ A tua ressurreição...*

Os dois outros livros são obras de história. O de José Otávio e o de Inês Caminha se completam, dão-nos uma visão total da Paraíba na década de 1920 e nos acontecimentos revolucionários de 30. Cada um usa enfoque diferente, mas, o esforço e o resultado final são satisfatórios em ambos. Vamos, no entanto, analisá-los separadamente.

José Otávio, em *João Pessoa perante a História: textos básicos e estudos críticos* nos fornece como o título indica, uma antologia. Usando de material publicado por outros autores, ele levanta todo o período de João Pessoa, dividindo-o em três partes: a primeira delas é a de posicionamento teórico do autor; a segunda trata de João Pessoa e o processo histórico que se subdivide, por sua vez, em quatro unidades: *Das Origens ao Governo de João Pessoa*, onde mostra a origem da escolha de João Pessoa, sua administração e problemas internos; *Da Aliança Liberal e Guerra Civil*, onde se estende sobre a Aliança e a Guerra de Princesa; *Do Assassinato e Revolução*, título que esclarece linearmente o seu objetivo; e, finalmente, *Balanço de uma Obra*, que é análise global do período e do fenômeno João Pessoa. Nos 60 textos ordenados, levanta os problemas básicos que povoam a Paraíba e acentua, desta maneira, a sua posição diante do que considera primordial. No balanço final, o quadro que nos dá é bastante completo e inteligentemente exposto. Não só o autor mostra conhecer a bibliografia,

mas, o mais importante, a usa com método, com sequência didática, com capacidade crítica, comprovando ter uma "visão de mundo".

No entanto, se o resultado é bom, a sua exposição teórica inicial é bastante confusa e limitada, nada parecendo ter que ver com a elaboração de sua história. Daí o pouco interesse da sua afirmação, quando confessa ser anti-maniqueísta (não aceita o ponto-de-vista dos vencedores ou vencidos de 30) e "globalizante do processo histórico, duas características fundamentais de minha visão da História, partilhada por todo o Grupo José Honório Rodrigues".

Gostaríamos de fazer mais uma observação que em nada fere a obra sobre João Pessoa. O livro comentado foi acrescido de uma terceira parte que nada tem a ver com a antologia e se denomina de *Viação Crítica numa Bibliografia*. Dela fazem parte resenhas de livros de 1930 e pós-30. Apesar do interesse que apresentam, as resenhas quebram a unidade da obra, nada tendo a ver com ela, pois, foram escritas com outra intenção e se destinam a chamar a atenção para livros que estavam sendo publicados. Assim, a antologia e resenha se conflitam na obra de José Otávio, a primeira devendo existir sem ser molestada pela outra, vizinha incômoda e ocupando espaço que não enriquece a coletânea de textos.

O livro de Inês Caminha, *A Revolta de Princesa: uma contribuição ao estudo do mandonismo local - Paraíba (1930)* é tese acadêmica defendida na Cadeira de História, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de S. Paulo. Na Introdução a autora diz querer relacionar a política da Primeira República com a política estadual: e a última "teria implicações profundas com o fenômeno do mandonismo local na vida política brasileira"; no entanto, ao prosseguir no desenvolvimento da tese, ela limita-a cronologicamente e perigosamente, quando diz que "esta / a política brasileira /, no período republicano até 1930 (grifado por nós) era regida eminentemente por uma política de coronéis". (grifado pela autora).

O seu livro, entretanto, é coerentemente desenvolvido. Em primeiro lugar há breve apresentação da problemática geográfica de Princesa, que, entretanto, não contribui para uma abordagem melhor dos problemas, pois, se restringe mais à geografia local e não a do Estado - e nem de Pernambuco, parte integrante, geográfica e historicamente, da Paraíba, fato visível no decorrer da tese da autora; em seguida, temos os capítulos sobre o governo de João Pessoa, a da questão da Paraíba e a Aliança Liberal, a da revolta de Princesa e, finalmente, a conclusão e o levantamento bibliográfico, que contém vasto material primário, fontes secundárias e depoimentos de atores que participaram daqueles acontecimentos. Podemos dizer, assim, que o plano apresenta sequência lógica.

Vamos analisar alguns dos capítulos para avaliarmos sua contribuição e limites. Começemos pela primeira parte, a que mostra os governos de João Pessoa. Nele a autora desenvolve muito bem cada uma das questões que envolvem a política da Paraíba, desde a escolha de João Pessoa para o governo do Estado e o afastamento

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 531 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

de outros nomes, até os problemas que ele teve que enfrentar nos dois anos de presidência estadual. O centro dinâmico da sua política é a preocupação com a administração (política) e financeira do Estado: como ele próprio o diz, "logo que assumi o governo. . . verifiquei que tudo estava enfeudado às chefias políticas. O chefe político situacionista não se limitava às suas preocupações ou aos seus deveres partidários. Nos municípios, sobretudo, com honrosas exceções, ele intervinha discricionariamente no mecanismo administrativo. Arrecadava e dispunha, como bem entendia, das receitas públicas. Tributava e não era tributado. Fazia justiça, mas não se deixava justificar. . .". Ou como diz outra vez: "Os municípios viviam, em sua maioria num regime de irresponsabilidade que lhes retardava todos os elementos de prosperidade. Com prefeitos perpetuados nos cargos, com as rendas sem escrituração regular, absorvido, pelos interesses partidários".

Com a verificação destes elementos primordiais, João Pessoa, sem o definir, levanta toda a problemática coronelística, cerne fundamental da política. E é por estar envolvido neste mundo e por compreendê-lo pragmaticamente, que vai atacar frontalmente o problema, pois, todo o sistema de poder, neste momento, está em mãos de pessoas que ele pretende desalojar do poder. Inês Caminha desenvolve muito bem os pontos centrais da luta: é o ataque aos coiteiros, isto é, aos fazendeiros que abrigam e dão respaldo aos cangaceiros, que lhes servem de instrumento contra outros coronéis; é o reforço das medidas judiciais, permitindo o julgamento de coronéis fora de sua zona de influência; a tentativa, frustrada de impedir a reeleição no legislativo para diminuir a força eleitoral e política do coronel; medidas para coibir abusos nas eleições municipais; medidas para assegurar candidatura aos elementos da oposição; medidas contra jogo de azar; tentativa de coibir abusos, como a isenção do serviço militar para os filhos de famílias poderosas; medidas fiscais de arrecadação de impostos etc. Cada uma delas estão muito bem desenvolvidas e se apresentam como um quadro bastante satisfatório para compreendermos as razões do atrito que João Pessoa teve que sofrer na época. No entanto, falta à autora analisar outro aspecto do problema coronelístico e que assinalamos atrás, quando criticamos a sua afirmação de que o fenômeno, na Paraíba, se limita cronologicamente até 1930. Sabemos muito bem, que uma das leis da dinâmica do coronelismo — é que a sua luta pelo poder se dá interclasse, isto é, entre grupos de uma mesma classe, pois, é ela quem domina a sociedade e mantém posição privilegiada em relação a outras classes. Quando João Pessoa procura desalojar do poder José Pereira e este reage até armadamente, com a Revolta de Princesa, temos simples exemplo de um atrito entre pessoas representativas de um mesmo sistema. Neste caso, João Pessoa representa uma das alas oligárquicas — mesmo que procure reforçar e modernizar o Estado — e na medida que ele desaloja os Josés Pereiras e as outras famílias situacionistas, ele procura fazer com que seu grupo ocupe os espaços vazios, fato que explica meridianamente o domínio Oligárquico e coronelístico dos José Américo e outros, que se encarapitam

no poder em 1930 e que, com raras exceções, não deixam de dominar o Estado até os dias de hoje.

Infelizmente o espaço não nos permite desenvolver cada uma das partes do livro: mesmo assim, não podemos deixar de assinalar o valor da pesquisa representado pela sua tese central, que é o caso de Princesa. Nesta parte, a autora analisa com bastante isenção cada uma das posições — José Pereira e João Pessoa —, utilizando grande número de depoimentos de ambos os lados; e joga com o numeroso material publicado e também inédito; e nos dá, no final, rica iconografia dos acontecimentos. Desta Maneira — apesar dos pequenos limites assinalados e que não tiram de maneira alguma o valor do trabalho —, a obra de Inês Caminha pode ser assinalada como contribuição essencial para a compreensão da revolta de Princesa e, fundamentalmente, para a visão do problema coronelístico no Brasil.

APLICAÇÕES TÉRMICAS DA ENERGIA SOLAR

Arnaldo M. Bezerra

A precariedade de textos específicos na língua portuguesa recomenda a leitura e estudo desse trabalho, bem ao gosto sobre um dos mais palpitantes assuntos da realidade. Seu autor, um engenheiro e pesquisador na melhor acepção que a natureza do tema encerra — **Energia Solar** — vem trabalhando denodadamente em projetos, construção de fornos e pesquisas afins no Laboratório Solar da UFPb, emprestando inestimável conhecimento científico a todos aqueles preocupados, hoje em dia, com o aproveitamento dessa fonte natural de energia.



Um lançamento da Editora Universitária UFPb

ALMIR E MARGARITA
Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

A VISÃO MATERIALISTA DA COMUNA PRIMITIVA

Prof. Rubens Pinto Lyra

A comuna primitiva foi a primeira forma de vida associativa.

Todos os povos da terra, durante dezenas de milênios, viveram seu primeiro estágio de desenvolvimento sob um regime comunitário primitivo.

Para compreender o conteúdo desta organização social, e, em particular, seus aspectos políticos, faz-se mister partir da análise do nível de desenvolvimento de suas forças produtivas, isto é, do grau de avanço do conhecimento técnico-científico, e de sua aplicação nos instrumentos de produção, de cujo aperfeiçoamento depende um maior ou menor domínio da Natureza pelo homem.

§ 1 – Bases econômicas - Sendo a comuna prin primeira forma de convívio humano de que se tem conhecimento, é evidente que, neste estágio ainda embrionário de seu desenvolvimento, o homem se encontrava quase inteiramente submetido às forças da Natureza.

Nessa época ainda remota de sua história, ele não havia ainda produzido senão instrumentos extremamente incipientes, como o machado de pedra, o arco e a flecha, apetrechos rudimentares de pesca, além de toscos objetos de uso doméstico.

Desta forma, o que o homem conseguia extrair da natureza mal lhe bastava para assegurar o estritamente necessário, a fim de, em condições de extrema penúria, sobreviver.

E como o fazia? Extraindo da Natureza raízes alimentares e frutos, caçando e pescando.

Vivendo, pois, de uma atividade econômica exclusivamente predatória, o homem era obrigado a levar uma vida nômade, acampando provisoriamente em uma determinada área territorial, que abandonava tão logo a coleta de frutos e raízes, a caça e

O presente artigo constitui parte integrante da versão inicial de um trabalho mais amplo sobre a formação histórica e desenvolvimento do Estado, analisado nos seus aspectos sócio-econômicos, político-jurídicos e ideológicos.

Aspira o autor, nesse estudo, formular uma abordagem didática de tema, que assumirá posteriormente forma de um manual destinado aos alunos de Teoria Geral do Estado dos cursos de ciências jurídicas do país.

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	Nº 8	302/307	jul/set/78
-----------	-------------	-------	------	---------	------------

a pesca, esgotassem os recursos oferecidos pela Natureza para sua sobrevivência.

Esse estágio de desenvolvimento das forças produtivas, e das correspondentes relações de produção em que se encontrava a comuna primitiva, explica a organização econômica daquela época, que não poderia senão basear-se na propriedade coletiva dos meios de produção.

Com efeito, o tipo de atividade econômica predatória, acima aludida, que garantia a sobrevivência da comuna primitiva, era por definição incapaz de acumular um excedente de produção que viesse a despertar a ambição do aumento de posses e de riqueza, responsável pelo aparecimento da instituição da propriedade privada.

A impossibilidade de se acumular um excedente de produção tornava assim sem interesse a aquisição privada de uma extensão de terras, ou a escravização de indivíduos, uma vez que o seu proprietário nenhum proveito material poderia extrair desses bens.

Do sistema de propriedade coletiva dos meios de produção, decorre, como corolário natural, a apropriação coletiva dos bens produzidos, que são repartidos igualmente entre os membros da comunidade.

Já o fato da repartição desses bens ser absolutamente igualitária, não é intrínseco ao sistema coletivista, mas próprio do comunismo primitivo, que não pode senão distribuir para todos o mesmo quinhão: o mínimo de que cada indivíduo tem necessidade para subsistir, ou seja, o correspondente à sua própria produção.

§ 2 — Relações de produção e organização social

Do estudo das características da organização econômica vigente na sociedade primitiva, infere-se o caráter necessariamente cooperativo das relações de produção existentes.

Como vimos anteriormente, todos os membros da comunidade são proprietários dos meios de produção, e usufruem em idênticas condições dos bens produzidos.

Nestas condições, as relações que estabelecem na produção, são marcadas pela igualdade. Ninguém possui mais, nem é mais qualificado de que outro.

São, portanto, relações cooperativas, e não de exploração de um homem por outro, com vistas à utilização de seu trabalho para benefício alheio.

Não existem, por conseguinte, na sociedade primitiva, classes sociais, visto que todos se situam no mesmo plano, no que diz respeito tanto ao lugar ocupado no processo produtivo quanto na apropriação do produto social.

A ausência de exploração do homem pelo homem, o fato de todos trabalharem igualmente para si como para a coletividade, gera entre os membros da sociedade primitiva relações de confiança recíproca, de lealdade e de cooperação. Além do mais, a necessidade de unir os esforços de todos para lutar contra a Natureza implacável contribui para tornar ainda mais profunda a solidariedade grupal.

§ 3 - Aspectos políticos

A organização social da comuna primitiva era garantida pela existência de uma direção dos negócios coletivos, exercida por um chefe, enquanto a um Conselho de Anciãos, constituído dos membros mais antigos e experientes, estavam reservadas as atribuições de zelar pela observância e cumprimento das normas fundamentais da convivência social.

É preciso, porém, salientar, que o poder social, nesta comunidade, se fundamentava no consentimento de todos, e não na existência de uma autoridade - o Estado - dotado de força coativa.

Este poder, baseado no consentimento geral, só poderia existir em uma sociedade em que os interesses dos seus membros fossem comuns, o que apenas pode ocorrer numa sociedade sem classes, como é o caso da comuna primitiva.

De fato, o aparecimento das classes sociais - inicialmente, a dos senhores e a dos escravos - que surgem com a evolução do processo produtivo, e cujos interesses são, por definição, antagônicos, torna imperativa a emergência de um poder coativo. Compreende-se facilmente que somente uma autoridade capaz de impor, se necessário, pela força das armas - a nova ordem social às classes exploradas, tenha chances de garantir a coesão social.

Enquanto que na sociedade primitiva, as ordens emanadas dos chefes da tribo eram acatadas, não porque dispusessem de órgãos armados que lhe garantissem seu cumprimento, mas somente em virtude da autoridade moral, do respeito e da estima de que gozavam no grupo. Caso viessem a perder a confiança em si depositada, sua autoridade se desmoronaria e suas ordens se tornariam totalmente ineficazes.

Já a obediência ao governo do Estado encontra respaldo, não na autoridade moral e no consentimento espontâneo do grupo, mas na força organizada que apóia as suas decisões, e que toma corpo nas instituições de caráter repressivo, garantidoras da eficácia de seus ditames: exército, polícia, prisões, tribunais, etc...

O que ocorria, porém, quando os costumes que regiam a vida do grupo eram transgredidos? Nesta hipótese, caberia ao Conselho de Anciãos julgar o infrator e aplicar-lhe uma pena proporcional à falta cometida.

A eficácia desta decisão seria garantida pelo apoio consensual dos membros da tribo que assegurariam o seu cumprimento, obrigando o infrator a curvar-se diante da autoridade dos mais sábios e experientes.

Bem diferentes são as garantias de que dispõe o Estado para impor respeito às suas prescrições. Em caso de obediência, quer a maioria do grupo considere ou não legítima a sua decisão, ela será imposta pela ação dos órgãos destinados a fazer prevalecer, se necessário, pela força, as ordens emanadas da autoridade estatal.

§ 4 — Aspectos jurídicos

Das análises precedentes, fica evidenciado que na sociedade primitiva não existia ordem jurídica, ou seja, um sistema de normas coativas disciplinadoras da convivência social.

Com efeito, não se pode conceber a existência de normas de caráter coativo, capazes, portanto, de garantir, manu militari, os seus preceitos, sem que exista uma autoridade, - no caso o Estado - dotada de órgãos permanentes, judiciários e policiais, que administrem e executem as penalidades previstas por lei, aplicáveis aos infratores da ordem estabelecida.

Sem o apoio de órgãos desta natureza, que instituem e dão caráter normativo e permanente à repressão do Estado, é impossível falar-se em ordem jurídica, cujo elemento coativo inexistiria, caso não encontrasse respaldo em instituições que garantissem a sua eficácia.

O que tornava possível a coesão social, na comunidade primitiva, era a existência de costumes, de cunho fortemente religioso, espontaneamente acatados pelo grupo.

O que fazia com que estes costumes fossem acatados? Não a ameaça de uma penalidade prevista por uma lei emanada do Estado e por ele garantida, mas o interesse máximo que todos tinham em respeitar os costumes tribais.

Nas ásperas condições de vida dos tempos primitivos, os homens eram compelidos a unir estreitamente as suas forças para não sucumbirem ante os perigos oferecidos por uma natureza hostil e caprichosa.

Eles não tinham, portanto, outra alternativa além de submeterem aos padrões rígidos de conduta impostos pelo grupo, como condição *sine qua non* de sua sobrevivência.

Mas o faziam em virtude de uma persuassão íntima e irresistível, de caráter psicológico, da necessidade de cumprimento dos costumes vigentes, e não devido a uma imposição exterior, oriunda de órgãos criados com a finalidade específica de garantir a ordem social.

Por outro lado, os membros da comunidade primitiva sentiam-se ainda mais motivados a obedecerem aos costumes da sua tribo por acreditarem que a transgressão a estes constituía grave ofensa às divindades.

Quando se sabe da influência e do temor que inspirava a religião na comunidade primitiva, compreende-se que o caráter religioso dos costumes tornasse ainda mais compulsivos os mecanismos psicológicos que conduziam os nossos ancestrais ao seu respeitoso cumprimento.

Além desta função primordial, a religião desempenhava outro papel não menos relevante - na vida dos povos primitivos: o de poderosa forma de controle social.

Com efeito, a religião dos nossos ancestrais era fundada num sentimento de temor e visava, assim, seja aplacar a cólera dos deuses, supostamente provocada pelas ofensas dos homens, seja para agradecer-lhes as graças alcançadas ou as vitórias obtidas.

Em um tal contexto, os ritos religiosos, constituíam, nos tempos primeiros, importante fator de integração social, em benefício de toda a coletividade, numa forma de organização onde somente a união estreita de seus membros lhes permitiria vencer a luta desigual travada contra o seu grande inimigo: a Natureza.

ALMIR E MARGARIDA
Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

CINCO LIVROS DO POVO

Luiz da Câmara Cascudo

De valor documental, a reedição desse livro liberta um importante trabalho do sectarismo de obras raras, possibilitando a professores, pesquisadores e estudantes um acesso mais fácil a essa verdadeira "Bíblia" da literatura popular nordestina. Com grande labor intelectual o renomado folclorista busca pacientemente as origens de seculares estórias européias que, ainda hoje, permanecem vivas na mente de nosso povo.



Mais um lançamento da Editora Universitária UFPB

§ 5 – Elementos ideológicos

Nos albores da vida associativa a apreensão do Universo pelo pensamento assumia a forma religiosa.

Em outras palavras, a religião era o único veículo pelo qual a ideologia do homem primitivo se expressava.

Com efeito, a importância capital da religião, no contexto das sociedades primitivas, é fato unanimemente reconhecido.

Nessa primeira fase da organização social tudo era divinizado, tanto os elementos do mundo físico, quanto os animais, vários dos quais eram considerados sagrados, ou mesmo adorados como deuses.

Também as vicissitudes da Natureza, com a sua vasta gama de manifestações - bom ou mau tempo, tempestade ou bonança, colheitas fartas ou safras escassas - eram sempre interpretadas como sendo a expressão do júbilo ou da cólera divina diante do comportamento dos mortais.

Daí a necessidade, para os homens, de cultuar os deuses, rendendo-lhes homenagens, invocando a sua proteção, na guerra como na paz.

Em suma, todos os eventos que escapavam ao entendimento dos primitivos eram atribuídos às divindades.

Esse lugar de destaque ocupado pelo fenômeno religioso somente pode ser cientificamente compreendido se procurarmos relacioná-lo com o estágio de desenvolvimento peculiar a essa forma de convivência social.

De fato, na sociedade primitiva, tendo em vista o baixo nível de forças produtivas, o homem se encontrava inteiramente submetido às leis da Natureza, ignorando por completo as causas dos males que o afligiam.

Somente na medida em que as forças naturais são submetidas, pelo trabalho criador, é que se torna possível a descoberta de leis que explicam os fenômenos cujas manifestações assumiam, tantas vezes, aspectos terrificantes e incompreensíveis.

Porém, enquanto tal evolução ainda não se havia processado, a quem poderia recorrer a incipiente inteligência humana, para explicar o mundo misterioso e terrível em que vivia, senão às facetas mais impressionantes dessa Natureza que a fascinava: o sol, a lua, os atos, os rios e os mares?

O animismo, culto do inexplicável, das entidades sobrenaturais, de tudo que escapa à compreensão dos homens, origina-se portanto de sua ignorância que, desconhecendo a procedência e o conteúdo das forças naturais, somente poderia atribuir-lhes origem divina.

Além desta função primordial, a religião desempenhava outro papel não menos relevante - na vida dos povos primitivos: o de poderosa forma de controle social.

Com efeito, a religião dos nossos ancestrais era fundada num sentimento de temor e visava, assim, seja aplacar a cólera dos deuses, supostamente provocada pelas ofensas dos homens, seja para agradecer-lhes as graças alcançadas ou as vitórias obtidas.

Em um tal contexto, os ritos religiosos, constituíam, nos tempos primeiros, importante fator de integração social, em benefício de toda a coletividade, numa forma de organização onde somente a união estreita de seus membros lhes permitiria vencer a luta desigual travada contra o seu grande inimigo: a Natureza.

ALMIR E MARGARIDA
Avenida Vesco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

CINCO LIVROS DO POVO

Luiz da Câmara Cascudo

De valor documental, a reedição desse livro liberta um importante trabalho do sectarismo de obras raras, possibilitando a professores, pesquisadores e estudantes um acesso mais fácil a essa verdadeira "Bíblia" da literatura popular nordestina. Com grande labor intelectual o renomado folclorista busca pacientemente as origens de seculares estórias européias que, ainda hoje, permanecem vivas na mente de nosso povo.



Mais um lançamento da Editora Universitária UFPB

IMPORTÂNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO BIOLÓGICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ESPECIALISTAS EM EDUCAÇÃO NO BRASIL, COMO INSTRUMENTO DE INTERAÇÃO ESCOLA/COMUNIDADE.

Carlos Ovídio Lopes de Mendonça

I. INTRODUÇÃO

Uma das grandes falhas no pleno desenvolvimento da educabilidade como um todo no Brasil, reside no despreparo dos professores e dos especialistas em Educação, relativo ao domínio da Fundamentação Biológica como elemento de interpretação das ações manifestas de interrelação dos ambientes Escolar e Comunitário.

Queiramos ou não, os fatores biológicos em interação com os fatores abióticos são responsáveis pelo equilíbrio dinâmico da Comunidade e da Escola.

O domínio dos Fundamentos Biológicos da Educação, por parte dos que fazem a Escola torna-se imprescindível, uma vez que são eles os indivíduos responsáveis pela condução e pela orientação da formação harmônica e íntegra dos futuros cidadãos.

À Escola cabe um papel de relevo no que se relaciona com a adoção de hábitos e atitudes pelos que por ela passam. Este fato deve portanto ser encarado com bastante significativo e ser levado em consideração.

Já é passada a época da Escola meramente disseminadora de conhecimentos acumulados. Já não cabe o tratamento do alunado como um todo, bem como ser mantida a dicotomia existente entre a Escola e a Comunidade.

A Escola atual deve ser mais ampla e mais objetiva. Paradoxalmente essa amplitude a torna mais teleológica.

Se a meta é o homem e este é um ser sócio-psico-biológico, está claro que se almeje a "performance" do social, através do psíquico, a partir do biológico.

Na atualidade tem-se enfatizado bastante os dois primeiros aspectos, procurando-se concluir toda uma gama de ações e atitudes do indivíduo. Ainda assim sobrelevam-se os fatores psicológicos como elementos chave do comportamento do ser. No entanto, uma análise mais detida e menos unilateral redundará no encontro de um

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	N.º 7	308/317	abr/jun/78
-----------	-------------	-------	-------	---------	------------

patamar biológico sobre o qual se fundamenta todo o complexo quadro evolutivo dos processos comportamentais, intelectuais e sociais.

É a partir do lastro ontofilogênico, orgânico, epistemológico e ecológico que se projeta através do indivíduo o universo psicogênico.

Isto é tão verdade que “as fases psicogenéticas mais elementares são elas mesmas, precedidas de fases de algum modo organogénicas”.¹

É pois, a nosso ver, sumamente importante àqueles que lidam na Escola interpretar e compatibilizar as ações ao equilíbrio biológico dos seus orientados.

Não consideramos o comportamento puro e simples epifenomenalismo, mas uma resposta ao somatório da intersecção dos fatores biológicos, psicológicos e do meio, do qual resulta a resposta em forma de comportamento aos estímulos intrínsecos e extrínsecos, e porque não transcendentais.

O comportamento do indivíduo em sua epigênese se alicerça a partir da mensagem genética codificada através da ordenação dos nucleotídeos na hélice formada pela complementação dos filamentos ADN, obtida pela fusão dos pronúcleos dos gametas paternos. Essa codificação explica e determina a ontogênese e a filogênese do patamar neuro-encefálico, sobre o qual serão gravadas as primeiras sensações e inferências oriundas do meio em que ele se desenvolverá. A partir dessa intersecção é que, a nosso ver inicia-se a expansão cognitiva que condicionará as primeiras manifestações psicomotoras do novo ser. É portanto o comportamento fruto da ação incisiva dos três fatores apontados.

Não distinguimos prioridades. Vemos o quadro como “uno”, indivisível. Daí porque julgamos importante a Fundamentação Biológica para a formação profissional, essencialmente para os que vão se envolver no processo educativo.

Além da interpretação do fenômeno evolutivo “strictu-sensu”, cabe ainda à Escola o papel integrador do “socius”.

Para o cumprimento dessa fundação, os dirigentes, orientadores e orientados devem estar alertas para a dinâmica do meio e da sociedade em que estão inseridos.

Os fatores ecológicos e sociais atuam diretamente sobre o equilíbrio da biocenose, entre e através dos seus partícipes.

Diante disso, resta-nos enfatizar o relevo que assume a Fundamentação Biológica, como alicerce para a formação profissional.

Vejamos como se nos apresentam os fatores que julgamos merecedores de atenção e que incidem diretamente no comportamento dos que fazem a Escola e de alcance extensivo à Comunidade.

1. PIAGET, Jean – A Epistemologia Genética.

II. INTERRELAÇÃO DO HOMEM COM O MEIO

A explosão demográfica é um fato comprovado, digno de registro e objeto de preocupação de todas as Nações. Seus resultados felizmente até nossos dias não correspondem às expectativas Malthusianistas, mas até quando?

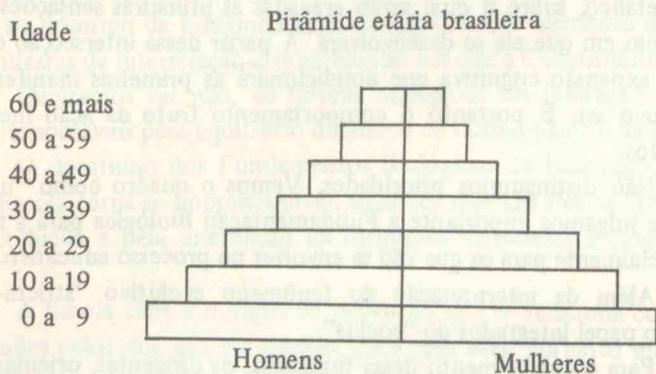
No Brasil, as taxas de crescimento populacional vem se mantendo num ritmo alto. As estatísticas revelam:

1940 - 1950 - crescimento 26 %

1950 - 1960 - crescimento 37 %

1960 - 1970 - crescimento 33 %

A nossa pirâmide etária, no entanto demonstra que desde 1940 até 1970 não houve modificação apreciável na sua configuração. Ainda somos uma nação jovem e constituída de jovens, com mais de cinquenta por cento de sua população abaixo dos 20 anos.



Essa imensa quantidade de jovens necessita estar a par do que representam para eles a unidade e as estabilidades sociais, além das intrínsecas responsabilidades que lhes são impostas, como células formadoras da Nação.

É necessário que estejam aptos a enfrentarem o futuro e o desafio para a consecução dos objetivos almejados.

São eles os responsáveis pela nossa sociedade futura, como também os que defenderão o nosso patrimônio floro-faunístico, como o próprio ar que respiramos.

São mais de cinquenta por cento de brasileiros que acreditam e esperam de nós a orientação básica que os coloquem em posição de estabelecer as diretrizes que lhes permitirão traçar como meta a consolidação e o fortalecimento da nossa sociedade em mudança.

Sem interpretar o homem como ser interativo, não só entre si mas com o próprio meio, os resultados que se farão sentir os levarão, sem dúvida, a lastimar a omissão dos seus antecessores e o perdularismo para com a natureza, berço e acalento da vida na Terra.

O imenso território nacional é constituído de grande variedade ambiental, desde as nevascas do sul ao calor da floresta tropical, ao norte e da caatinga crestada e adusta do nordeste, pelos cerrados aos pantanais matogrossense, a oeste.

Em todos esses ecossistemas vivem e trabalham brasileiros, na busca de ideais comuns, integrados na mesma língua, na mesma religião e conseqüentemente no mesmo processo educativo.

Entretanto, esse mesmo homem que visa objetivos altruísticos em relação à Pátria, vem progressivamente dilacerando-a nociva e inconseqüentemente através do desequilíbrio natural do meio.

A dilapidação das nossas matas, a extinção de nossas essências naturais, forçada pela devastação são um fato. O pseudo-reflorestamento a título de paliativo feito às custas de espécies não nativas determina modificações climáticas e bióticas profundas, como a erradicação da fauna que leva ao conseqüente desequilíbrio natural.

É a poluição, cada dia aumentando, quase incontrolavelmente. A atmosfera vem sendo agraciada continuamente com gases tóxicos e outras substâncias incompatíveis com a dinâmica funcional dos seres vivos. Os vegetais, elo primário da cadeia alimentar são aspergidos com inseticidas e pesticidas que se depositam nos tecidos dos consumidores, lesando muitas vezes órgãos importantes para a homeostase animal. Além disso, a destruição daqueles seres através da aplicação desses produtos seleciona os auto-resistentes, que passam a proliferar.

Os despejos industriais e dejetos caseiros são lançados nos rios e no mar, acarretando muitas vezes a total extinção da vida, como já ocorreu em alguns dos nossos rios.

A disseminação de doenças parasitárias através da poluição gerada pela promiscuidade de nossos irmãos menos favorecidos, carentes de educação, é um dos indicadores da baixa produtividade, em muitas regiões do País.

Acrescentemos ainda a poluição sonora, a poluição mental e a poluição alimentar, conseqüentes da urbanização. Todos esses fatores concorrem para que cada vez mais o homem se predisponha à introspecção e a carências. É moldurando o quadro geral, o temor do amanhã em função da poluição atômica que paira como uma ameaça invisível, mas fatalisticamente ativa e real.

E nós vivemos dependentes da ação de fatores bióticos e abióticos, como conseqüência da nossa própria interação com o meio.

O Governo Federal, sensibilizado pelo problema, criou, através do Decreto nº 73030 de 30 de outubro de 1973, a SEMA, Secretaria Especial do Meio Ambiente, que vem desenvolvendo um trabalho planejado de controle e prevenção da po-

lução. É possível que esse organismo atuando sistematicamente, com o concurso de outras Instituições, principalmente a Escola, venha a evitar o alastramento desse roldão com o respectivo desequilíbrio da natureza.

III. A ESCOLA COMO UM ECOSISTEMA

Assim como todo ecossistema se mantém graças às interrelações dos seus constituintes, objetivando o equilíbrio e seu desenvolvimento, acreditamos que a Escola funcione como um subecossistema que importa e exporta influências positivas e ou negativas do meio e para o meio, com vistas aos seus objetivos.

A Escola considerada dessa forma, necessita naturalmente que sua biocenose interaja com o biótopo a fim de possibilitar a eficácia e a eficiência desejadas.

A biocenose, por sua vez, recebendo os influxos do biótopo também necessita estabelecer uma dinâmica homeostática, extensiva a todos os seus membros. Se um fio da tecitura interativa for quebrado, advém o desequilíbrio.

Os que dirigem, orientam, supervisionam ou colaboram para a manutenção desse subecossistema devem portanto estar atentos ao menor indício que possa vir a ser o epicentro irradiador do fenômeno dispersivo. Essa ação corretiva permitirá a sua estabilização dinâmica.

Sendo a Escola importadora e exportadora de produtos do meio e para o meio, como já assinalamos acima, ela é na verdade um sistema aberto e teleológico. Isto a integra na Comunidade bem como traz a Comunidade a si, criando portanto, uma ambivalência de causa e efeito. Esse processamento, por sua vez elimina a dicotomia Escola/Comunidade, tão comum ainda hoje. Nessas circunstâncias ela passará a cumprir sua missão dinâmica e efetivamente será transformada num subecossistema desenvolvimentista, integrador e harmonizador do ecossistema comunitário.

IV. RELACIONAMENTO BIO-SOCIAL NA ESCOLA

Para a firmação da Escola como subecossistema do ecossistema comunitário, torna-se necessário o relacionamento bio-social espontâneo da biocenose escolar.

Essa espontaneidade está subordinada em grande parte a fatores ambientais. Sendo os abióticos passíveis de serem controlados, resta-nos ressaltar os fatores bióticos.

O relacionamento aluno-aluno, aluno-professor, aluno-pessoal administrativo, enfim, de todos para cada um e de cada um para com todos, deve ser uma constante.

Para que isso ocorra necessário se torna que biologicamente todos estejam aptos a aceitar as oscilações vitais comuns e freqüentes, que levam o indivíduo a agir e reagir de modos diversos, de per-si a cada instante bem como no seu dia-a-dia.

ALMIR E MARGARIDA
Avenida Vasco da Gama, 230 - Jaruquá
Cidade de Curitiba - Paraná - Brasil

Essas oscilações são uma decorrência de fatores biológicos, que não raras vezes extrapolam a própria dinâmica somática e se evidenciam por influências do biótopo.

Além dessas relações, a Escola deve manter com outros subsistemas comunitários um intercâmbio permanente a fim de que possa interagir no contexto sistêmico global.

Esses subsistemas comunitários seriam as Instituições ligadas ao desenvolvimento do indivíduo em todos os seus aspectos, tais como o educacional, saúde, social de Lazer, etc., indissolúvelmente ligados ao processo.

V. EQUILÍBRIO E DESQUILÍBRIO PSICO-SOMÁTICO

A saúde é fator precípuo para o desenvolvimento do homem.

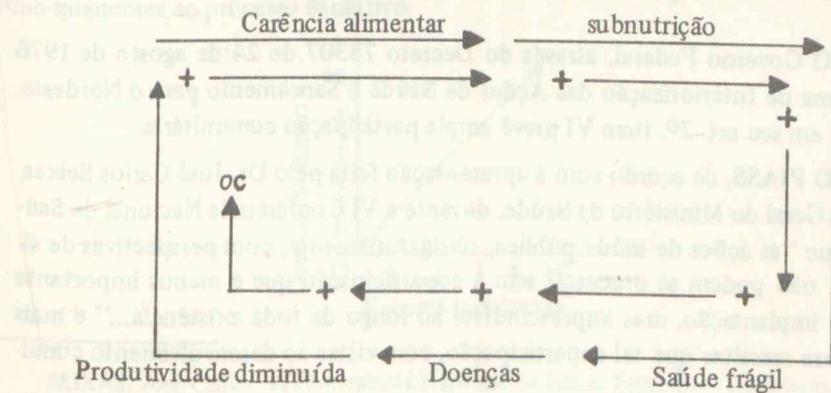
De acordo com a Organização Mundial de Saúde, ela é "um direito fundamental de todos os seres humanos, sem distinção de raça, religião, ideologia política e condições econômicas e sociais".²

A boa saúde deriva não só da estrutura somática, originada do patrimônio genético, como também do meio e da alimentação.

De acordo com Aubrey Lewis, dificilmente se poderá definir saúde, ou estado de saúde sem que sejam feitas referências ao *ambiente* e ao *social*, dentro do qual o indivíduo existe.

Não há boa saúde sem boa alimentação, pois o organismo para se desenvolver e utilizar as suas potencialidades para a vida vegetativa e para a vida de relação, necessita reparar continuamente as perdas e incorporar os elementos intercambiáveis com o meio.

A carência alimentar gera um ciclo vicioso de conseqüências nefastas e progressivamente degenerativa, como podemos apreciar pelo diagrama que se segue.



2. AMIGOT, Javier S. - Educación para la salud.

Essa seqüência de acontecimentos forma um ciclo vicioso, cada vez mais deficitário em relação à produtividade do homem.

A esse encadeamento de fatos Gunnard Myrdal chamou de "causação circular cumulativa".

"Problemas de nutrição e de doenças responderam por setenta por cento das reprovações, faltas e abandono na população escolar primária no Estado de São Paulo, em 1971. Os 210 mil repetentes daquele ano gastaram inutilmente 20 milhões de cruzeiros dos cofres públicos".³

Este fato ocorreu no Estado de São Paulo, um dos mais desenvolvidos do Brasil, o que dizer de outros cuja desnutrição é ainda um fator palpável e notório?

O arnhol neuro-encefálico, sede da inteligência e do saber, nada mais seria que uma massa protoplasmática inerte e ineficiente, não fora a alimentação contínua e bem dosada.

Afora a função preponderante e insubstituível da alimentação, a saúde não poderá ser mantida se não forem erradicados os agentes patógenos que pululam à nossa volta.

Se se considera impossível erradicá-los a todos, torna-se impreterível a profilaxia bem orientada e racionalmente desenvolvida, ser divulgada, principalmente pela Escola.

Isso, no entanto, só será conseguido, quando pela constância se tornar hábito.

As viroses, as bacterioses e as parasitoses são uma ameaça constante a nossa volta.

A Lei 5692, sabiamente, em seu art. 7º explicita que dentre outras disciplinas devem ser obrigatórios os Programas de Saúde. Mas, onde buscar especialistas ou pessoal habilitado para atender só no 1º grau a quase 25 milhões de brasileiros?

O Governo Federal, através do Decreto 78307 de 24 de agosto de 1976 criou o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento para o Nordeste, o (PIASS), que em seu art. 2º, item VI prevê ampla participação comunitária.

O PIASS, de acordo com a apresentação feita pelo Dr. José Carlos Seixas, DD. Secretário Geral do Ministério da Saúde, durante a VI Conferência Nacional de Saúde, salientou que "as ações de saúde pública, obrigatoriamente, com perspectivas de alcance coletivo, não podem se processar sem a coparticipação que é menos importante no processo de implantação, mas imprescindível ao longo de toda existência..." e mais adiante, "cumpre ressaltar que tal coparticipação, com vistas ao desenvolvimento comu-

3. CAMARGO, Enjolras J.C. Estudos de Problemas Brasileiros.

nitário, não pode nunca ser compreendida como simples auxílio ou generosidade dos que assim agem".⁴

Qual pois o melhor instrumento de coparticipação ao programa do que a própria escola?

Urge portanto a adoção de atividades correlatas que auxiliem o processo de formação de hábitos e atitudes sanitárias, nos jovens.

Essas atividades correlatas devem ser objeto de preocupação da Escola, como detentora do maior índice de relacionamento direto com as populações.

Os elementos que formam a Escola devem estar alertas para a problemática e procurar fórmulas adequadas para colaborar nesse sentido. Isto poderá ser obtido através do desenvolvimento de estudos em Fundamentos Biológicos da Educação, de forma objetiva e abrangente aos problemas sociais.

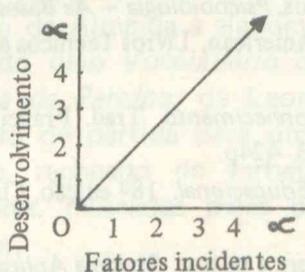
VI. BIOLOGIA DA APRENDIZAGEM

Já é por demais sabida a importância capital da manutenção da saúde para que o homem desenvolva suas potencialidades psico-somáticas, responsáveis diretas pelo processo psico-motor, afetivo e cognitivo.

Deve ser pois essa uma preocupação permanente da Escola, como meio de "proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania".⁵

A ação dos fatores incidentes sobre o indivíduo, para sua formação pode ser configurada no gráfico abaixo.

Esses fatores, que condicionam a epigênese harmônica, psicologicamente relevantes, atuam conjuntamente, desprezando-se naturalmente os desvios individuais como imanentes ao processo evolutivo.



4. SEIXAS, José Carlos. VI Conferência Nacional de Saúde Tema III – Documento – Ed. Fundação Visconde de Cabo Frio – Dep. de Congressos.

5. LEI 5692/71, artigo 1º.

A interpretação do gráfico nos mostra que quanto mais negativo são os fatores que atuam sobre o indivíduo mais ele tende a "zero" em seu desenvolvimento, enquanto que os positivos fazem com que ele cresça e se desenvolva psico-somaticamente saudável e produtivo.

Como resultado disso, a inteligência se alarga, as percepções se tornam mais agudas e o ser como um todo progride, concorrendo assim para a consolidação e conscientização do seu papel no seio da comunidade.

Dáí julgarmos a homeostase, nos seus amplos sentidos, como patamar em que se apóia toda plenitude da educabilidade. Isso permite ao homem a preconizada formação harmônica e atende aos mais altos objetivos e filosofia da Educação Nacional.

Diante disso, achamos oportuno não esmorecer. Como Educadores entendemos que torna-se imperativo natural alicerçar os que formam a Escola, no sentido de consolidar, como instrumento de ação, os Fundamentos Biológicos da Educação.

Será um complemento indispensável, não só para os professores, mas para todos que fazem Educação, não apenas para articular os fatores biológicos incidentes nos processos evolutivos e homeostático, mas, principalmente, para poder detectar em seus primórdios as tendências negativas, geradas pelas flutuações indesejáveis, que os levem, pelo menos se espera, à uma análise epistemológica do processo educativo no contexto sócio-econômico do Brasil, em ritmo de progresso, equacionando e colaborando reciprocamente para as soluções de problemas que venham a promover o homem como unidade insubstituível na formação da Nação Brasileira.

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

VII. BIBLIOGRAFIA

1. AMIGOT, Javier, S. *Educación para la salud*. Editorial Guadalupe, 1972, 315p.
2. MCGAUGH, James L. e outros. *Psicobiologia - As Bases biológicas do Comportamento*. Textos **Scientif American**, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1975, 415 p.
3. PIAGET, Jean. *Biologia e Conhecimento*. Trad. Francisco M. Guimarães, Editora Vozes Ltda. 1973. 424p.
4. ALMEIDA JR., A. *Biologia Educacional*. 18ª edição, Cia. Editora Nacional, 1965, 507p.
5. ARATANGY, Lídia Rosemberg e outros. *Biologia Aplicada à Educação*. 2ª edição, Cia. Editora Nacional, 1975, 174 p.
6. DAJOZ, Roger. *Ecologia Geral*. 2ª edição, Editora Vozes Ltda., 1973, 472 p.
7. SEIXAS, José Carlos. *VI Conferência Nacional de Saúde*. Tema III, Documento, Edição Fundação Visconde de Cabo Frio, Dep. de Congressos, 1977, 71p.

8. CAMARGO, Enjolras J.C. *Estudos de Problemas Brasileiros*. Editora Atlas S/A, 1977, 364 p.
9. MOLES, A. *A Criação Científica*. Editora Perspectiva, 1971, 292p.
10. SEVERINO, Antonio J. *Metodologia do Trabalho Científico*. Editora Cortez e Moraes, 1977, 112p.
11. KILPATRICK, W.H. *Educação para uma Civilização em Mudança*. 13ª edição, Edições Melhoramentos, 1975, 92p.
12. LIMA, Lauro de O. *A Escola Secundária Moderna*. 11ª edição, Ed. Forense Universitária, 1976, 670p.
13. TYLER, Ralph W. *Princípios Básicos de Currículo e Ensino*. Trad. Leonel Valandro, Editora Globo, 1975, 119p.
14. GROULUND, Normam E. *A Formulação de Objetivos Comportamentais para as Aulas*. 2ª edição, Editora Rio, 1975, 102p.
15. PIAGET, Jean. *A Epistemologia Genética*. Editora Vozes Ltda., 1971, 110p.
16. NERICI, Imidio G. *Educação e Metodologia*. 2ª edição, Fundo Universal de Cultura, 1973, 263p.
17. GARCIA, Walter E. *Educação Brasileira Contemporânea – Organização e Fundamento*. Editora MacGraw-Hill do Brasil Ltda, 1976, 280p.
18. KUETHE, James L. *O Processo Ensino Aprendizagem*. Trad. Leonel Valandro, Editora Globo, 1974, 191p.

DICIONÁRIO POPULAR PARAIBANO

Horácio de Almeida

A escassez de dicionários regionais sobre a linguagem popular no Brasil motivou o historiador Horácio de Almeida à elaboração desse trabalho, inspirado pelo *Vocabulário de Termos Populares e Gíria da Paraíba*, de Leon Clerot, que serviu de ponto de partida para um livro de maior amplitude, recheado de verbetes autenticamente populares, marcados pelas próprias origens do seu autor.



Uma publicação da Editora Universitária UFPB

UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

Ruth Trindade de Almeida

O trabalho que ora apresentamos faz parte de um projeto mais amplo de pesquisa, que compreende o cadastramento dos sítios rupestres de 4 (quatro) micro-regiões paraibanas: Curimataú, Brejo, Agreste da Borborema e Piemonte da Borborema num total de 9.866km². A pesquisa iniciada em março de 1977, acha-se em fase de conclusão e foi financiada pelo CNPq. A parte que aqui sai publicada foi lida na XI Reunião Brasileira de Antropologia realizada em Recife de 7 a 9 de maio de 1978.

Para esclarecimento dos interessados acrescentamos em Apêndice com o texto de Ambrósio Fernandes Brandão, no qual nos baseamos para identificar o sítio rupestre do Engenho Pinturas.

O presente trabalho é o resultado da tentativa de localizar o sítio rupestre mencionado no livro "Diálogos das Grandezas do Brasil, de Ambrósio Fernandes Brandão (1943:60). Segundo relato deste autor em 1598, Feliciano Coelho de Carvalho, então Capitão-Mor da Província da Paraíba, viajando pelo interior, encontrou às margens do Rio Araçaji, pedras gravadas. Rodolfo Garcia que realizou estudo do livro de Brandônio, afirmou ser esta, a referência mais antiga de sítio rupestre no Brasil.

O rio Araçaji nasce no Município de Remígio, na junção de dois riachos. Daí caminha na direção NE, atravessando o Município de Areia. Tomando a direção E atravessa os Municípios de Serraria, Pilões, Cuíteji, Guarabira e Araçaji indo desembocar no rio Mamanguape, pela margem esquerda. O rio Araçaji recebe pela margem esquerda o Araçaji-Mirim, que banha a cidade de Pilões e percorre os mesmos municípios que ele. Na busca do sítio rupestre foram percorridos todos os municípios mencionados e mais as terras circunvizinhas.

Tendo sido o rio Mamanguape uma das principais vias de penetração nos tempos coloniais, foi também percorrido, a partir da cidade de Mamanguape, em direção da sua nascente. Visou esta viagem conhecer melhor as terras do Mamanguape a fim de dirimir dúvidas quanto a possível troca de nome de acidentes geográficos, no relato de Brandônio.

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	Nº 8	318/322	jul/set/78
-----------	-------------	-------	------	---------	------------

No Município de Pilões, às margens do Araçaji foi localizado, no Engenho Pinturas, (Pinturas de Baixo), sítio rupestre que se aproxima demasiadamente da descrição do cronista, feita há 380 anos. De fato surpreende pela riqueza de detalhes a descrição feita, de segunda mão, por Ambrósio Fernandes Brandão. Mais uma razão esta, para não se esperar absoluta concordância entre o que ainda existe e o que foi visto por Feliciano Coelho de Carvalho em data tão recuada.

Vazado em linguagem antiga, o texto todo necessita ser interpretado. No que se refere à descrição do sítio, assim se expressa o autor: "e alguns soldados que foram por ele abaixo (rio araçaji) toparam nas suas fraldas com uma cova, da banda do poente, composta de 3 pedras que estavam conjunta umas com as outras, capaz de se poderem recolher dentro nela quinze homens".

É possível que essa descrição, no primeiro momento dê a idéia de se tratar de uma furna, mas nos parece demasiada imaginação associá-la a um dólmen como fez Alfredo Brandão, que afirma textualmente: "Pela descrição da cova ou monumento de pedra, vê-se perfeitamente que se trata de um dólmen". (1937:18).

A realidade, porém, é que o sítio é constituído de uma marmita ou caldeirão, (A. T. Guerra, 1975:278) cavada no leito do rio, de forma ovalada, cujo eixo longitudinal mede aproximadamente 6m e o transversal 2,50m. Nas paredes internas da marmita está gravada a maioria dos sinais visíveis. As outras gravuras observadas situam-se na parede externa da marmita, na borda do lado do nascente. Não foi possível pesquisar os eventuais símbolos, cobertos pela terra que enche o fundo da marmita, tarefa que transferimos para visita a ser feita no próximo período de estiagem. Os elementos que levaram o autor a descrevê-lo da maneira que o fez, isto é, cova composta de 3 pedras, estão obscuros para nós, mas é possível que venham à luz após outras visitas ao local.

A exigüidade do tempo não permite maiores discussões sobre as partes confusas ou ininteligíveis do texto. Mas é preciso mencionar que o autor se concentra na descrição dos desenhos localizados a oeste-noroeste, no lugar onde ele diz haver um cotovelo na cova. A transcrição do original de Brandônio ajudará a compreender o que pretendemos dizer. "Primeiramente, da banda do poente desta cova, na face mais alta dela, estavam cinqüenta mossas todas conjuntas, que tomavam princípio de baixo para cima, de um tamanho que semelhavam, no modo em que estavam arrumadas, o que se pinta por retábulos o rosário de Nossa Senhora, e no cabo destas mossas se formava uma moldura de rosa desta maneira:  (esta parte foi parcialmente identificada). E

em cima delas todas estava outra rosa como a primeira que tenho pintado e logo um pouco mais abaixo estava outra semelhante rosa, e junto dela um sinal que parecia caveira de defunto, e logo, contra a mão esquerda se formavam doze mossas semelhantes às demais". (esta parte também foi identificada, mas situada à esquerda das 50 mossas que foram inicialmente mencionadas, e não à direita como descreve o autor).

Acresce à dificuldade de identificação do local, o fato de exatamente nas proximidades do cotovelo, no ponto norte da cova, correr permanente um filete d'água que dificulta a visibilidade dos motivos aí gravados. O final do texto não é favorável ao pesquisador, pois trata-se de descrição de difícil identificação no local.

Contudo é preciso deixar claro os indícios que nos permitiram conferir as gravuras de Pilões com aquelas de que trata Brandônio. Primeiramente é necessário ressaltar a localização do sítio no Rio Araçaji e o aspecto geral do local. A feição do rio, na seca, coincide com a do cronista. Além dessas concordâncias estão presentes dados como: posição oeste, altura e dimensões da cova, mossas como "o rosário de Nossa Senhora", "rosas", "sinais ao modo de caveiras" e o número total de mossas mencionadas. Junta-se a isso apoio histórico em favor da presença de Feliciano Coelho de Carvalho, no interior da Paraíba, em 1598, na região de cupaoba, fazendo guerra ao gentio potiguar (Horácio de Almeida, 1978, 1^o volume). Registre-se que a micro-região do Brejo Paraibano, na qual se inclui o Município de Pilões, assim como as regiões circunvizinhas do Agreste e Piemonte da Borborema foram exaustivamente pesquisadas. A área acima mencionada cobre um total de 7.111km².

Faz um mês e meio que estivemos no Engenho Pinturas, a fim de verificar a existência de gravuras soterradas no caldeirão e observar com melhor acuidade o local. Infelizmente chuvas torrenciais, prematuramente caídas na região, submergiram as inscrições. Com isso ficou transferido para o próximo período de estiagem a visita ao sítio, registro da primeira inscrição rupestre observada e descrita no Brasil.

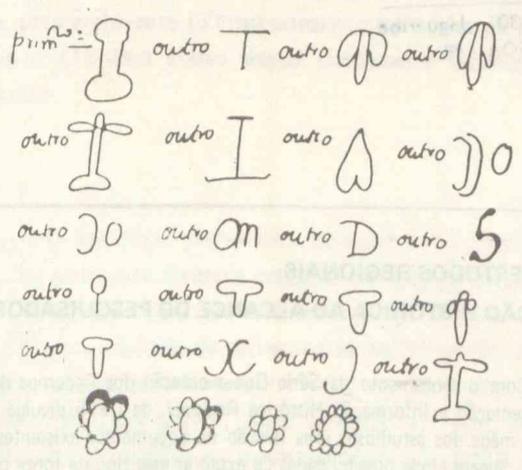
ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

APÊNDICE

Relatou-me por cousa verdadeira que andando Feliciano Coelho de Carvalho, Capitão-mor que foi da dita Capitania, pela mesma serra, fazendo guerra ao gentio potiguar, aos 29 dias do mês de dezembro do ano de 1598, se achara junto a um rio chamado Araçoajipe que, por ir então seco, demonstra somente alguns poços de água, que o calor do verão não tinha ainda gastado, e que alguns soldados, que foram por ele abaixo, toparam nas suas fraldas com uma cova, da banda do poente, composta de três pedras que estavam conjuntas umas com outras, capaz de se poderem recolher dentro nela quinze homens; a qual cova tinha de alto, para a banda do nascente, de sete para oito palmos e de banda do poente treze até quatorze palmos; e ali por toda a redondeza que fazia na face da pedra, se achavam umas molduras que demonstravam na sua composição, serem feitas artificialmente. Primeiramente, da banda do poente desta cova, na face mais alta dela, estavam cinqüenta mossas todas conjuntas, que tomavam princípio de baixo para cima, de um tamanho que semelhavam, no modo em que estavam arrumadas, o em que se pinta por retábulos o rosário de Nossa Senhora, e no cabo des-

tas mossas se formava uma moldura de rosa desta maneira:  E é de advertir que os mais dos caracteres que se demonstravam nesta cova, se arrumavam da banda do poente, aonde da parte direita das cinqüenta mossas, em um cotovelo que a pedra fazia, se demonstravam outras trinta e seis mossas, como as demais, das quais nove delas corriam ao comprido para cima e as outras tomavam através contra a mão esquerda. E em cima delas todas estava outra rosa como a primeira que tenho pintado e logo um pouco mais abaixo estava outra semelhante rosa, e junto dela um sinal que parecia caveira de defunto, e logo, contra a mão esquerda, se formavam doze mossas semelhantes às demais, e no alto delas, que era conjunto às cinqüenta primeiras, pareciam uns sinais ao modo de caveiras; e da banda direita do cotovelo estava uma cruz e logo, para a banda esquerda, na face da pedra, se demonstravam, em seis partes, cinqüenta mossas. E em uma das partes estava uma rosa mal clara, porque parecia estar gastada do tempo, e logo adiante estavam outras nove mossas semelhantes às primeiras e, por toda a redondeza da cova, se viam pintadas outras seis rosas, e na pedra que se assentava no meio das duas, estavam vinte e oito sinais ou caracteres que abaixo debuxarei, divididos em três partes, com mais três rosas que os acompanhavam. E o que de tudo era mais de consideração era o estar entre duas pedras muito grandes, uma que botava a borda sobre as outras arcadamente, com estarem tão juntas, que por nenhuma parte davam lugar a se poder meter por elas o braço. E na pedra de mais baixo da cova pareciam doze mossas da própria maneira das que temos mostrado, e no meio delas se formava um circuito redondo desta qualidade , com mais uma rosa pintada perfeitamente. E é de notar que todas as rosas eram de uma mesma maneira, exceto uma que tinha doze folhas com a do meio. E pela redondeza desta cova estavam as molduras que tenho dito, ou caracteres que se formavam na maneira seguinte:



Estes caracteres todos mos deram debuxados na forma que aqui vo-los demonstro.

NOTA — Transcrição do Livro **Diálogos das Grandezas do Brasil**, comentado por José Antonio Gonçalves Melo, pp. 22, 23 e 24.

BIBLIOGRAFIA

1. ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. 2 vls., João Pessoa, Editora Universitária/UFPb, 1978.
2. BRANDÃO, A. Fernandes. **Diálogos das Grandezas do Brasil**. Notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão, Rio de Janeiro, Dois Mundos Editora Ltda., 1943.
————— **Diálogos das Grandezas do Brasil**. Comentado por José Antônio Gonçalves de Mello, Recife, Imprensa Universitária, 1966.
3. BRANDÃO, Alfredo. **A Escrita Pré-histórica do Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S.A., 1937.
4. GUERRA, A Teixeira. **Dicionário Geológico Geomorfológico**. Rio de Janeiro, IBGE, 1975.

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

CADERNO DE ESTUDOS REGIONAIS

DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA AO ALCANCE DO PESQUISADOR

Com o lançamento da Série Documentação dos Cadernos de Estudos Regionais, o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da UFPb divulga resultados de suas pesquisas, coloca nas mãos dos estudiosos uma relação de documentos existentes em vários cartórios do Estado da Paraíba. Sugere ainda possibilidades de explorar esse tipo de fonte para as investigações históricas e relata uma experiência concreta de utilização desse material.

SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DA EXPLORAÇÃO PESQUEIRA DO PARGO, *Lutjanus purpureus* Poey, NO NORDESTE BRASILEIRO

Raimundo Nonato de Menezes Granja

Antonio Adauto Fonteles Filho

Maria Lúcia Bezerra Bessa Granja

1. RESUMO

Este trabalho analisa a situação da atividade pesqueira sobre o "red snapper" do Caribe *Lutjanus purpureus* Poey, nas áreas de pesca do norte e nordeste do Brasil, de 1967 até o fim de 1974.

Estabeleceu-se que de um modo geral há um decréscimo da CPUE com o esforço e a produção total, estabilizou-se ao nível aproximado da sua captura máxima sustentável, baseando-se nas relações entre produção total e esforço de pesca, e a captura por unidade de esforço de pesca.

A conclusão geral deste trabalho é que o estado de sobrepesca não foi atingido até a presente data. Além disso, afigura-se a atuação de alguns fatores nos últimos anos que impulsionaram os valores da CPUE, apesar do aumento do esforço de pesca. Estes fatores são, provavelmente (1) um aumento no poder de pesca; (2) um aumento na área de pesca e (3) uma classe anual dominante ocasionou o acréscimo da abundância da população.

2. INTRODUÇÃO

A biomassa aquática possui um estoque finito devido a fatores físicos e químicos e a pesca. Esta apresenta diversos estágios tais como: desenvolvimento, aceleração, desaceleração e otimização que são definidos pelas relações entre captura total, esforço de pesca, captura por unidade de esforço e tamanho médio de captura.

O pargo, *Lutjanus purpureus* Poey, desde o ano de 1964 vem sendo explorado em caráter industrial, isto é, num sistema em que métodos modernos e eficiente de captura, beneficiamento e comercialização são utilizados. No decorrer do período que vai de 1964 a 1975, a produção tem alcançado altos e baixos, mas o esforço

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	Nº 8	323/332	jul/set/78
-----------	-------------	-------	------	---------	------------

de pesca tem apresentado uma tendência crescente. Na verdade, o pargo constitui-se o segundo mais importante recurso pesqueiro do nordeste, após a lagosta, sendo a maior parte de sua produção exportada para o mercado exterior, como produto congelado em forma de filé.

O presente trabalho tem por objetivo analisar as diversas relações que podem ser estabelecidas entre os fatores acima citados, buscando determinar a que nível de intensidade de exploração se encontra submetida o estoque capturável do pargo.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Para esse estudo utilizamos os dados coletados pelo Laboratório de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará, nos anos de 1967 a 1974. Estes foram obtidos por amostragem das capturas, por ocasião do desembarque nas empresas de pesca, com a finalidade de obtenção das freqüências de comprimento da população em diversas épocas do ano e do comprimento médio. As amostras constam de, aproximadamente, 300 indivíduos, para registro do comprimento total e outras características biológicas. Como comprimento total consideramos a distância desde a extremidade anterior do peixe até a projeção do maior raio da nadadeira caudal.

Informações sobre cada pescaria foram obtidas por entrevistas com os comandantes de barcos e por consulta às folhas de entrada de peixe na empresa de pesca, que são: número de dias de pesca, locais de pesca, número de pescadores, número médio de anzóis por linha pargueira, e produção de pargo em peso.

Obtivemos a captura por unidade de esforço (CPUE) para cada trimestre e para o total do ano, dividindo-se a captura pelo esforço de pesca correspondente. O esforço de pesca foi calculado multiplicando-se o número de dias de pesca pelo número de pescadores (unidade "pescador/dia") e este pelo número médio de anzóis por pargueira (unidade "anzol/dia").

O comprimento médio foi obtido pela média ponderada dos centros de classe de comprimento correspondentes a cada grupo de idade, sendo o fator de ponderação as freqüências absolutas em cada grupo.

Como os dados do esforço de pesca obtidos só correspondem a parte do esforço de pesca de toda a frota (com exceção do ano de 1974), o esforço total foi calculado com base na seguinte fórmula:

$$\text{Esforço total} = \frac{\text{Produção anual total}}{\text{CPUE}}$$

Na comparação entre esforço de pesca e CPUE utilizamos índices de crescimento, calculados em referência ao ano-base de 1967, pela fórmula seguinte:

$$\text{Índice} = \frac{\text{Esforço de pesca (ou CPUE) em cada ano} \times 100}{\text{Esforço de pesca (ou CPUE) no ano-base}}$$

4. ANÁLISE DA DINÂMICA DA PESCA DO PARGO

4.1. Estudo da relação CPUE/trimestre

Sendo a CPUE um índice de abundância, as flutuações estacionais no seu valor refletirão, naturalmente, as variações estacionais na abundância do estoque, as quais, por sua vez, se relacionam com a produção primária de biomassa. Nas regiões tropicais, a variação de temperatura e luminosidade é muito pequena durante o ano, de modo que as flutuações da abundância nem sempre podem ser relacionadas com os níveis mais baixos de produção. No caso do pargo (tabela I, figura 1), podemos de início verificar que houve um ligeiro declínio na abundância aparente do estoque capturável, de 1967 a 1972, registrando-se uma recuperação com tendência crescente a partir de 1973.

Nota-se, também, uma estacionalidade da abundância, com um ciclo anual seguindo um modelo mais ou menos rígido, em que os maiores índices ocorrem no quarto trimestre do ano, decrescendo até o segundo trimestre e começando a aumentar no terceiro. Apesar da uniformidade da produção primária nas estações do ano, existe uma correspondência entre o período de maior CPUE (quarto trimestre) e a estação em que se dá a maior produção de fitoplâncton (primavera), no hemisfério sul (Russel-Hunter, 1970).

4.2. Estudo da relação CPUE/esforço

Durante a fase de desenvolvimento da exploração a CPUE apresenta uma tendência crescente em função do esforço, porque a área de atuação da frota ainda está em fase de expansão. Uma vez cessada tal expansão, qualquer aumento do esforço propiciará uma menor captura por unidade de esforço. Esta situação se verifica com a pesca do pargo no período 1967/1972, mas em 1973 e 1974 a CPUE apresentou uma tendência crescente (tabela II e III; figura 2). Este aumento inesperado pode ter ocorrido por três fatores: (1) uma nova expansão da área de atuação da pesca, atingindo novos locais ainda inexplorados e com grande abundância da espécie; (2) um aumento do poder de pesca do pescador determinado possivelmente pela utilização da "bicicleta", aparelho que permite um maior rendimento da pargueira por unidade de tempo. De fato, os índices de crescimento da CPUE calculada na unidade "pescador/dia" foram bem maiores do que aqueles calculados na unidade "anzol/dia" (tabela III); (3) existência de algum fator ambiental que determinou um aumento exagerado da abundância de uma classe anual de idade, contribuindo para o aumento da abundância total do estoque.

Excluindo os anos de 1973 e 1974, fizemos o ajustamento de uma reta de regressão linear, logaritmizando a equação do tipo $Y = a e^{-bX}$, entre CPUE e esforço de pesca, através do método dos mínimos quadrados. As seguintes equações foram obtidas:

$$\text{Pescador/dia: } \text{Ln}Y = 5,041 - 0,0000378 X \quad (r = -0,973)$$

$$\text{Anzol/dia : } \text{Ln}Y = 2,584 - 0,0000032 X \quad (r = -0,962)$$

através das quais poderemos estimar o valor da CPUE para qualquer quantidade de esforço de pesca.

Na figura 2, mostramos também a variação do comprimento médio (tabela IV), para comparação com a CPUE, em função do esforço. Podemos ver que de 1967 a 1970 existe uma relação direta entre a CPUE e o comprimento médio, a qual se transforma em relação inversa, de 1971 a 1974. Isto significa, que a baixos níveis de esforço, o tamanho médio aumentava com o aumento da abundância aparente, passando a aumentar inversamente à diminuição da abundância aparente, como um fator de compensação para o decréscimo da biomassa.

4.3. Estudo da relação produção/esforço de pesca

Existe uma tendência de aumento da produção com o esforço (tabela II), o que significa que a população vem ainda suportando o aumento da predação extra, representada pelos aparelhos de pesca. O decréscimo da CPUE em função do esforço é explicado da seguinte maneira: para um estoque com a mesma capacidade de produção média, a produtividade decresce com o aumento do número de unidades de esforço. Assim, o decréscimo da produtividade aparente não reflete automaticamente uma diminuição da biomassa, desde que a produção se mantenha pelo menos estabilizada. Já do ponto de vista econômico, um aumento dos custos, sem aumento correspondente da produção, deve trazer redução do lucro, pondo em risco a sobrevivência da empresa de pesca.

5. CONCLUSÕES

Pelos dados apresentados, podemos concluir que o pargo ainda não se encontra num estágio de exploração que possa ser considerado como de sobrepesca. Desde que esta se define como uma diminuição da CPUE e da captura total em função do esforço, vemos que apenas a CPUE mostrou uma nítida tendência decrescente. No entanto, sabemos que a CPUE decresce naturalmente quando o esforço aumenta, não implicando necessariamente na redução da biomassa.

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

6. SUMMARY

This paper analyses the situation of the fishing activity on the Caribbean red snapper, *Lutjanus purpureus* Poey, in the fishing grounds off the north and northeast of Brazil, from 1967 through 1974.

From the relationships set up between total production and fishing effort and catch-per-unit-effort and fishing effort, it has been established that there is a general decrease of the CPUE with effort and the total production has been stabilized at a level approaching its maximum sustainable yield.

The general conclusion of this work is that the state of overfishing can not be known from the date presented herein. Moreover, there seem to be work some factors in recent years that have pushed up the values of CPUE, despite the increase in fishing effort. These factors are, probably (1) an increase in fishing power; (2) an increase in the area of fishing and (3) a dominant year class has caused the abundance of the population to increase.

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- FONTELES FILHO, A.A. Estudo preliminar sobre a pesca do pargo, *Lutjanus purpureus* Poey, no nordeste brasileiro – Arq. Ciên. Mar, Fortaleza, 1969, 9 (1): 83–88, 3 fig.
- FONTELES FILHO, A.A. Estudo sobre a biologia da pesca do pargo, *Lutjanus purpureus* Poey, no nordeste brasileiro – Dados de 1969. Arq. Ciên. Mar, Fortaleza, 1970, 10 (1): 73–78, 1 fig.
- _____ Estudo sobre a biologia da pesca do pargo, *Lutjanus purpureus* Poey, no nordeste brasileiro – Dados de 1970 e 1971. Arq. Ciên. Mar, Fortaleza, 1972, 12 (1): 21–26, 1 fig.
- IVO, C.T.C. Estudo sobre a biologia da pesca do pargo, *Lutjanus purpureus* Poey, no nordeste brasileiro – Dados de 1972. Arq. Ciên. Mar, Fortaleza, 1973, 13(1): 39–43, 1 fig.
- IVO, C.T.C. Estudo sobre a biologia da pesca do pargo, *Lutjanus purpureus* Poey, no nordeste brasileiro – Dados de 1974. Arq. Ciên. Mar, Fortaleza, 1975, 15(2): 119–123, 1 fig.
- _____ Estudo sobre a biologia da pesca do pargo, *Lutjanus purpureus* Poey, no nordeste brasileiro – Dados de 1973. Arq. Ciên. Mar, Fortaleza, 1973, 13(2): 113–116, 1 fig.
- RUSSEL-HUNTER, W.D. Aquatic productivity, Collier Macmillan Limited, XIII + 306 pp., London, 1970.

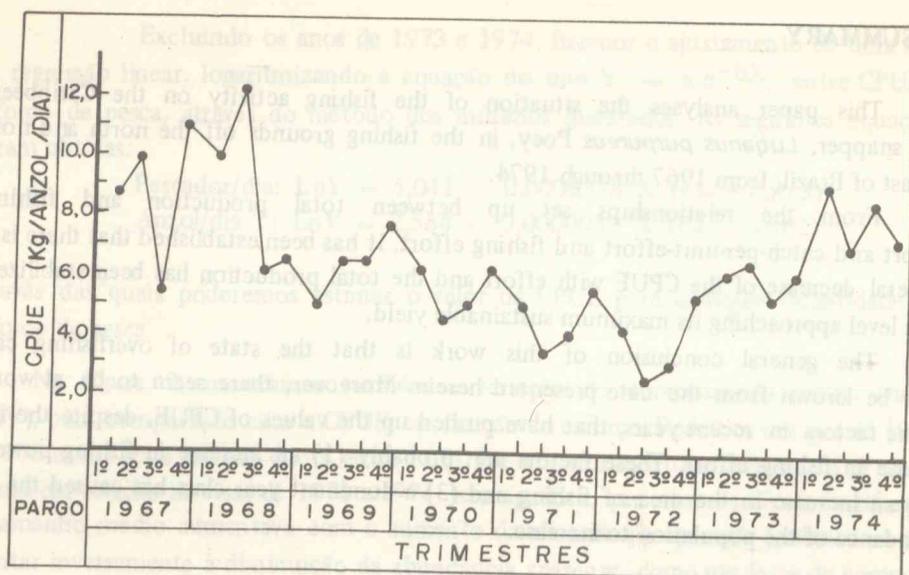


Fig. 1 Variação da captura por unidade de esforço (Kg/anzol/dia) em cada trimestre dos anos de 1967 a 1974. Dados calculados a partir do controle das capturas e do esforço de pesca empregado na pesca do pargo, Lutjanus purpureus Poey na costa do nordeste brasileiro.

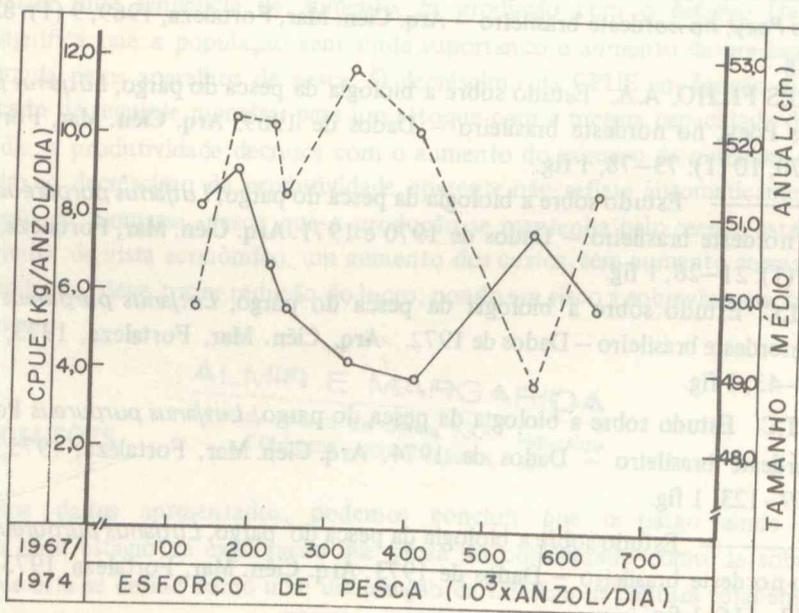


Fig. 2 Variação da CPUE e do comprimento médio em função do esforço de pesca total, para o pargo, Lutjanus purpureus Poey, nos anos de 1967 a 1974.

TABELA I

Dados relativos à produção, esforço de pesca e captura por unidade de esforço do pargo, *Lutjanus purpureus* Poey, no nordeste brasileiro, de 1967 a 1974.

Trimes tres	Esforço de pesca		Produção (kg)	CPUE	
	pescador/dia	anzol/dia		pescador/dia	anzol/dia
1 9 6 7					
1º	4.046	40.460	347.144	85,8	8,6
2º	3.150	31.500	312.563	99,2	9,9
3º	1.414	15.554	86.146	60,9	5,5
4º	2.492	24.920	276.437	110,9	11,1
Total	11.102	112.434	1.022.290	92,1	9,1
1 9 6 8					
1º	2.688	29.568	291.896	108,6	9,8
2º	1.554	17.094	208.727	134,3	12,2
3º	1.590	20.670	126.277	79,4	6,1
4º	2.025	24.300	155.917	76,9	6,4
Total	7.857	91.632	782.817	99,6	8,5
1 9 6 9					
1º	2.016	28.224	143.165	71,0	5,1
2º	1.599	20.787	133.869	83,7	6,4
3º	644	8.372	53.399	82,9	6,4
4º	2.940	41.160	320.369	108,9	7,8
Total	7.199	98.543	650.802	90,4	6,6
1 9 7 0					
1º	1.771	25.053	156.556	88,4	6,2
2º	2.057	28.005	126.300	61,4	4,5
3º	2.201	31.418	153.630	69,8	4,9
4º	3.187	45.893	284.918	89,4	6,2
Total	9.216	130.369	721.404	77,3	5,5

Trimes tres	Esforço de pesca		Produção (Kg)	CPUE	
	pescador/dia	anzol/dia		pescador/dia	anzol/dia

1 9 7 1

1º	3.605	52.222	268.933	74,6	5,1
2º	2.249	32.639	115.374	51,3	3,5
3º	2.858	42.036	168.050	58,8	4,0
4º	1.702	26.241	146.542	86,1	5,6
Total	10.414	153.138	698.899	67,1	4,6

1 9 7 2

1º	2.678	37.454	158.002	59,0	4,2
2º	4.727	66.148	169.227	35,8	2,6
3º	1.684	23.967	69.549	41,3	2,9
4º	3.952	48.096	254.509	64,4	5,3
Total	13.041	175.311	651.287	50,0	3,7

1 9 7 3

1º	3.116	43.310	263.614	84,6	6,1
2º	2.496	37.440	244.109	97,8	6,5
3º	3.508	52.620	275.378	78,5	5,2
4º	3.304	49.560	300.003	90,8	6,1
Total	12.424	182.930	1.083.104	87,2	5,9

1 9 7 4

1º	6.773	98.524	897.422	132,5	9,1
2º	4.955	80.126	554.464	111,9	6,9
3º	6.476	106.176	917.002	141,6	8,6
4º	18.107	267.262	1.946.502	107,5	7,3
Total	36.311	552.088	4.315.390	118,8	7,8

Obs.: Os dados referentes ao ano de 1974 correspondem à captura e es
forço de pesca totais.

TABELA II

Dados relativos ao cálculo do esforço de pesca total do pargo, *Lutjanus purpureus* Poey, nos anos de 1967 a 1974.

Ano	Captura total (ton.)	CPUE		Esforço de pesca total	
		pescador/dia	anzol/dia	pescador/dia	anzol/dia
1967	1.462	92,1	9,1	15.874	160.659
1978	1.113	99,6	8,5	11.175	130.941
1969	1.410	90,4	6,6	15.597	213.636
1970	1.250	77,3	5,5	16.171	227.273
1971	1.400	67,1	4,6	20.864	328.261
1972	1.510	50,0	3,7	30.200	408.108
1973	3.750	87,2	5,9	42.488	627.966
1974	4.315	118,8	7,8	36.311	552.088

TABELA III

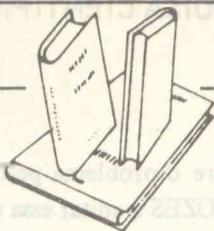
Valores absolutos e índices de crescimento do esforço de pesca total e CPUE do pargo, *Lutjanus purpureus* Poey, nos anos de 1967 a 1974.

Ano	Esforço de pesca				CPUE			
	pescador/dia		anzol/dia		pescador/dia		anzol/dia	
	valor	índice	valor	índice	valor	índice	valor	índice
1967	15.874	100	160.659	100	92,1	100	9,1	100
1968	11.175	70	130.941	81	99,6	108	8,5	93
1969	15.597	98	213.636	133	90,4	98	6,6	72
1970	16.171	102	227.273	141	77,3	84	5,5	60
1971	20.864	131	328.261	204	67,1	73	4,6	50
1972	30.200	190	408.108	254	50,0	54	3,7	41
1973	42.488	268	627.966	391	87,2	95	5,9	65
1974	36.311	229	552.088	344	118,8	129	7,8	86

TABELA IV

Valores trimestrais e anuais do comprimento médio (\bar{x}) do pargo, *Lutjanus purpureus* Poey, nos anos de 1967 a 1974.

ANO		TRIMESTRES				TOTAL
		1º	2º	3º	4º	
1967	\bar{x}	53,8	54,1	50,9	50,3	52,3
	n	1.679	1.546	1.176	2.726	7.127
1968	\bar{x}	50,5	54,1	46,1	48,8	49,8
	n	1.853	1.513	1.905	738	6.009
1969	\bar{x}	54,1	54,0	51,0	49,5	52,3
	n	1.969	1.088	863	2.296	6.216
1970	\bar{x}	52,2	52,5	50,6	49,9	51,1
	n	1.417	1.475	1.645	2.070	6.607
1971	\bar{x}	52,8	57,7	49,4	51,3	52,9
	n	1.594	1.706	1.748	1.270	6.318
1972	\bar{x}	54,8	50,3	49,7	52,8	52,2
	n	1.378	1.631	944	2.478	6.431
1973	\bar{x}	51,5	50,8	51,4	51,8	51,3
	n	2.575	2.287	2.709	1.567	9.138
1974	\bar{x}	49,0	49,6	48,8	47,8	48,7
	n	2.448	1.851	2.022	2.480	8.801



LIVROS

Título : AVALIAÇÃO DE CARGOS E DE DESEMPENHO

Autor : MAIA, Francisco A. e BUSSONS, José

Editora: LIVROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS EDITORA LTDA.

Obra dirigida a estudantes e professores de Administração, especialmente aos profissionais da área de Recursos Humanos, este trabalho é resultado da grande vivência dos autores no setor da avaliação de

cargos e desempenho, calcado em termos científicos e estatísticos que permitem ao administrador um elevado grau de certeza na solução para os problemas mais sérios da administração de pessoal.

Título : LINGUAGEM E MOTIVAÇÃO

Autor : TODOROV, FÓNAGY e COHEN

Editora : GLOBO S.A.

É indispensável àquele que estuda Literatura uma compreensão do meio através do qual ela se dá, ou seja, a linguagem verbal. No entanto, linguagem literária não é o mesmo que linguagem verbal, pelas injunções da escrita sobre esta última. Assim, se à Linguística cabe tratar da linguagem verbal, a investigação da linguagem em termos de escrita pertencerá a outra ciência, que tradicionalmente toma o nome de Poética quando se detém sobre os aspectos artísticos do texto.

O que este livro se propõe a fazer é justamente examinar os pontos de ligação dessas duas linguagens, e, portanto, dessas duas ciências, valendo-se de um instrumental fornecido pela Semiologia, a ciência dos

sistemas de comunicação em geral.

Nele se encontram dados utilíssimos para a explicitação das origens, evoluções e natureza da linguagem verbal e da linguagem textual, com ênfase nos tópicos do simbolismo e da motivação, chegando, por fim, ao fenômeno do poético, que é analisado de um ponto de vista completamente distante das explicações formalistas usuais.

Por estas características, recomenda-se de modo especial ao estudante de Letras ou a professores de Línguas ou Literaturas, pois, por força de suas especializações, durante o curso ou no exercício da profissão, freqüentemente perdem a noção do conjunto e se desaparelhram para ver as questões da linguagem no seu todo.

Título : INTRODUÇÃO AO PROJETO DE PESQUISA CIENTÍFICA
Autor : RUDIO, Franz Victor
Editora : VOZES

A precariedade de livros didáticos nacionais sobre o problema pesquisa nas diversas áreas do conhecimento científico levou a Editora VOZES a editar essa obra que certamente se constituirá num instrumento de grande utilidade para professores e alunos voltados para disciplinas como Metodologia Científica e Métodos e Técnicas de Pesquisa, bem como para todos aqueles que desejam ter às mãos uma obra simples de iniciação aos procedimentos de elaboração de projetos de pesquisa científica.

O livro, bastante prático e colocado num plano de comunicação elaborada para iniciantes, não resvala, contudo, para a feição de um "receituário" pois propõe-se a transmitir os fundamentos e a lógica que resultam toda solidez do processo de pesquisa.

Título : CORDEL E IDEOLOGIA DA PUNIÇÃO
Autor : FAUSTO NETO, Antonio
Editora : VOZES

Trabalho destinado a professores, estudantes de Literatura e a quem se interesse por problemas de comunicação e cultura popular, a obra, originada de uma tese de Mestrado, procura buscar, na interdisciplinaridade das Ciências Humanas, um quadro teórico-metodológico capaz de constituir um determinado sistema de leitura dos textos da Literatura de Cordel. Com efeito, a reflexão caminha num plano de discussão sobre a

problemática da ideologia na produção simbólica, ressaltando a sua importância para as análises das práticas de comunicação. O estudo enfatiza, ainda, uma revisão da literatura metodológica sobre o trabalho de análise de textos e faz crítica às principais metodologias da leitura dos mesmos, antepondo-as a uma proposta apresentando a Literatura de Cordel como uma prática cultural de características predominantemente simbólicas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
EDITORA UNIVERSITÁRIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO — 58.000 — João Pessoa-PB

Desejo assinatura (s) da Revista **Horizonte**
Encaminho pagamento correspondente, em nome da **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

- por cheque nominal n.º _____ do Banco _____
- por ordem de pagamento n.º _____ do Banco _____
- por vale postal n.º _____

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jugu. ribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Caixa Postal _____ Telefone: _____

CEP: _____ Cidade _____ Estado _____

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura

(Assinatura anual: Cr\$ 160,00)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
EDITORIA UNIVERSITÁRIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO - 58.000 - João Pessoa-PB

Formulário Para Pedido de
Publicações avulsas

Quant	Código da publicação	Valor unitário	Valor total
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

- Encaminhe pagamento correspondente, em nome da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

- por cheque nominal n.º _____ do Banco _____
- por ordem de pagamento n.º _____ do Banco _____
- por vale postal n.º _____

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Caixa Postal _____ Telefone _____
CEP: _____ Cidade _____ Estado _____
Data: ____/____/____
Assinatura _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor

Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque

Vice-Reitor

Orlando Cavalcanti Gomes

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Antonio Maria Amazonas Mac Dowell

Pró-Reitor Administrativo

Serafim Rodriguez Martinez

Pró-Reitor de Graduação

José Ferreira Ramos

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Álvaro Braga de Abreu e Silva

Pró-Reitor Para Assuntos Comunitários

Iveraldo Lucena da Costa

Pró-Reitor Para Assuntos do Interior

Sebastião Guimarães Vieira

Diretores de Centros

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Milton Ferreira de Paiva

Centro de Ciências Sociais e Aplicadas

Berilo Ramos Borba

Centro de Tecnologia

Valdez Borges Soares

Centro de Ciências Exatas e da Natureza

Modesto Siebra Coelho

Centro de Ciências da Saúde

Norberto de Castro Nogueira Filho

Centro de Ciências e Tecnologia

Geraldo Nunes Sobrinho

Centro de Humanidades

Ailton Eliziário de Souza

Centro de Formação de Tecnólogos

Alfrio da Trindade Leite

Centro de Ciências Agrárias

Normando Melquíades de Araújo

Pede-se permuta.
Pidese canje.
On demande l'échange.
We ask for exchange.
Man bittet um Austausch.
Si richiede lo scambio.

للسادة

נא לשלוח בחליסין.

御交換を乞ふ

Կը խնդրուի փոխանակել



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA